

Relatório de **Monitorização Sintética de Portugal**

2026



REPLAN

Rede de Serviços de Planeamento
e Prospectiva da Administração Pública

Índice

Índice de Tabelas.....	3
Índice de Figuras.....	3
Índice de Gráficos.....	3
Índice de Mapas.....	6
1. Introdução	7
2. Análise por Indicador	11
2.1. Capital Humano.....	11
2.1.1. Indicador Sintético PISA.....	11
2.1.2. Proporção da População com Ensino Superior.....	14
2.2. Competitividade	16
2.2.1. Índice Global de Competitividade (IMD).....	16
2.2.2. Índice Global de Inovação	18
2.2.3. Peso do Valor Acrescentado Nacional das Exportações no Produto Interno Bruto	20
2.2.4. Produtividade do Trabalho por Hora Trabalhada	22
2.2.5. Produto Interno Bruto por Habitante	24
2.2.6. Taxa de Sociedades Jovens de Elevado Crescimento.....	26
2.3. Qualidade de Vida.....	28
2.3.1. Coeficiente de Gini.....	28
2.3.2. Esperança de Vida à Nascimento	30
2.3.3. Grau de Felicidade.....	32
2.3.4. Mortalidade Evitável e Passível de Tratamento	34
2.3.5. Proporção da População Residente em Risco de Pobreza ou Exclusão Social	36
2.3.6. Rácio Preço da Habitação vs. Rendimento.....	38
2.3.7. Taxa de Compromisso dos Trabalhadores	41
2.4. Sustentabilidade	43
2.4.1. Disparidade Regional do Produto Interno Bruto.....	43
2.4.2. Grau de Confiança no Governo	46
2.4.3. Índice de Justiça Intergeracional	48
2.4.4. Índice Global de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	51
2.4.5. Índice Sintético de Fecundidade.....	53
2.4.6. Taxa de Redução das Emissões de Gases com Efeito de Estufa.....	55
3. Análise Integrada por Domínio	57
3.1. Capital Humano.....	60
3.2. Competitividade	63
3.3. Qualidade de Vida.....	67
3.4. Sustentabilidade	71
4. Conclusões.....	75

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Indicadores por Domínio Estratégico	7
---	---

Índice de Figuras

Figura 1 - Domínios Estratégicos	8
---	---

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Evolução do Indicador Sintético PISA entre 2006 e 2022 (Média da pontuação nas 3 dimensões – Matemática, Leitura e Ciências), em pontos	11
Gráfico 2 - Desvio relativo do Indicador Sintético PISA de Portugal face à União Europeia entre 2006 e 2022, em %.....	11
Gráfico 3 - Evolução da Proporção da População (25-64 anos) com Ensino Superior entre 2005 e 2025, em %	14
Gráfico 4 - Desvio relativo da Proporção da População (25-64 anos) com Ensino Superior em Portugal face à União Europeia entre 2005 e 2025, em %	14
Gráfico 5 - Evolução do Índice Global de Competitividade (IMD) entre 2005 e 2025 (Pontuação 0-100).....	16
Gráfico 6 - Desvio relativo do Índice Global de Competitividade (IMD) de Portugal face à União Europeia entre 2005 e 2025, em %.....	16
Gráfico 7 - Evolução do Índice Global de Inovação entre 2012 e 2025 (Pontuação 0-100)	18
Gráfico 8 - Desvio relativo do Índice Global de Inovação de Portugal face à União Europeia entre 2012 e 2025, em %.....	18
Gráfico 9 - Evolução do Peso do Valor Acrescentado Nacional das Exportações (VANE) no Produto Interno Bruto (PIB) entre 2005 e 2022, em % do PIB	20
Gráfico 10 - Desvio relativo do Peso do VANE no PIB de Portugal face à União Europeia entre 2005 e 2022, em %.....	20
Gráfico 11 - Evolução da Produtividade do Trabalho por Hora Trabalhada, entre 2005 e 2025, em Paridades de Poder de Compra (PPC) por hora (PPC/h)	22
Gráfico 12 - Desvio relativo da Produtividade do Trabalho por Hora Trabalhada de Portugal face à União Europeia entre 2005 e 2025, em %.....	22
Gráfico 13 - Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) por Habitante entre 2005 e 2025, em paridades de poder de compra (PPC).....	24

Gráfico 14 - Desvio relativo do Produto Interno Bruto (PIB) por Habitante de Portugal face à União Europeia entre 2005 e 2025, em %.....	24
Gráfico 15 - Evolução da Taxa de Sociedades Jovens de Elevado Crescimento entre 2021 e 2023, em % de empresas ativas com 10 ou mais trabalhadores	26
Gráfico 16 - Desvio relativo da Taxa de Sociedades Jovens de Elevado Crescimento de Portugal face à União Europeia entre 2021 e 2023, em %.....	26
Gráfico 17 - Evolução do Coeficiente de Gini entre 2014 e 2025 (Escala de 0 a 100)	28
Gráfico 18 - Desvio relativo do Coeficiente de Gini de Portugal face à União Europeia entre 2014 e 2025, em %.....	28
Gráfico 19 - Evolução da Esperança de Vida à Nascimento entre 2005 e 2024, em N.º Anos.....	30
Gráfico 20 - Desvio relativo da Esperança de Vida à Nascimento de Portugal face à União Europeia entre 2005 e 2024, em %	30
Gráfico 21 - Evolução do Grau de Felicidade entre 2011 e 2025 (escala 0-10).....	32
Gráfico 22 - Desvio relativo do Grau de Felicidade de Portugal face à União Europeia entre 2011 e 2025, em %.....	32
Gráfico 23 - Evolução da Mortalidade Evitável e Passível de Tratamento entre 2011 e 2023, em N.º por 100 mil habitantes.....	34
Gráfico 24 - Desvio relativo da Mortalidade Evitável e Passível de Tratamento de Portugal face à União Europeia entre 2011 e 2023, em %	34
Gráfico 25 - Evolução da Proporção da População em Risco de Pobreza ou Exclusão Social entre 2015 e 2025, em %.....	36
Gráfico 26 - Desvio relativo da Proporção da População em Risco de Pobreza ou Exclusão Social de Portugal face à União Europeia entre 2015 e 2025, em %.....	36
Gráfico 27 - Evolução do Rácio Preço da Habitação vs.. Rendimento, entre 2005 e 2025 (Índice 2015=100).....	38
Gráfico 28 - Desvio relativo do Rácio Preço da Habitação vs.. Rendimento de Portugal em comparação com a União Europeia entre 2005 e 2025, em %	38
Gráfico 29 - Evolução da Taxa de Compromisso dos Trabalhadores entre 2011 e 2024, em %.....	41
Gráfico 30 - Desvio relativo da Taxa de Compromisso dos Trabalhadores de Portugal face à União Europeia entre 2011 e 2024, em %	41
Gráfico 31 - Evolução da Disparidade Regional do Produto Interno Bruto entre 2013 e 2024 (Rácio Máx/Mín).....	43
Gráfico 32 - Desvio relativo da Disparidade Regional do Produto Interno Bruto de Portugal face à União Europeia entre 2013 e 2024, em %	43
Gráfico 33 - Evolução do Grau de Confiança no Governo entre 2006 e 2025, em % da população com 15 ou mais anos.....	46
Gráfico 34 - Desvio relativo do Grau de Confiança no Governo entre 2006 e 2025 de Portugal face à União Europeia, em %	46
Gráfico 35 - Evolução do Índice de Justiça Intergeracional entre 2009 e 2019 (Escala 1-10)	48

Gráfico 36 - Desvio relativo do Índice de Justiça Intergeracional de Portugal face à União Europeia entre 2009 e 2019, em %	48
Gráfico 37 - Evolução do Índice Global de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) entre 2005 e 2025 (escala de 0 a 100)	51
Gráfico 38 - Desvio relativo do Índice Global ODS de Portugal face à União Europeia entre 2005 e 2025, em %	51
Gráfico 39 - Evolução do Índice Sintético de Fecundidade entre 2005 e 2024, em N.º médio de filhos por mulher	53
Gráfico 40 - Desvio relativo do Índice Sintético de Fecundidade de Portugal face à União Europeia entre 2005 e 2024, em %	53
Gráfico 41 - Evolução da Taxa de Redução das Emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE), entre 2005 e 2023, em %	55
Gráfico 42 - Desvio relativo da Taxa de Redução das Emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) de Portugal em comparação com a União Europeia, entre 2007 e 2023, em %	55
Gráfico 43 - Posicionamento Relativo de Portugal face à UE no Ano Mais Recente Disponível por Indicador de Capital Humano (Escala 0–100).....	60
Gráfico 44 - Posição e Trajetória Relativas de Portugal face à UE entre o Ano de Início e Fim da Série por Indicador de Capital Humano (Matriz de Quadrantes).....	62
Gráfico 45 - Posicionamento Relativo de Portugal face à UE no Ano Mais Recente Disponível por Indicador de Competitividade (Escala 0–100).....	64
Gráfico 46 - Posição e Trajetória Relativas de Portugal face à UE entre o Ano de Início e Fim da Série por Indicador de Competitividade (Matriz de Quadrantes).....	66
Gráfico 47 - Posicionamento Relativo de Portugal face à UE no Ano Mais Recente Disponível por Indicador de Qualidade de Vida (Escala 0–100)	68
Gráfico 48 - Posição e Trajetória Relativas de Portugal face à UE entre o Ano de Início e Fim da Série por Indicador de Qualidade de Vida (Matriz de Quadrantes)	70
Gráfico 49 - Posicionamento Relativo de Portugal face à UE no Ano Mais Recente Disponível por Indicador de Sustentabilidade (Escala 0–100).....	72
Gráfico 50 - Posição e Trajetória Relativas de Portugal face à UE entre o Ano de Início e Fim da Série por Indicador de Sustentabilidade (Matriz de Quadrantes).....	74
Gráfico 51 - Balanço Transversal de Convergência e Divergência de Portugal face à UE27 no Ano Mais Recente por Indicador e respetivo Domínio Estratégico (Escala 0–100)	78
Gráfico 52 - Posição e Trajetória Relativas de Portugal face à UE entre o Ano de Início e Fim da Série para a Totalidade dos Indicadores e Respetivos Domínios Estratégicos (Matriz de Quadrantes)	81

Índice de Mapas

Mapa 1 - Resultados Indicador Sintético PISA por país, membro ou parceiro da OCDE, em 2022, em pontos.....	12
Mapa 2 - Proporção da População (25-64 anos) com Ensino Superior por Estado-Membro em 2025, em %	15
Mapa 3 - Índice Global de Competitividade (IMD) por Estado-Membro em 2025 (Pontuação 0-100)	17
Mapa 4 - Índice Global de Inovação por Estado-Membro em 2025 (Pontuação 0-100).....	19
Mapa 5 - Peso do VANE no PIB por Estado-Membro em 2022, em % do PIB	21
Mapa 6 - Produtividade do Trabalho por Hora Trabalhada por Estado-Membro em 2025 (PPC/hora)	23
Mapa 7 - Produto Interno Bruto (PIB) por Habitante por Estado-Membro em 2025, em PPC.....	25
Mapa 8 - Taxa de Sociedades Jovens de Elevado Crescimento em 2023 por Estado-membro, em % de empresas ativas com 10 ou mais trabalhadores.....	27
Mapa 9 - Coeficiente de Gini por Estado-Membro em 2025 (Escala de 0 a 100).....	29
Mapa 10 - Esperança de Vida à Nascimento por Estado-Membro em 2024 (N.º Anos).....	31
Mapa 11 - Grau de Felicidade por Estado-Membro em 2025 (Escala 0-10).....	33
Mapa 12 - Mortalidade Evitável e Passível de Tratamento por Estado-Membro em 2023 (N.º por 100 mil habitantes).....	35
Mapa 13 - Proporção da População em Risco de Pobreza ou Exclusão Social por Estado-Membro em 2025, em %.....	37
Mapa 14 - Rácio Preço da habitação vs.. Rendimento por Estado-Membro, em 2025 (Índice 2015=100).....	39
Mapa 15 - Taxa de Compromisso dos Trabalhadores por Estado-Membro em 2024 (%)	42
Mapa 16 - Disparidade Regional do Produto Interno Bruto por Estado-Membro em 2024 (Rácio Máx/Mín).....	44
Mapa 17 - Grau de Confiança no Governo por Estado-Membro em 2025, em % da população com 15 ou mais anos	47
Mapa 18 - Índice de Justiça Intergeracional por Estado-Membro em 2019 (Escala 1 a 10)	49
Mapa 19 - Índice Global de ODS por Estado-Membro em 2025 (escala de 0 a 100)	52
Mapa 20 - Índice Sintético de Fecundidade por Estado-Membro em 2024, em N.º médio de filhos por mulher	54
Mapa 21 - Taxa de Redução das Emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) por Estado-Membro em 2023, em %	56

1. Introdução

O **Relatório de Monitorização Sintética de Portugal** acompanha a evolução do país em 21 indicadores organizados em quatro domínios estratégicos: *Capital Humano*, *Competitividade*, *Qualidade de Vida* e *Sustentabilidade*. Estes correspondem a quatro áreas fundamentais que cobrem um conjunto amplo de temas, permitindo assim uma abordagem multidimensional.

Tabela 1 - Indicadores por Domínio Estratégico

Domínio	Indicador
Capital Humano	Indicador Sintético PISA
	Proporção da População com Ensino Superior
Competitividade	Índice Global de Competitividade (IMD)
	Índice Global de Inovação
	Peso do Valor Acrescentado Nacional das Exportações no Produto Interno Bruto
	Produtividade do Trabalho por Hora Trabalhada
	Produto Interno Bruto por Habitante
	Taxa de Sociedades Jovens de Elevado Crescimento
Qualidade de Vida	Coeficiente de Gini
	Esperança de Vida à Nascença
	Grau de Felicidade
	Mortalidade Evitável e Passível de Tratamento
	Proporção da População Residente em Risco de Pobreza ou Exclusão Social
	Rácio Preço da Habitação vs. Rendimento
	Taxa de Compromisso dos Trabalhadores
Sustentabilidade	Disparidade Regional do Produto Interno Bruto
	Grau de Confiança no Governo
	Índice de Justiça Intergeracional
	Índice Global de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
	Índice Sintético de Fecundidade
	Taxa de Redução das Emissões de Gases com Efeito de Estufa

O **Capital Humano** foca-se no acesso, qualidade e impacto da educação e aprendizagem; o **Competitividade** centra-se no desempenho económico e na capacidade de inovação; o **Qualidade de Vida** contempla o bem-estar, a equidade, a habitação e a inclusão social; e o **Sustentabilidade** analisa os desafios do ambiente, do desenvolvimento territorial, da natalidade e da integridade institucional.

Figura 1 - Domínios Estratégicos

A estrutura adotada garante que o progresso do país não é analisado apenas por indicadores económicos, mas sim através do equilíbrio de indicadores que acompanham a capacidade produtiva, a coesão social e a preservação de recursos, oferecendo uma visão holística e integrada da trajetória de Portugal.

O ponto de partida deste relatório foram os indicadores presentes no painel da Bateria Sintética de Indicadores de Monitorização de Portugal (BSIMP) ¹, tendo sido posteriormente ajustados às suas fontes primárias respetivas e referenciadas em cada página de indicador.

O Relatório está estruturado em três partes. Na primeira parte, apresentam-se os 21 indicadores em quatro domínios estratégicos, seguindo-se na segunda parte a apresentação de uma leitura integrada dos indicadores que compõem cada domínio, e procurando responder às questões “onde estamos?” e “como estamos a evoluir?”. O trabalho conclui com uma análise de Portugal em perspetiva, nomeadamente em termos do que mudou e do que persiste, e em termos de alavancas estruturais, onde a ação produz mais efeito.

O relatório foi desenhado para assegurar uma leitura direta e acessível, apresentando para cada indicador o valor mais recente disponível, a comparação com o referencial europeu, a evolução histórica, o desvio relativo face a esse referencial e uma breve nota explicativa sobre a realidade que o indicador procura medir.

Para assegurar uma leitura uniforme e coerente dos indicadores, a informação é estruturada destacando o valor mais recente do indicador em causa e a respetiva sinalética de tendência

¹ Painel de indicadores disponível em: <https://www.planapp.gov.pt/bateria-sintetica-indicadores-monitorizacao-dashboard/>

(▲/=/▼) face ao início da série temporal de dados aplicável. A sinalética traduz a variação do valor do indicador entre o início e o fim da série, e não o sentido do desempenho: nos indicadores em que um valor mais baixo corresponde a um melhor desempenho, uma seta descendente traduz uma evolução favorável. O referencial europeu, quando não disponível na origem, é calculado com base na mediana da UE, opção técnica que permite mitigar o impacto de valores extremos e garantir uma comparação mais robusta do posicionamento relativo de Portugal. Recorreu-se a séries temporais, sempre que disponíveis, com início em 2005 e fim no ano mais recente, para permitir captar dinâmicas de evolução. Sempre que não foi encontrada a versão do indicador pretendida nas fontes de dados, os respetivos valores foram calculados. A data de corte para a recolha de toda a informação estatística foi fixada em 21 de maio de 2026.

Os valores apresentados podem ter três origens distintas, identificadas na nota metodológica de cada indicador. A extração direta corresponde aos casos em que o indicador é publicado pela fonte na forma em que aqui é utilizado. O cálculo próprio corresponde aos casos em que o indicador, o referencial europeu, ou ambos, foram calculados pelos autores a partir dos dados da fonte. A adaptação metodológica corresponde aos casos em que foi necessário afastar-se da métrica publicada pela fonte para assegurar a comparabilidade entre Portugal e a União Europeia, sendo a razão desse afastamento indicada no indicador em causa.

A apresentação de cada indicador é suportada, em regra, por três representações gráficas: o gráfico de evolução temporal que permite analisar a trajetória absoluta de Portugal; o gráfico do desvio relativo em percentagem face ao referencial europeu, que permite evidenciar de forma direta a distância e o posicionamento do país perante a UE27; e por fim, a distribuição espacial através de um mapa coroplético que contextualiza a posição relativa de Portugal, facilitando a identificação de blocos de competitividade e parceiros de benchmarking com desafios semelhantes. Esta abordagem integrada assegura que a análise não se limita à leitura de um valor estático, permitindo compreender a evolução de um fenómeno dinâmico de convergência estrutural.

O mapa coroplético utiliza uma escala de cores divergente (vermelho-bege-azul), centrada na mediana dos valores observados nos países da União Europeia, com os extremos definidos pelos percentis 5 e 95, o que significa que valores muito atípicos não "ocultam" a variação visual dos restantes países. A cor vermelha corresponde aos valores mais desfavoráveis e o azul aos valores mais favoráveis. Países sem dados disponíveis não são coloridos. A legenda lateral não apresenta uma escala numérica contínua, mas sim uma lista ordenada dos países posicionados proporcionalmente ao seu valor, destacando a negrito Portugal, o valor mínimo, o valor máximo e o agregado da União Europeia, este último retirado diretamente do valor oficial da fonte de dados sempre que disponível, sendo calculado como mediana dos estados-membros nos restantes casos. Os mapas coropléticos apresentam, para cada indicador, o valor absoluto registado por cada Estado-Membro e não a respetiva posição ordinal. Esta opção permite identificar a distância

efetiva entre os países e a dimensão dos desvios, informação que uma ordenação por ranking não transmite.

No que respeita à análise integrada por domínio, esta é sustentada por duas representações multidimensionais que sintetizam o desempenho competitivo de Portugal: o gráfico de barras circular numa escala uniforme (0–100 pontos) para permitir uma leitura imediata do posicionamento e da proximidade do país face ao topo da escala em cada dimensão; e a matriz de quadrantes, que cruza o posicionamento atual com a trajetória ao longo da série disponível, facilitando a identificação imediata de áreas onde Portugal está a recuperar terreno ou a afastar-se face ao referencial internacional. Os valores de cada indicador são normalizados numa escala de 0 a 100 pontos, em que 0 corresponde ao valor mais desfavorável e 100 ao valor mais favorável observados entre os Estados-Membros da União Europeia, sendo o sentido de leitura ajustado nos indicadores em que um valor mais baixo traduz um melhor desempenho. Esta normalização permite comparar, numa métrica única, indicadores expressos em unidades e ordens de grandeza distintas.

As conclusões do relatório são sustentadas por duas representações multidimensionais que consolidam o diagnóstico de Portugal face ao referencial: o balanço transversal por gráfico de pontos, que apresenta em simultâneo todos os 21 indicadores analisados numa escala uniforme (0–100 pontos), comparando o posicionamento de Portugal com o referencial da UE27 para evidenciar de forma imediata o padrão de convergência ou divergência em cada dimensão; e a matriz global de quadrantes, que cruza o posicionamento atual com a trajetória de longo prazo de todos os indicadores analisados, facilitando a identificação imediata das grandes alavancas estruturais onde a ação pública pode produzir um maior efeito multiplicador.

2. Análise por Indicador

2.1. Capital Humano

O domínio do Capital Humano permite analisar as competências dos jovens e a qualificação da população adulta, através da monitorização do Indicador Sintético PISA e da Proporção da População com Ensino Superior.

2.1.1. Indicador Sintético PISA

▲ **477,6**
(pontuação)
Portugal
(2022)

▼ **473,7**
(pontuação)
União Europeia
(2022)

Gráfico 1 - Evolução do Indicador Sintético PISA entre 2006 e 2022 (Média da pontuação nas 3 dimensões – Matemática, Leitura e Ciências), em pontos

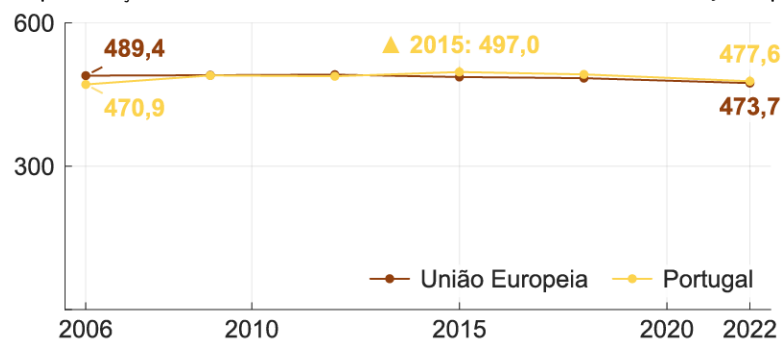
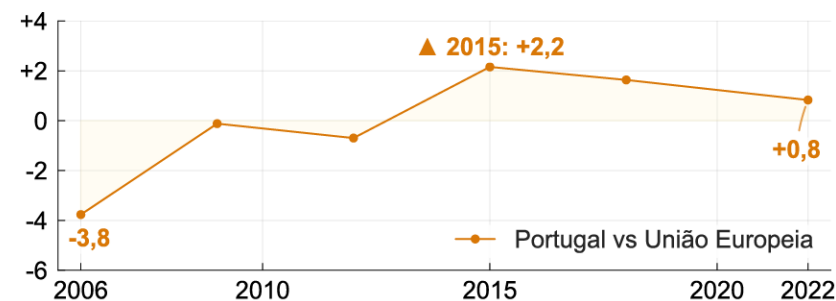
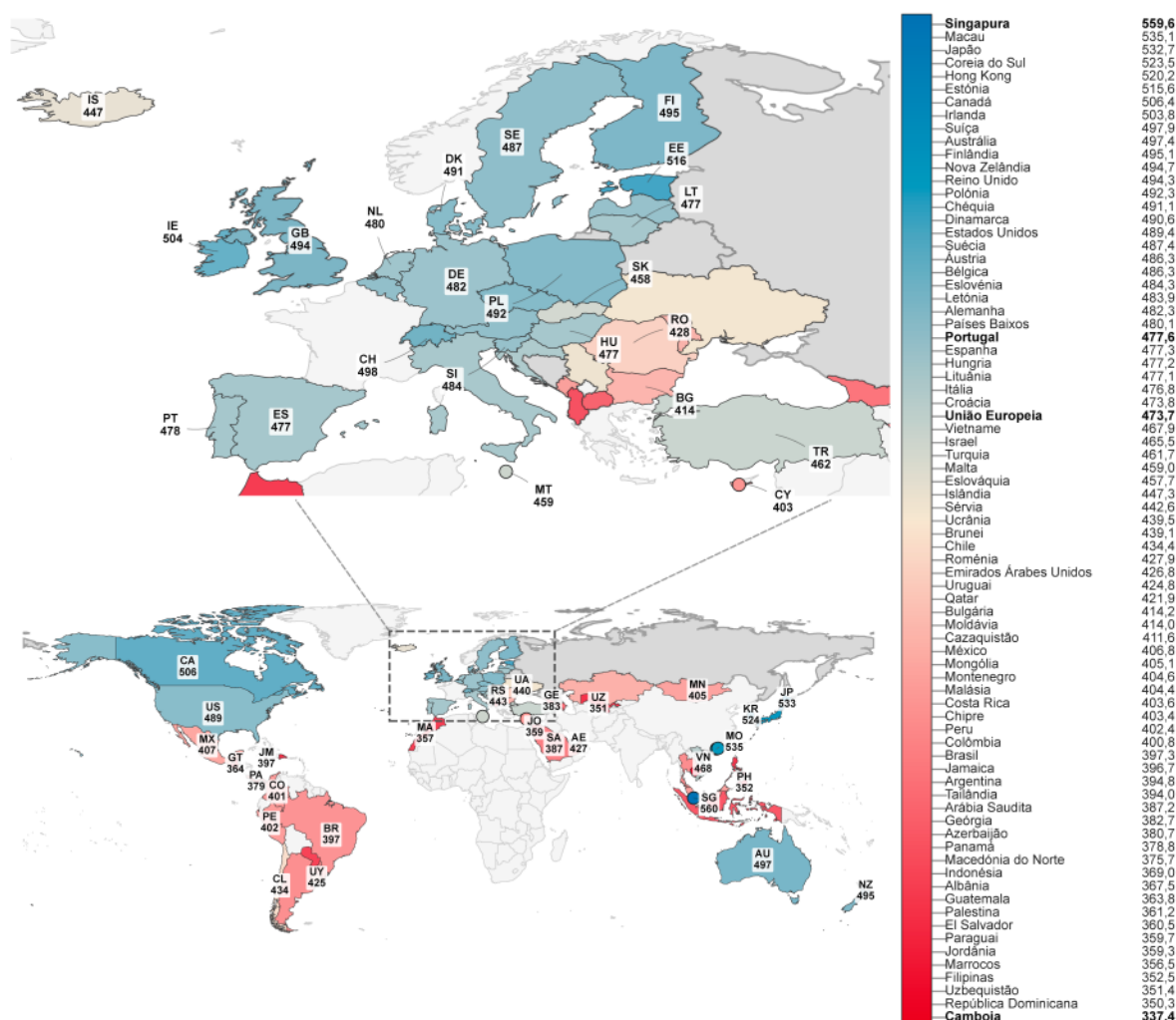


Gráfico 2 - Desvio relativo do Indicador Sintético PISA de Portugal face à União Europeia entre 2006 e 2022, em %



Mapa 1 - Resultados Indicador Sintético PISA por país, membro ou parceiro da OCDE, em 2022, em pontos

Cálculos próprios com base na seguinte fonte dos dados: [PISA \(OECD\)](https://pisa.oecd.org/)

O presente Indicador Sintético PISA foi calculado pelos autores como média simples das pontuações de Matemática, Leitura e Ciências, não correspondendo a um indicador composto oficial da OCDE. Já o resultado do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), da OCDE define-se como a medida da capacidade dos jovens para aplicar os seus conhecimentos e competências em situações e desafios da vida real. Ao contrário de avaliações curriculares tradicionais, esta métrica foca-se na competência global dos alunos, sendo expressa através da média dos valores obtidos nas três dimensões avaliadas pelo programa: Leitura, Matemática e Ciências. Os resultados são expressos numa escala por pontos que mede diferentes níveis de proficiência, permitindo aferir a preparação do capital humano jovem e a eficácia do sistema educativo de Portugal na formação de cidadãos para as sociedades do conhecimento.

Do ponto de vista metodológico, os dados são extraídos do PISA realizado em ciclos trienais. Para garantir a coerência geográfica com os restantes indicadores deste relatório, adotou-se a União

Europeia (UE27) como base de comparação em detrimento do agregado global da OCDE. Contudo, em consonância com a metodologia oficial da própria OCDE para este programa, optou-se por calcular o valor através da média da UE27 (em vez da mediana). O valor de Portugal resulta de cálculo próprio a partir da fonte indicada e o referencial europeu resulta igualmente de cálculo próprio, obtido como média dos Estados-Membros, por adaptação metodológica à prática seguida pela OCDE neste programa.

A avaliação incide sobre uma amostra representativa de alunos com 15 anos de idade que frequentam o 7.º ano de escolaridade ou superior. Note-se que a série histórica apresenta lacunas de dados para alguns Estados-Membros, não existindo registos para o Luxemburgo (2022), Espanha (2018), Malta (2012, 2009 e 2006) e Chipre (2009 e 2006), os quais foram excluídos do cálculo da média nos respetivos anos. Os resultados de 2022 refletem o ciclo exceccionalmente adiado devido aos impactos da pandemia de COVID-19.

2.1.2. Proporção da População com Ensino Superior

▲ **32,7%**
Portugal
(2025)

▲ **36,9%**
União Europeia
(2025)

Gráfico 3 - Evolução da Proporção da População (25-64 anos) com Ensino Superior entre 2005 e 2025, em %

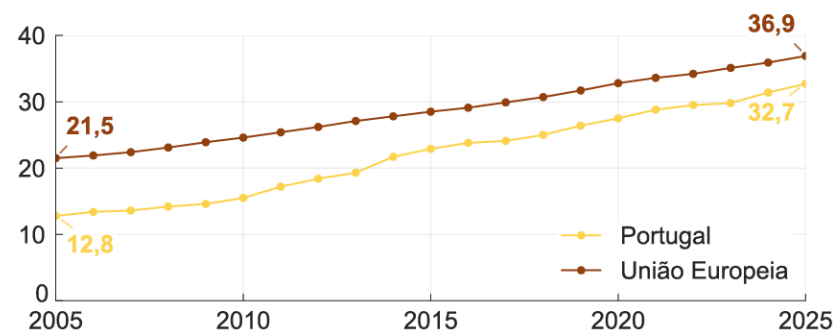
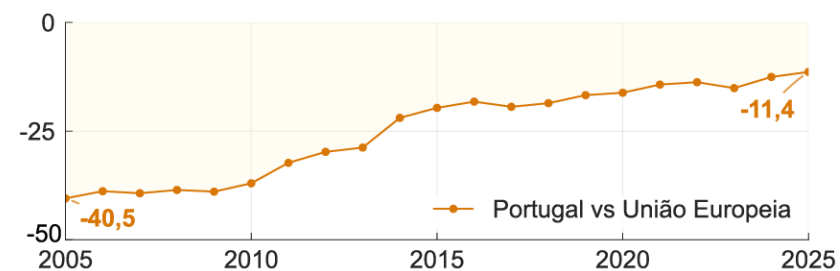
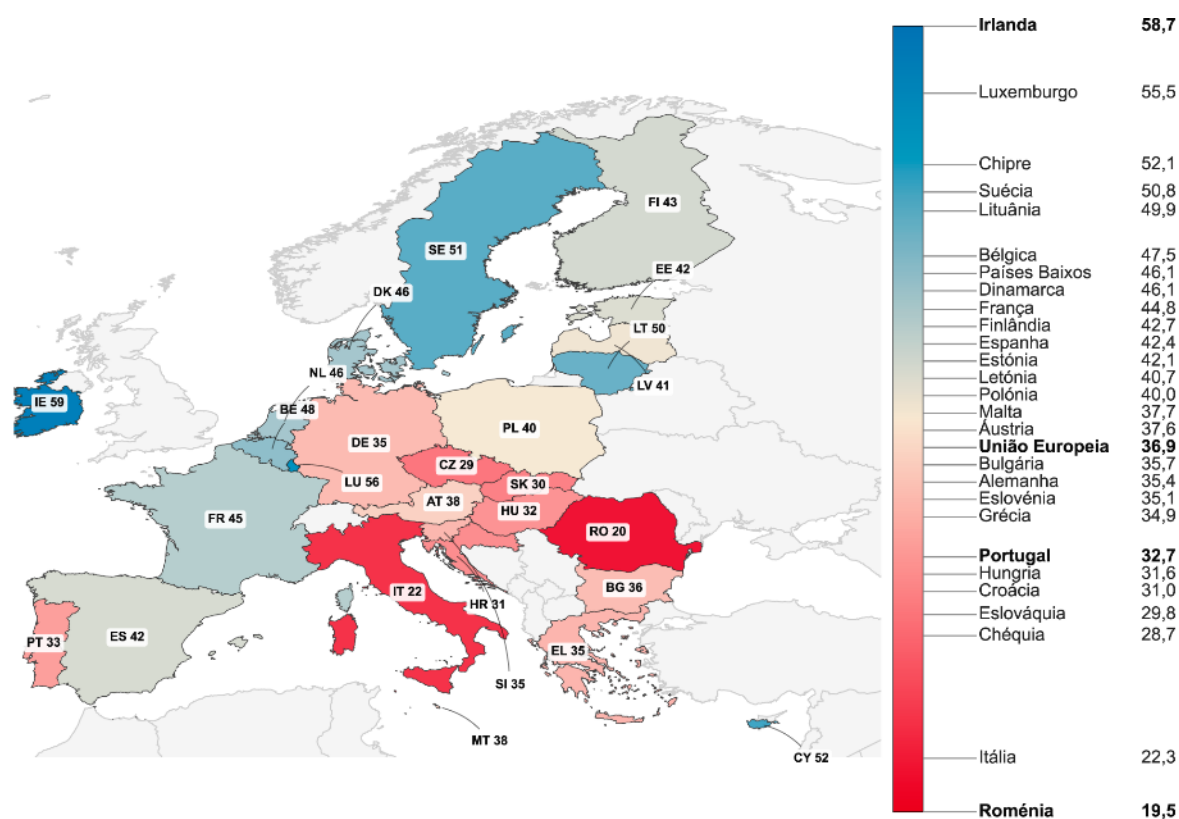


Gráfico 4 - Desvio relativo da Proporção da População (25-64 anos) com Ensino Superior em Portugal face à União Europeia entre 2005 e 2025, em %



Mapa 2 - Proporção da População (25-64 anos) com Ensino Superior por Estado-Membro em 2025, em %

Fonte dos dados: [Population in private households by educational attainment level \(Eurostat\)](#)

A Proporção da População com Ensino Superior define-se como a percentagem de indivíduos residentes, com idade entre 25 e 64 anos, que concluíram com sucesso o nível de educação terciária. Para garantir a comparabilidade internacional, o indicador baseia-se na Classificação Internacional Normalizada da Educação (ISCED), considerando os níveis de escolaridade oficialmente reconhecidos (níveis 5 a 8). Esta métrica permite aferir a qualificação do capital humano e a sofisticação da base de competências de Portugal, sinalizando o posicionamento do país na transição para uma economia baseada no conhecimento face ao referencial europeu.

Do ponto de vista metodológico, os dados resultam, para Portugal, do Inquérito ao Emprego, realizado pelo INE no âmbito do Inquérito às Forças de Trabalho da União Europeia (EU-LFS), sendo divulgados pelo Eurostat como médias anuais. O valor de Portugal corresponde à extração direta da fonte e o referencial europeu ao agregado oficial da UE27 publicado pela fonte.

O indicador foca-se na população residente no escalão etário dos 25 aos 64 anos, abrangendo o total de ambos os sexos e independentemente do país de nascimento. O cálculo resulta do rácio entre o número de pessoas que detêm o ensino superior e a população total residente no respetivo grupo etário, excluindo indivíduos em alojamentos coletivos ou institucionais.

2.2. Competitividade

O domínio da Competitividade permite analisar a capacidade da economia portuguesa para gerar riqueza efetiva, competir nos mercados globais e sustentar o crescimento de longo prazo, reunindo um conjunto de seis indicadores fundamentais: Índice Global de Competitividade (IMD), Índice Global de Inovação, Peso do VANE no PIB, Produtividade do Trabalho por Hora Trabalhada, PIB *per capita* e a Taxa de Sociedades Jovens de Elevado Crescimento.

2.2.1. Índice Global de Competitividade (IMD)

▲ **67,8**
(0-100)
Portugal
(2025)

▲ **68,7**
(0-100)
União Europeia
(2025)

Gráfico 5 - Evolução do Índice Global de Competitividade (IMD) entre 2005 e 2025 (Pontuação 0-100)

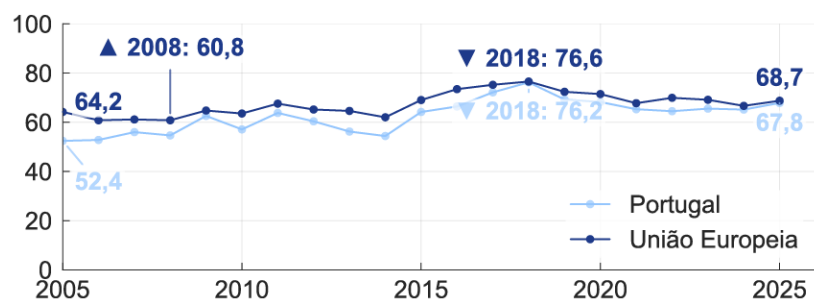
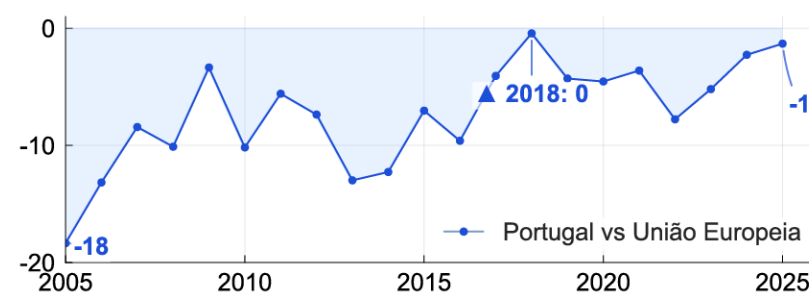
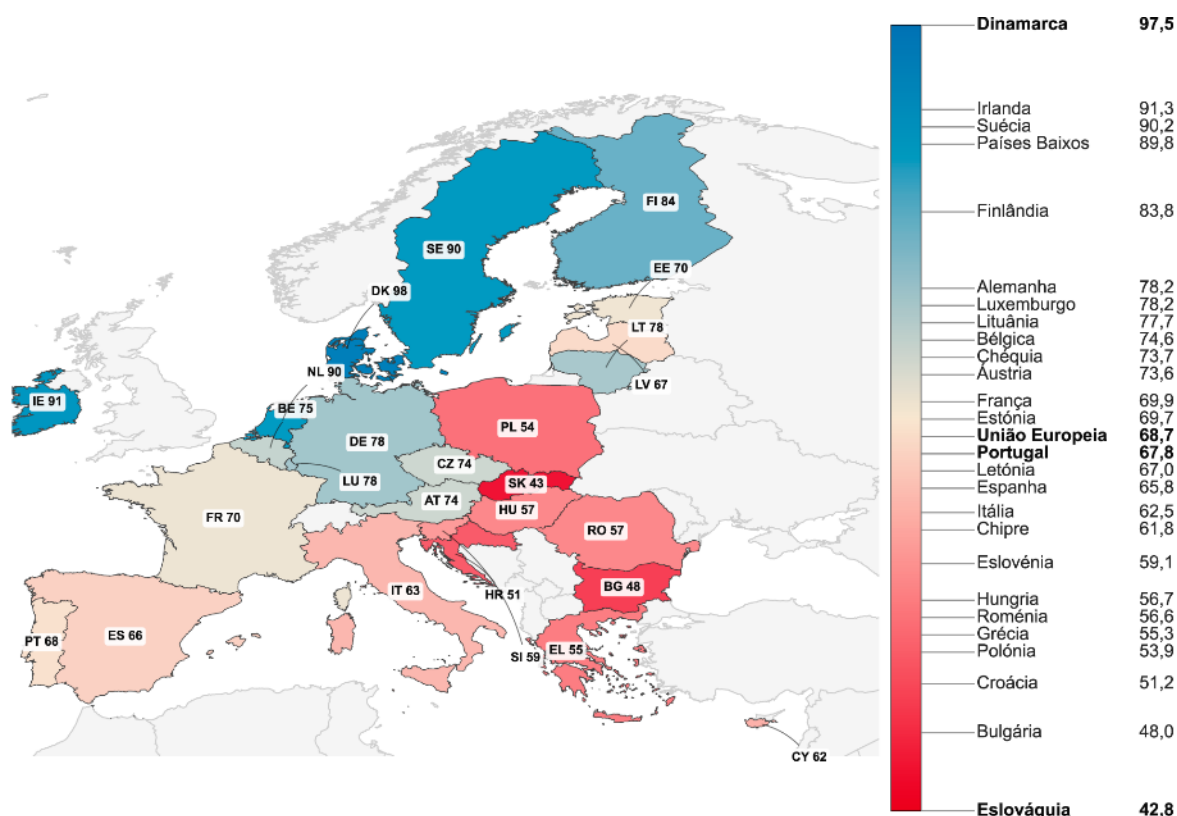


Gráfico 6 - Desvio relativo do Índice Global de Competitividade (IMD) de Portugal face à União Europeia entre 2005 e 2025, em %



Mapa 3 - Índice Global de Competitividade (IMD) por Estado-Membro em 2025 (Pontuação 0-100)

Fonte dos dados: [World Competitiveness \(IMD\)](#)

O Índice Global da Competitividade do International Institute for Management Development (IMD) define-se como o referencial analítico que avalia a capacidade de uma economia para edificar e sustentar um ecossistema favorável à competitividade empresarial, estruturado em torno de quatro dimensões críticas: Desempenho Económico, Eficiência Governamental, Eficiência Empresarial e Infraestrutura.

Do ponto de vista metodológico, o modelo de cálculo do indicador assenta num sistema de ponderação multidimensional que combina indicadores de resultados com inquéritos a empresários, seguindo as normas metodológicas do IMD. O valor de Portugal corresponde à extração direta da fonte e o referencial europeu resulta de cálculo próprio, obtido como mediana dos Estados-Membros. O referencial europeu é calculado com base em 26 dos 27 Estados-Membros da União Europeia, devido à não inclusão de Malta na base de dados original do IMD, tendo-se optado pela utilização da mediana da UE como métrica de tendência central, por ser o referencial que melhor mitiga o impacto de valores extremos no posicionamento relativo de Portugal.

Do ponto de vista interpretativo, quanto maior a pontuação, mais bem posicionado se encontra o país.

2.2.2. Índice Global de Inovação

▼ **43,9**
(0-100)
Portugal
(2025)

▼ **44,9**
(0-100)
União Europeia
(2025)

Gráfico 7 - Evolução do Índice Global de Inovação entre 2012 e 2025 (Pontuação 0-100)

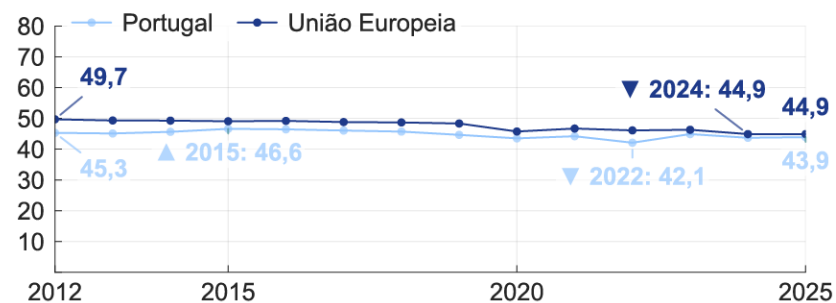
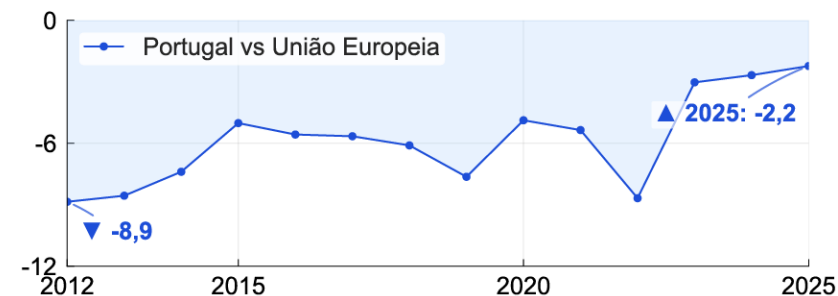
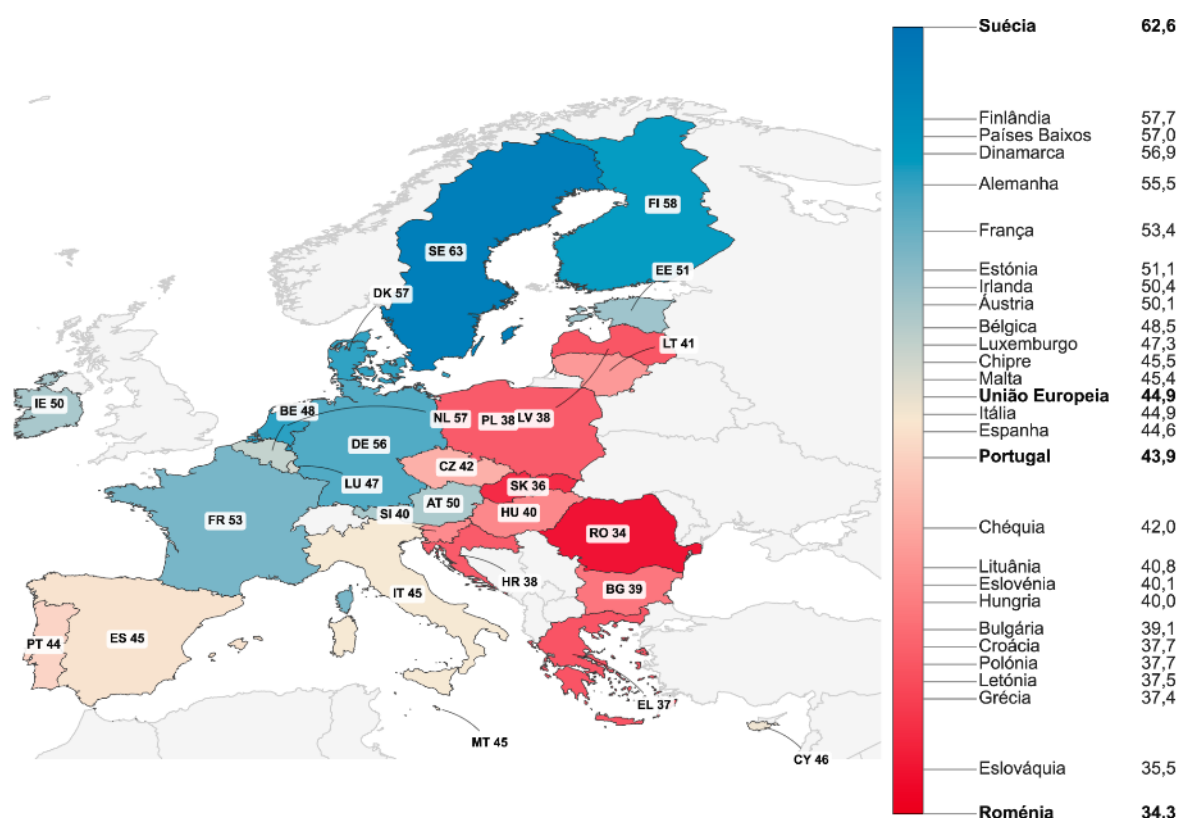


Gráfico 8 - Desvio relativo do Índice Global de Inovação de Portugal face à União Europeia entre 2012 e 2025, em %



Mapa 4 - Índice Global de Inovação por Estado-Membro em 2025 (Pontuação 0-100)

Fonte dos dados: [Global Innovation Index \(WIPO\)](https://www.wipo.int/global_innovation_index/en/)

O Índice Global de Inovação, publicado anualmente pela World Intellectual Property Organization (WIPO), avalia o desempenho em matéria de inovação permitindo estabelecer um ranking entre países. Na edição de 2025, foram analisadas 139 economias mundiais, com base num conjunto de 78 indicadores agregados em sete pilares: Instituições, Capital Humano e Investigação, Infraestruturas, Sofisticação de Mercado, Sofisticação Empresarial, Produção de Conhecimento & Tecnologia e Produção Criativa.

Do ponto de vista interpretativo, quanto maior a pontuação, melhor será o desempenho relativo do país no Índice Global de Inovação. A pontuação, normalizada numa escala de 0 a 100, traduz o desempenho agregado do sistema nacional de inovação, embora não represente necessariamente uma avaliação absoluta nem uma percentagem de desempenho.

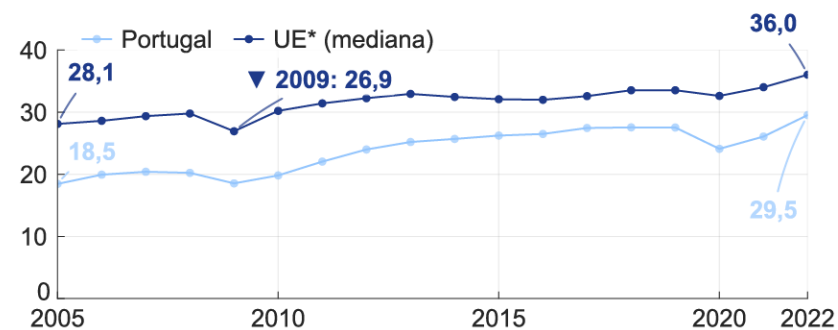
O valor de Portugal corresponde à extração direta da fonte e o referencial europeu resulta de cálculo próprio, obtido como mediana dos Estados-Membros. A análise comparativa iniciou-se em 2012, primeiro ano da série considerado suficientemente consistente para assegurar a comparabilidade entre os 27 Estados-Membros da UE e garantir uma cobertura homogénea da amostra. Para sintetizar a posição da UE27, utiliza-se a mediana dos Estados-Membros como métrica de tendência central.

2.2.3. Peso do Valor Acrescentado Nacional das Exportações no Produto Interno Bruto

▲ **29,5**
(% do PIB)
Portugal
(2022)

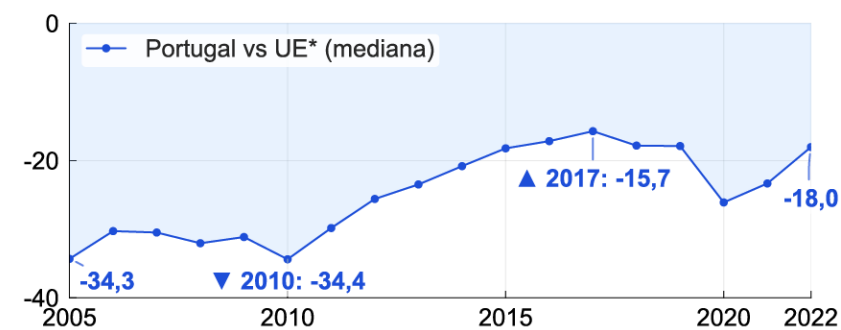
▲ **36,0**
(% do PIB)
União Europeia
(2022)

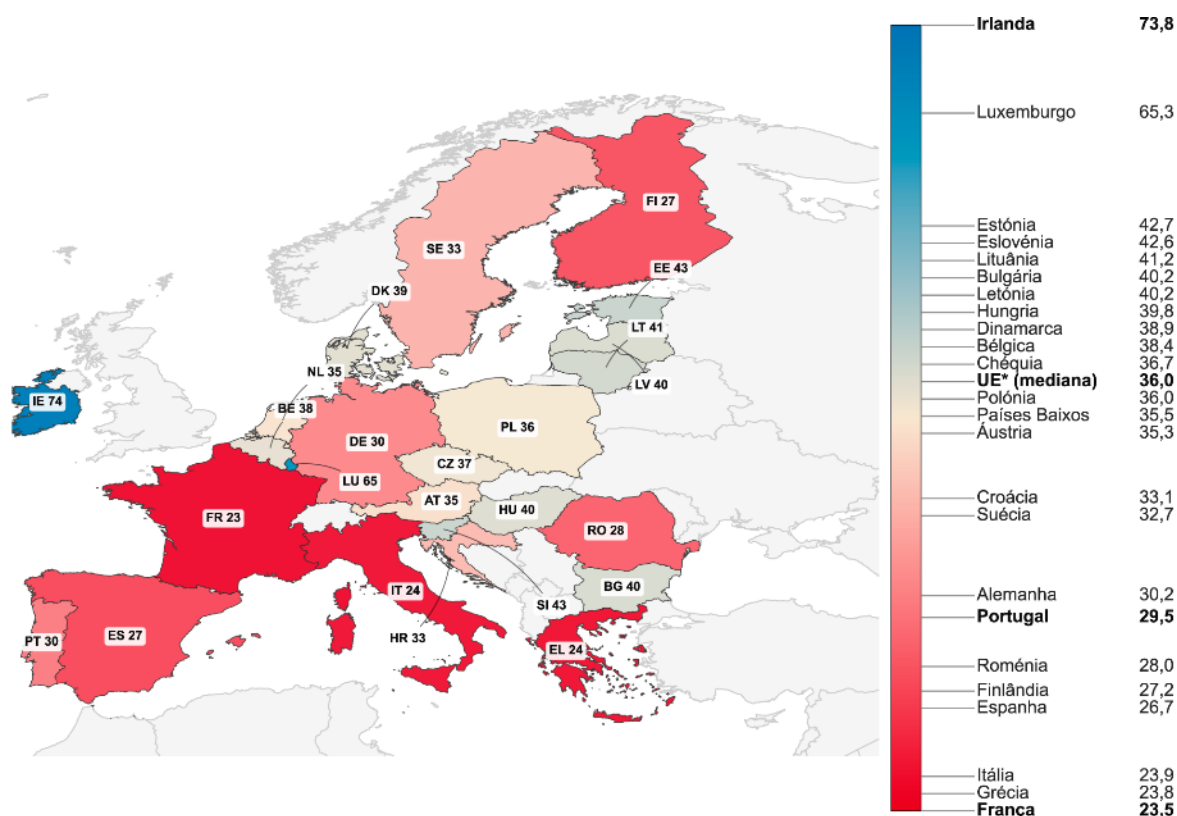
Gráfico 9 - Evolução do Peso do Valor Acrescentado Nacional das Exportações (VANE) no Produto Interno Bruto (PIB) entre 2005 e 2022, em % do PIB



Nota: O referencial europeu utiliza a mediana da UE em vez da média UE disponível na fonte para garantir a comparabilidade com Portugal, dado que o agregado oficial da UE27 disponível na fonte exclui o comércio intra-UE.

Gráfico 10 - Desvio relativo do Peso do VANE no PIB de Portugal face à União Europeia entre 2005 e 2022, em %



Mapa 5 - Peso do VANE no PIB por Estado-Membro em 2022, em % do PIB

Cálculos próprios com base nas seguintes fontes dos dados: [Trade in Value Added \(OECD\)](#) / [GDP \(OECD\)](#)

O peso do Valor Acrescentado Nacional das Exportações (VANE) no Produto Interno Bruto (PIB) mede a proporção do valor das exportações do país que foi gerada internamente, subtraindo o custo dos bens e serviços importados utilizados no processo produtivo face ao valor do produto interno bruto. Deste modo, indica a real contribuição da atividade exportadora para a riqueza nacional.

O valor de Portugal resulta de cálculo próprio a partir das fontes indicadas e o referencial europeu resulta igualmente de cálculo próprio, obtido como mediana dos Estados-Membros, por adaptação metodológica destinada a assegurar a comparabilidade com Portugal. A análise comparativa baseia-se nos dados disponibilizados pela OCDE (calculados), utilizando a Mediana da UE como métrica de tendência central para o referencial europeu. A amostra de 25 Estados-Membros decorre da indisponibilidade de dados para Malta e Chipre. A opção pela mediana, em detrimento da média agregada da UE27, garante uma base de comparação homogénea com a estrutura produtiva de Portugal, uma vez que o valor oficial do bloco europeu exclui o comércio intra-UE, o que tornaria a comparação direta com o desempenho nacional metodologicamente inconsistente.

2.2.4. Produtividade do Trabalho por Hora Trabalhada

▲ **35,6**
(PPC/hora)
Portugal
(2025)

▲ **53,2**
(PPC/hora)
União Europeia
(2025)

Gráfico 11 - Evolução da Produtividade do Trabalho por Hora Trabalhada, entre 2005 e 2025, em Paridades de Poder de Compra (PPC) por hora (PPC/h)

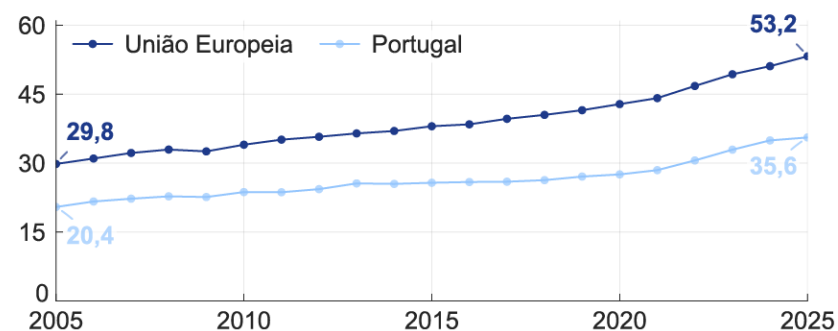
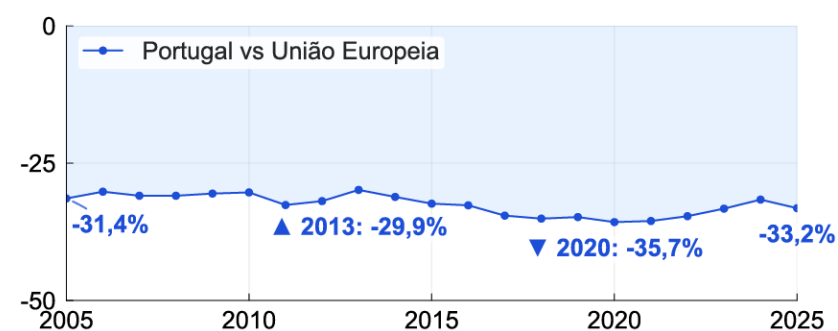
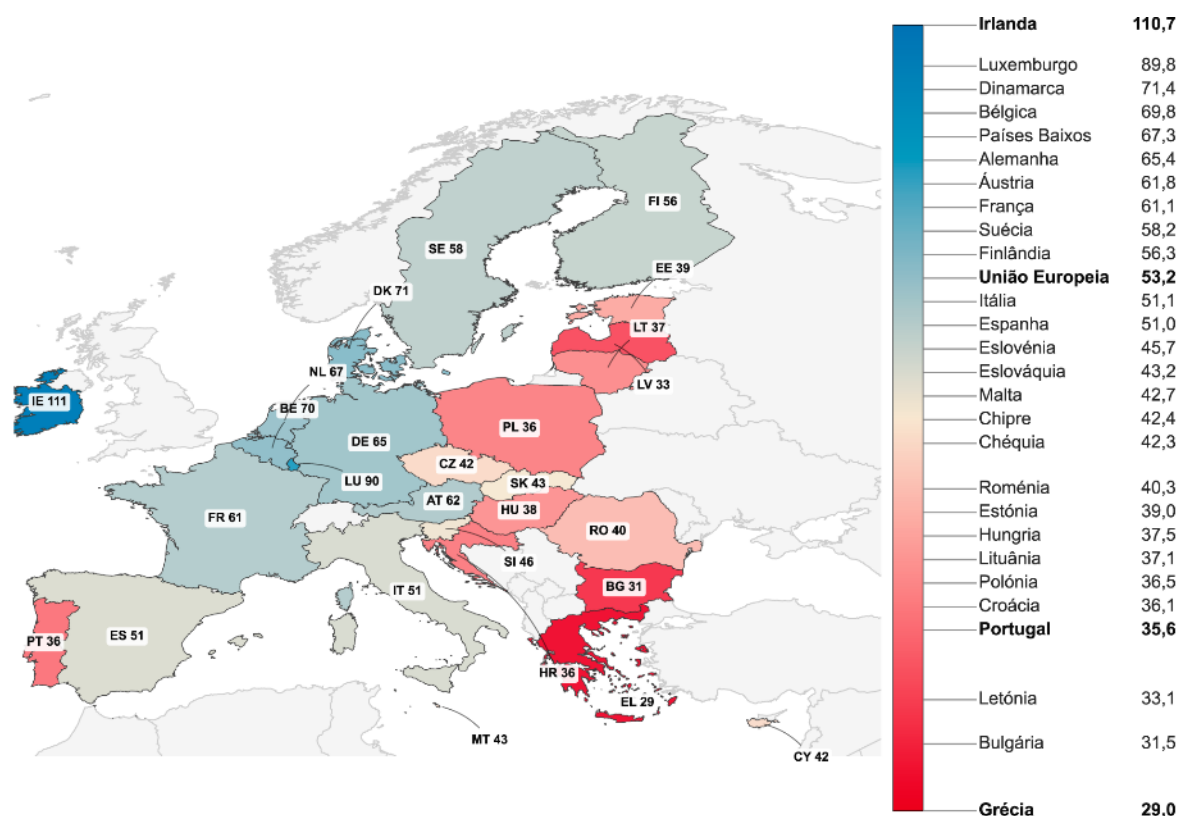


Gráfico 12 - Desvio relativo da Produtividade do Trabalho por Hora Trabalhada de Portugal face à União Europeia entre 2005 e 2025, em %



Mapa 6 - Produtividade do Trabalho por Hora Trabalhada por Estado-Membro em 2025 (PPC/hora)

Cálculos próprios com base nas seguintes fontes de dados: [Gross Domestic Product \(Eurostat\)](#) / [Employment by main industry \(Eurostat\)](#)

A Produtividade do Trabalho por Hora Trabalhada define-se como o valor monetário da riqueza gerada por cada hora de trabalho efetivo, ajustado às paridades de poder de compra (PPC) a preços correntes de cada ano. Esta abordagem elimina as disparidades nos níveis de preços entre países, permitindo comparar, em cada ano, a eficiência com que a economia nacional utiliza o fator trabalho e isolando as diferenças nas jornadas laborais ou a incidência do trabalho a tempo parcial. Ao expressar este valor em PPC, transforma-se a análise numa comparação entre países da capacidade produtiva, garantindo que o desempenho de Portugal é medido através de uma "moeda comum" que reflete o verdadeiro potencial de geração de valor face à União Europeia.

Do ponto de vista metodológico, os dados apresentados resultam de cálculos próprios que derivam do rácio entre o Produto Interno Bruto nominal e o volume total de horas trabalhadas, seguindo os padrões das Contas Nacionais e as bases de dados oficiais do Eurostat. O valor de Portugal resulta de cálculo próprio a partir das fontes indicadas e o referencial europeu do mesmo cálculo aplicado aos agregados oficiais da UE27 publicados pelo Eurostat. Por se tratar de valores em PPC a preços correntes, a série permite comparar Portugal com a UE27 em cada ano, mas não deve ser lida como medida da evolução real da produtividade ao longo do tempo, para a qual seria necessária uma série em volume (preços encadeados).

2.2.5. Produto Interno Bruto por Habitante

▲ 33 825
(PPC)
Portugal
(2025)

▲ 41 646
(PPC)
União Europeia
(2025)

Gráfico 13 - Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) por Habitante entre 2005 e 2025, em paridades de poder de compra (PPC)

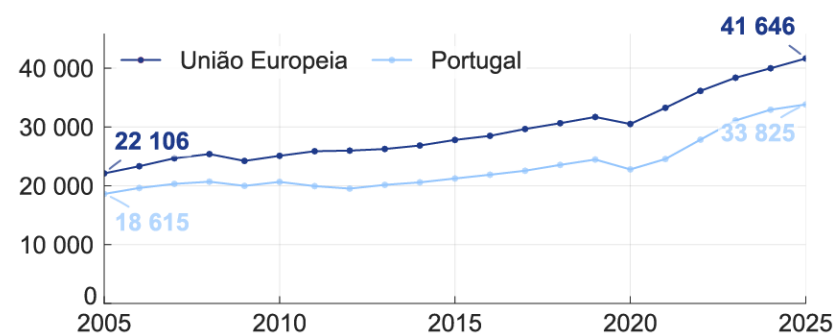
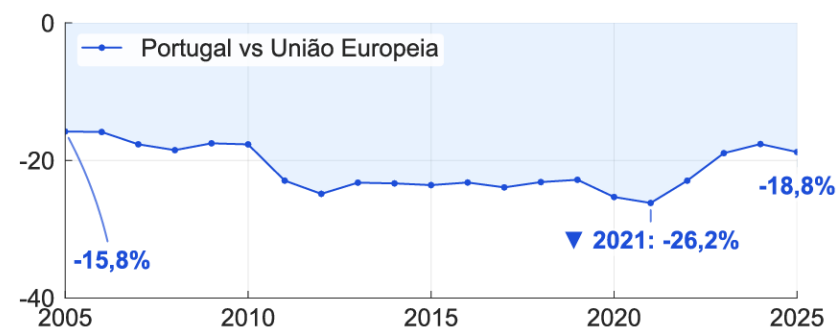
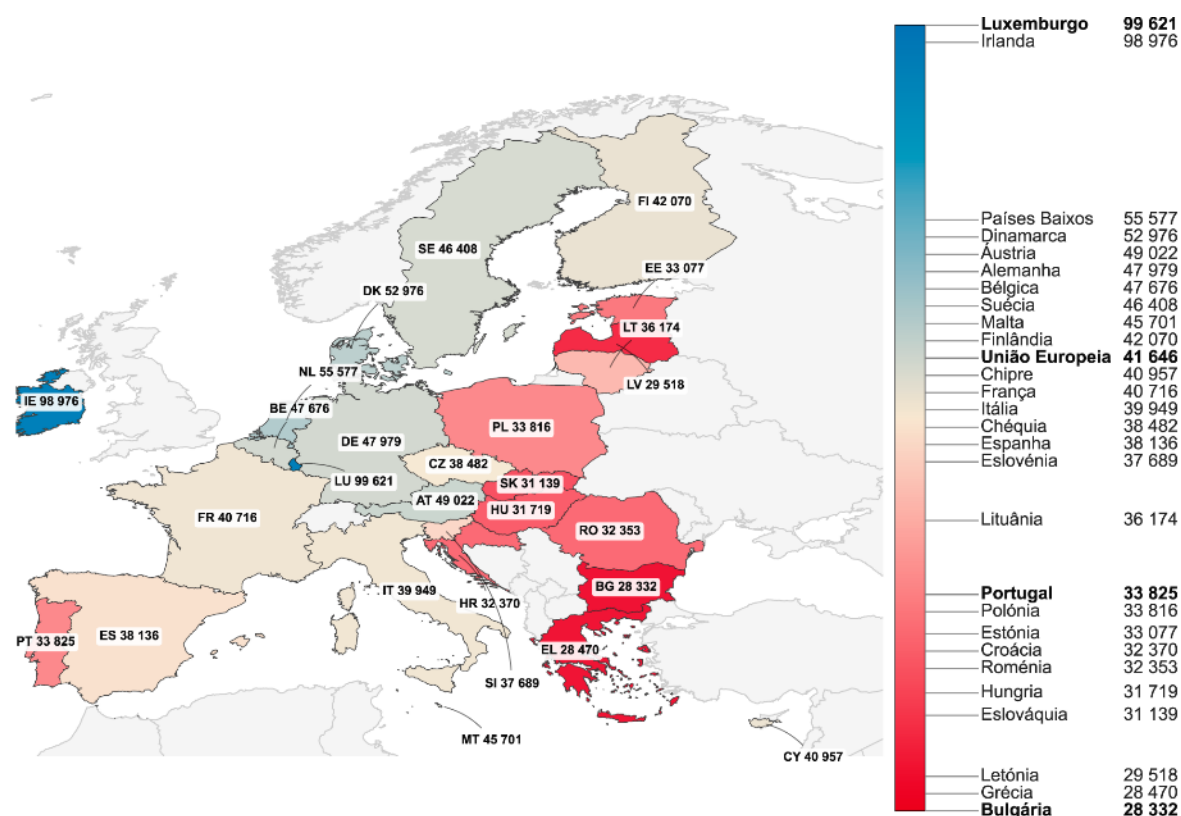


Gráfico 14 - Desvio relativo do Produto Interno Bruto (PIB) por Habitante de Portugal face à União Europeia entre 2005 e 2025, em %



Mapa 7 - Produto Interno Bruto (PIB) por Habitante por Estado-Membro em 2025, em PPC

Fonte dos dados: [GDP per capita in PPS \(Eurostat\)](#)

O Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* define-se como o valor médio da riqueza produzida por habitante num determinado período. Para garantir a comparabilidade internacional, o indicador é expresso em Paridades de Poder de Compra (PPC), uma unidade que elimina as diferenças nos níveis de preços entre países. Importa clarificar que esta métrica está expressa com base no euro (moeda de referência do Eurostat), sendo calibrada para que um PPC represente o poder de compra médio de um euro no espaço comunitário (UE27). Esta métrica permite aferir o padrão de vida material e o desenvolvimento económico relativo de Portugal, sinalizando a distância que separa a economia nacional do referencial europeu.

Do ponto de vista metodológico, os dados são extraídos das Contas Nacionais compiladas pelo Eurostat, cujo cálculo tem por base o rácio entre o valor do PIB a preços de mercado e a população total residente. O valor de Portugal corresponde à extração direta da fonte e o referencial europeu ao agregado oficial da UE27 publicado pela fonte.

2.2.6. Taxa de Sociedades Jovens de Elevado Crescimento

▲ **1,19%**
Portugal
(2023)

▲ **0,87%**
União Europeia
(2023)

Gráfico 15 - Evolução da Taxa de Sociedades Jovens de Elevado Crescimento entre 2021 e 2023, em % de empresas ativas com 10 ou mais trabalhadores

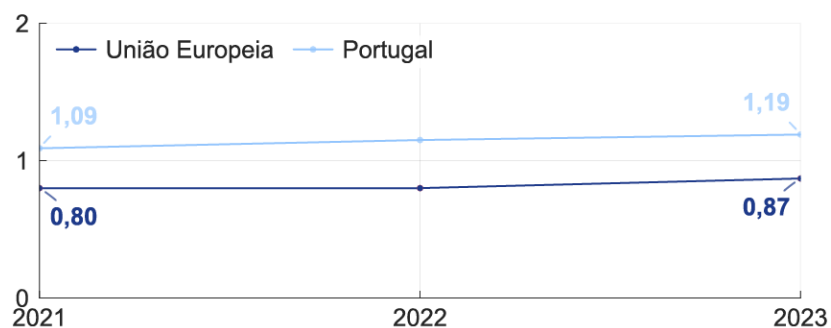
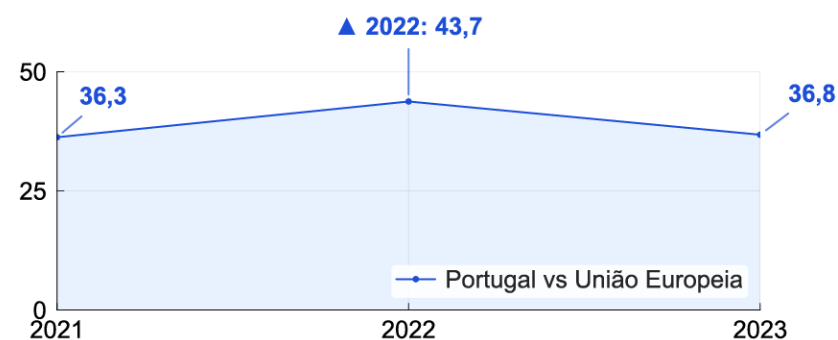
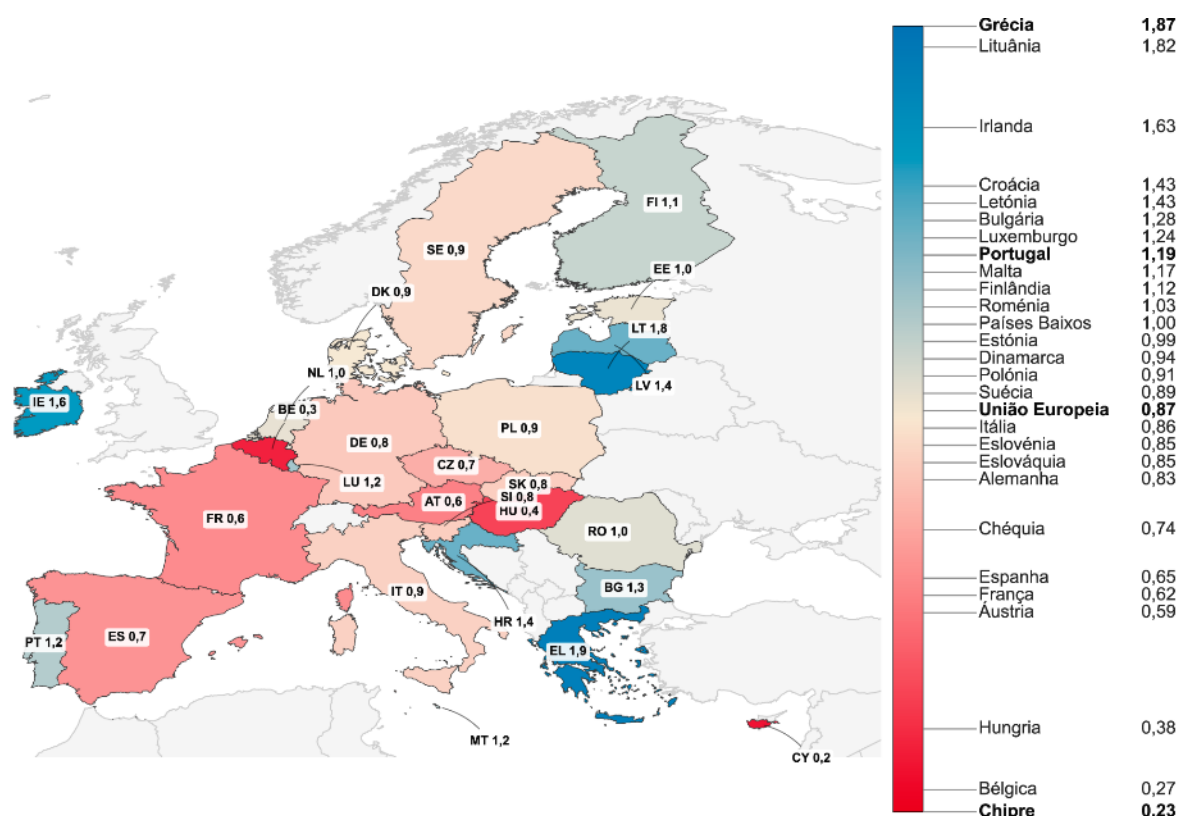


Gráfico 16 - Desvio relativo da Taxa de Sociedades Jovens de Elevado Crescimento de Portugal face à União Europeia entre 2021 e 2023, em %



Mapa 8 - Taxa de Sociedades Jovens de Elevado Crescimento em 2023 por Estado-membro, em % de empresas ativas com 10 ou mais trabalhadores



Fonte dos dados: [High growth enterprises and related employment \(Eurostat\)](#)

As Sociedades Jovens de Elevado Crescimento, comumente designadas como "Gazelas", identificam as empresas com idade até cinco anos que apresentam um crescimento acelerado e sustentado do seu número de trabalhadores. De acordo com os novos padrões do sistema estatístico europeu (Regulamento EBS 2019/2152), estas sociedades devem registar um crescimento médio anual do emprego superior a 10% ao longo de um período de três anos, contando com pelo menos dez empregados no início do período de observação. A métrica apresentada reflete a quota destas sociedades no universo de empresas ativas com 10 ou mais trabalhadores, permitindo aferir a dinâmica empresarial e a capacidade de criação de riqueza, uma vez que estas unidades são responsáveis por uma quota desproporcional da criação de novos postos de trabalho líquidos e pela introdução de inovação no mercado.

Do ponto de vista metodológico, a análise utiliza exclusivamente os dados mais recentes do Eurostat cobrindo o período entre 2021 e 2023. Esta opção deve-se à inexistência de séries históricas diretamente comparáveis com o agregado da União Europeia para os anos anteriores, resultante da transição para o novo quadro normativo e metodológico europeu. O valor de Portugal corresponde à extração direta da fonte e o referencial europeu ao agregado oficial da UE27 publicado pela fonte.

2.3. Qualidade de Vida

O domínio da Qualidade de Vida é analisado através de um espectro multidimensional de sete indicadores: Coeficiente de Gini, Esperança de Vida à Nascimento, Grau de Felicidade, Mortalidade Evitável e Passível de Tratamento, Proporção da População Residente em Risco de Pobreza ou Exclusão Social, Rácio Preço da Habitação vs. Rendimento e Taxa de Compromisso dos Trabalhadores. Avalia-se o equilíbrio entre a coesão social, a eficácia dos sistemas de proteção e saúde, e os novos desafios de acessibilidade e bem-estar que condicionam as famílias portuguesas.

2.3.1. Coeficiente de Gini

▼ **30,9**
(0-100)
Portugal
(2025)

▼ **29,2**
(0-100)
União Europeia
(2025)

Gráfico 17 - Evolução do Coeficiente de Gini entre 2014 e 2025 (Escala de 0 a 100)

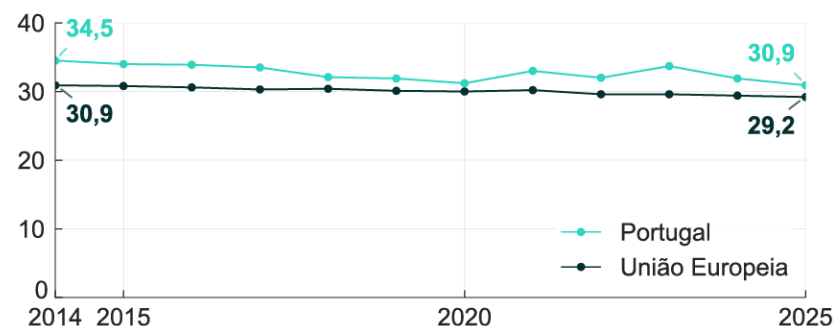
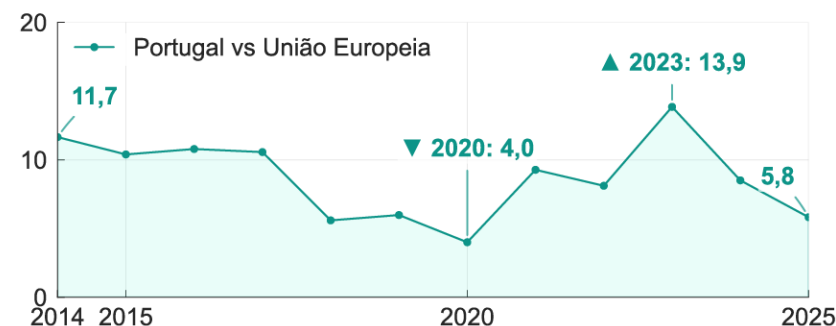
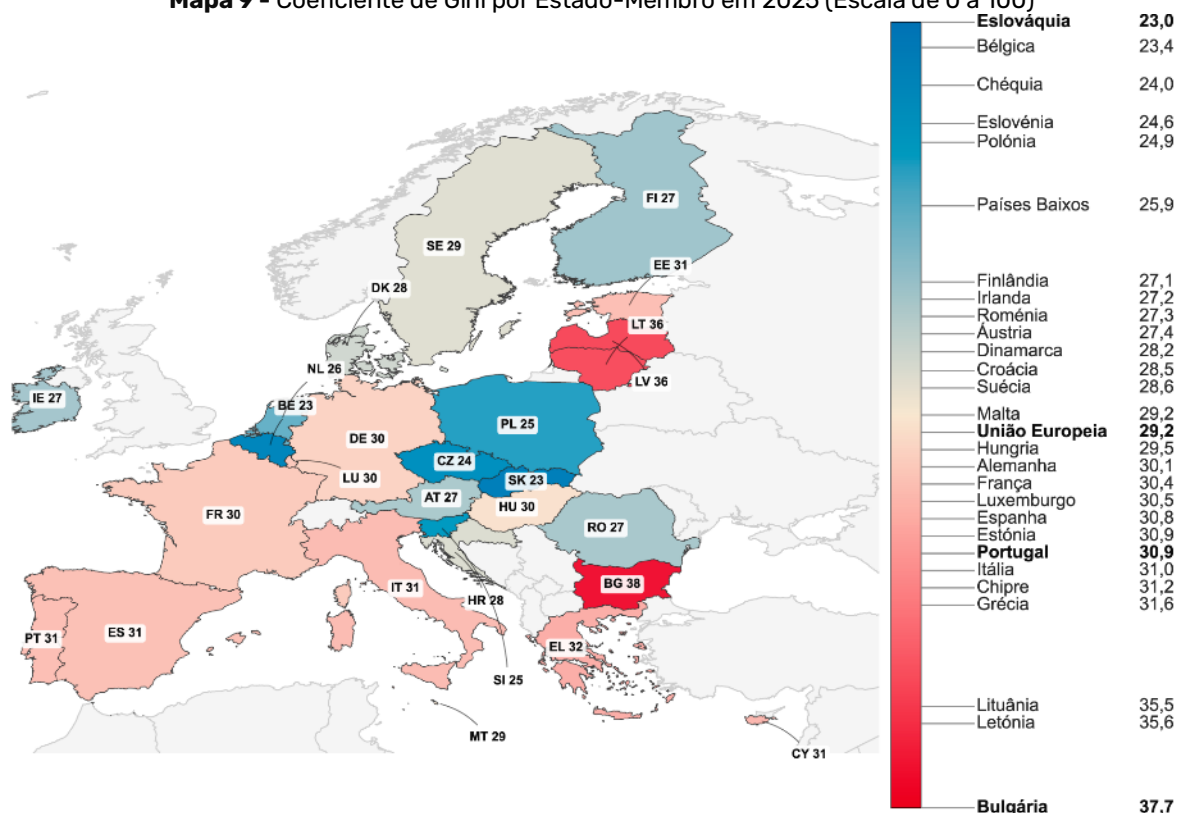


Gráfico 18 - Desvio relativo do Coeficiente de Gini de Portugal face à União Europeia entre 2014 e 2025, em %



Mapa 9 - Coeficiente de Gini por Estado-Membro em 2025 (Escala de 0 a 100)

Fonte dos dados: [Gini coefficient \(Eurostat\)](#)

O Coeficiente de Gini define-se como um dos indicadores de referência para medir a desigualdade na distribuição do rendimento disponível equivalente dentro de uma economia. A métrica varia entre 0 (igualdade perfeita, onde todos têm o mesmo rendimento) e 100 (desigualdade máxima, onde um único indivíduo detém todo o rendimento). Esta variável permite avaliar a coesão social e a eficácia das políticas redistributivas, evidenciando o fosso entre os diferentes estratos da população. Ao analisar este coeficiente no contexto europeu, é possível aferir o equilíbrio do modelo de crescimento nacional e o risco de exclusão social associado à concentração do rendimento.

Do ponto de vista metodológico, os dados apresentados baseiam-se no inquérito EU-SILC (*European Union Survey on Income and Living Conditions*), divulgado pelo Eurostat. Esta base de dados utiliza microdados multidimensionais harmonizados sobre rendimento e condições de vida, abrangendo agregados familiares privados e garantindo a comparabilidade geográfica entre os 27 Estados-Membros da UE. Em Portugal, o inquérito é aplicado pelo INE e a amostra cobre todo o território nacional, incluindo as Regiões Autónomas, seguindo os padrões de qualidade e os períodos de referência estipulados pela regulamentação comunitária. O valor de Portugal corresponde à extração direta da fonte e o referencial europeu ao agregado oficial da UE27 publicado pela fonte. Tratando-se de um indicador de polaridade inversa, uma seta descendente traduz uma evolução favorável.

2.3.2. Esperança de Vida à Nascença

▲ **82,5**
(N.º Anos)
Portugal
(2024)

▲ **81,5**
(N.º Anos)
União Europeia
(2024)

Gráfico 19 - Evolução da Esperança de Vida à Nascença entre 2005 e 2024, em N.º Anos.

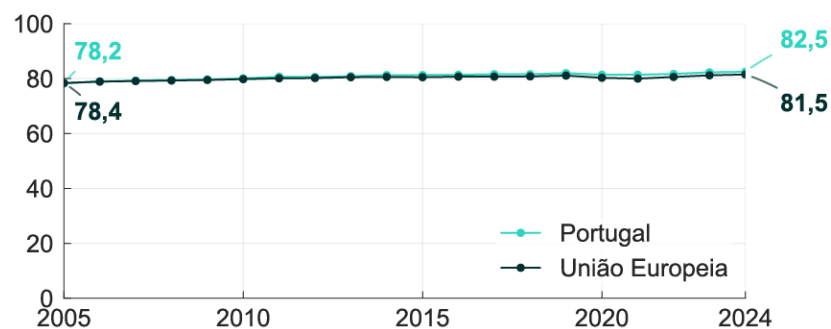
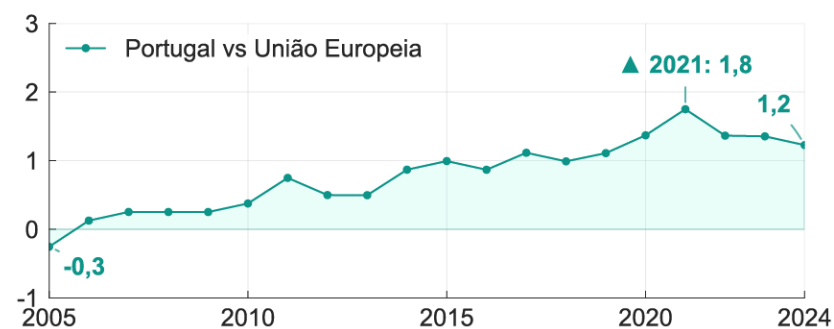
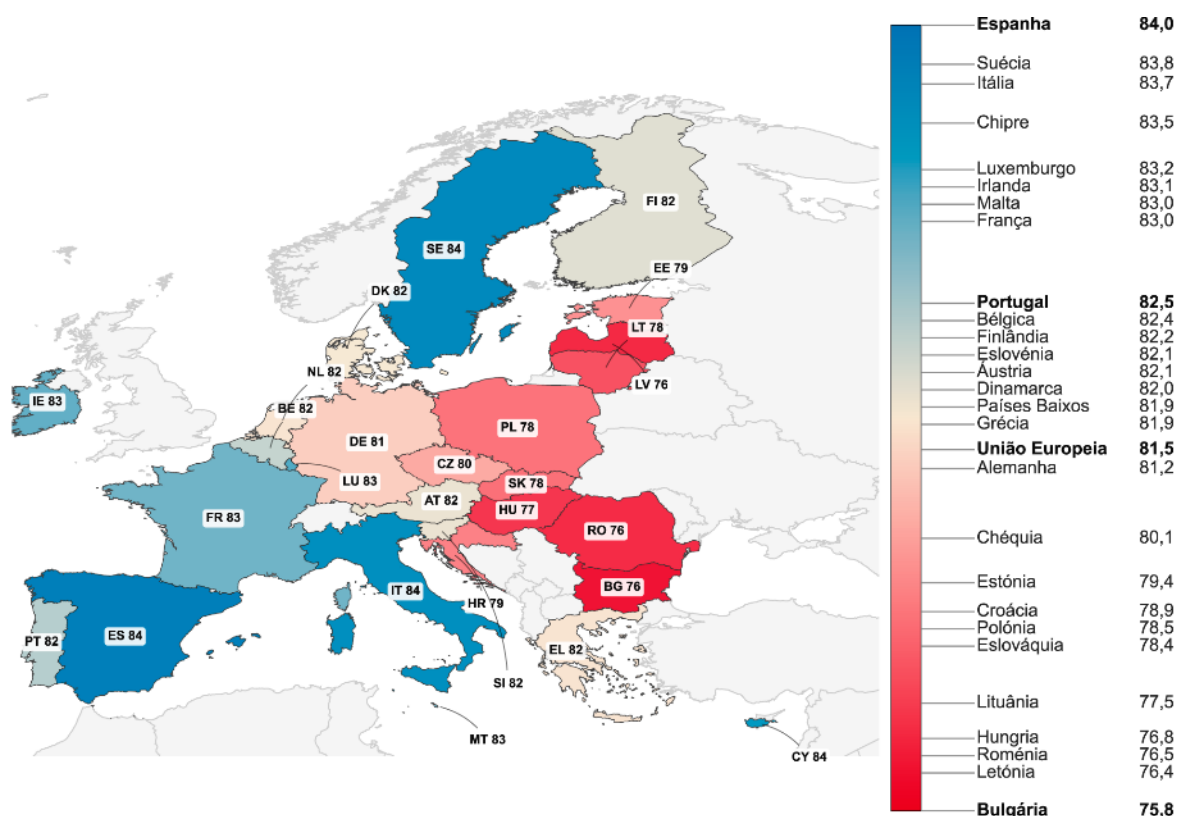


Gráfico 20 - Desvio relativo da Esperança de Vida à Nascença de Portugal face à União Europeia entre 2005 e 2024, em %



Mapa 10 - Esperança de Vida à Nascença por Estado-Membro em 2024 (N.º Anos)

Fonte dos dados: [Life expectancy \(Eurostat\)](#)

A Esperança de Vida à Nascença define-se como o número médio de anos que uma pessoa pode esperar viver se as taxas de mortalidade observadas no momento do seu nascimento se mantiverem inalteradas ao longo da sua vida. Este é um indicador multidimensional de bem-estar, refletindo não apenas a eficácia e acessibilidade do sistema de saúde, mas também a qualidade das condições de vida, os hábitos sociais e o progresso socioeconómico de uma nação. Ao analisar esta métrica no contexto europeu, é possível aferir o grau de convergência social de Portugal e a resiliência do seu modelo de proteção perante desafios demográficos e crises de saúde pública.

Do ponto de vista metodológico, os dados apresentados baseiam-se na recolha anual de estatísticas demográficas coordenada pelo Eurostat. Este instrumento utiliza registos administrativos e dados censitários harmonizados para calcular tábuas de mortalidade completas, garantindo a comparabilidade geográfica entre os 27 Estados-Membros da UE e parceiros do Espaço Económico Europeu (EEE). Em Portugal, a informação provém dos registos civis geridos pelo Ministério da Justiça e é processada seguindo o conceito de "população residente" (NUTS 2), assegurando a cobertura integral do território nacional (Continente e Regiões Autónomas) e o rigor exigido pela regulamentação comunitária para a monitorização da dinâmica populacional europeia. O valor de Portugal corresponde à extração direta da fonte e o referencial europeu ao agregado oficial da UE27 publicado pela fonte.

2.3.3. Grau de Felicidade



Gráfico 21 - Evolução do Grau de Felicidade entre 2011 e 2025 (escala 0-10)

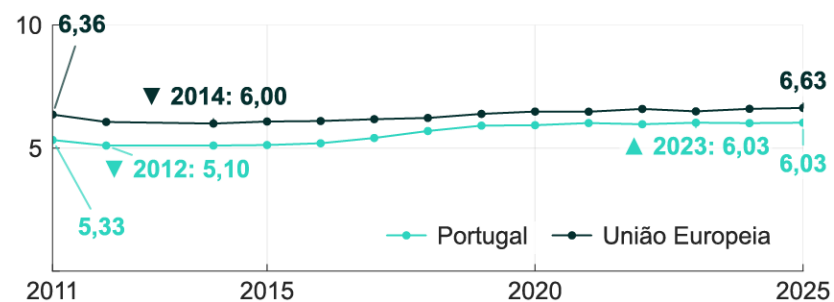
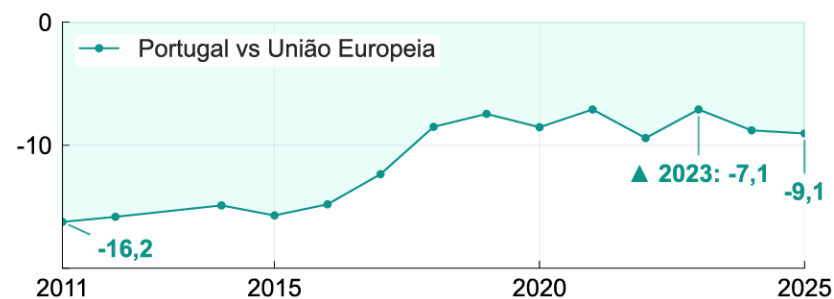
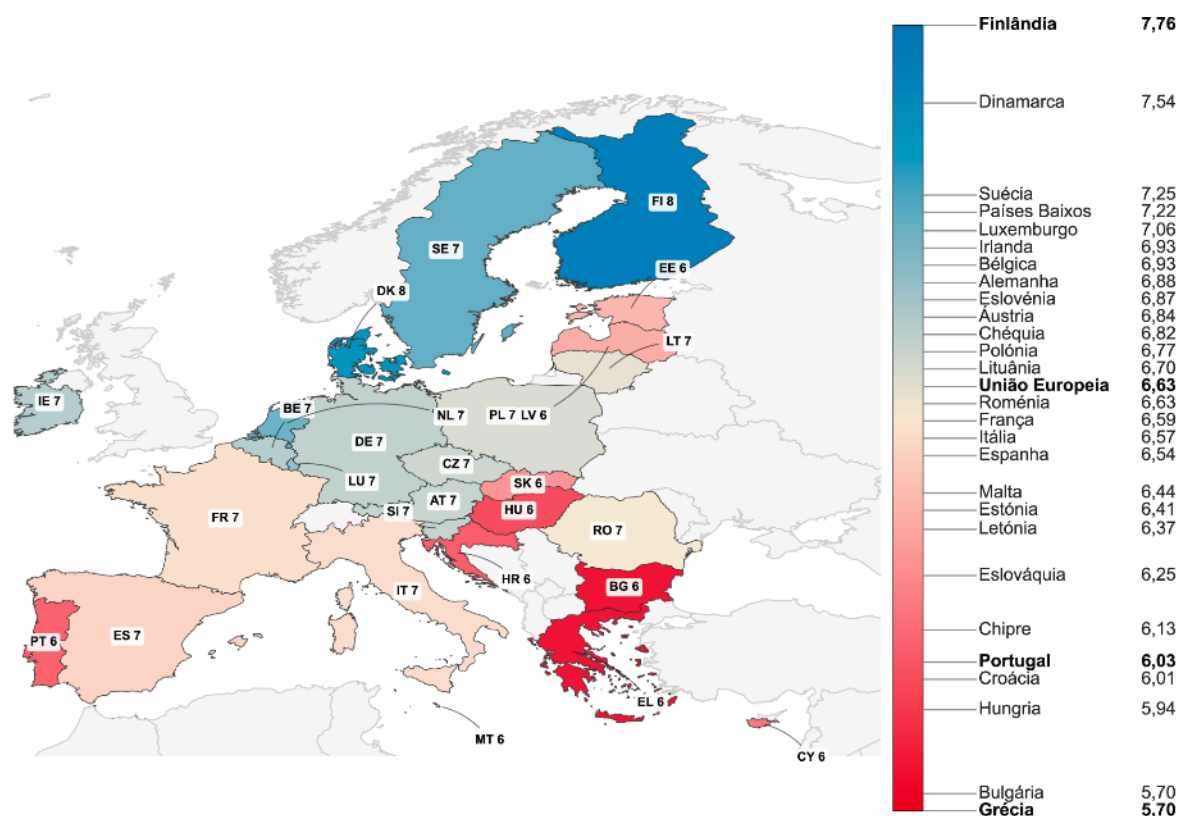


Gráfico 22 - Desvio relativo do Grau de Felicidade de Portugal face à União Europeia entre 2011 e 2025, em %



Mapa 11 – Grau de Felicidade por Estado-Membro em 2025 (Escala 0-10)

Fonte dos dados: [The World Happiness Report \(Gallup\)](#)

O Grau de Felicidade monitoriza a avaliação subjetiva que os indivíduos fazem da sua própria vida, constituindo um indicador central de bem-estar subjetivo no quadro do acompanhamento das políticas sociais e da qualidade de vida europeias. Ao captar dimensões que escapam aos indicadores económicos convencionais – como a satisfação com as relações sociais, o trabalho, a saúde e as condições de vida em geral –, este indicador oferece uma leitura complementar e insubstituível do progresso social, reconhecida por organismos internacionais como a OCDE e as Nações Unidas no âmbito das agendas de medição do bem-estar além do PIB. Os dados derivam do *World Happiness Report*, sustentado pelo Gallup World Poll, no qual os respondentes classificam a sua satisfação com a vida através da Cantril Ladder, numa escala de 0 a 10, através de amostras probabilísticas representativas da população adulta residente em cada Estado-Membro, garantindo comparabilidade geográfica através de perguntas globais padronizadas aplicadas de forma idêntica em todos os territórios.

Do ponto de vista interpretativo, quanto maior o valor, mais elevado o grau de satisfação com a vida reportado pela população residente. O referencial de comparação utilizado é a mediana da UE27, calculada com base nos 27 Estados-Membros, permitindo avaliar o posicionamento do bem-estar subjetivo nacional face à dinâmica comunitária. O valor de Portugal corresponde à extração direta da fonte e o referencial europeu resulta de cálculo próprio, obtido como mediana dos Estados-Membros.

2.3.4. Mortalidade Evitável e Passível de Tratamento

▼ **200,2**

(N.º por 100 mil habitantes)

Portugal

(2023)

▼ **237,7**

(N.º por 100 mil habitantes)

União Europeia

(2023)

Gráfico 23 - Evolução da Mortalidade Evitável e Passível de Tratamento entre 2011 e 2023, em N.º por 100 mil habitantes

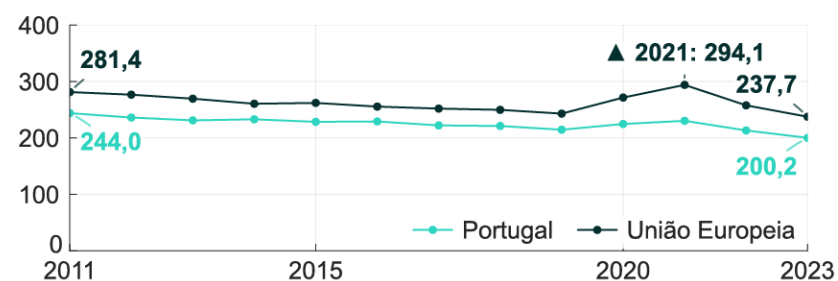
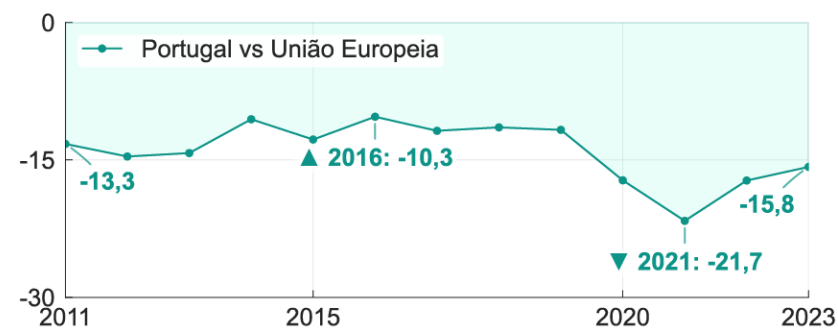
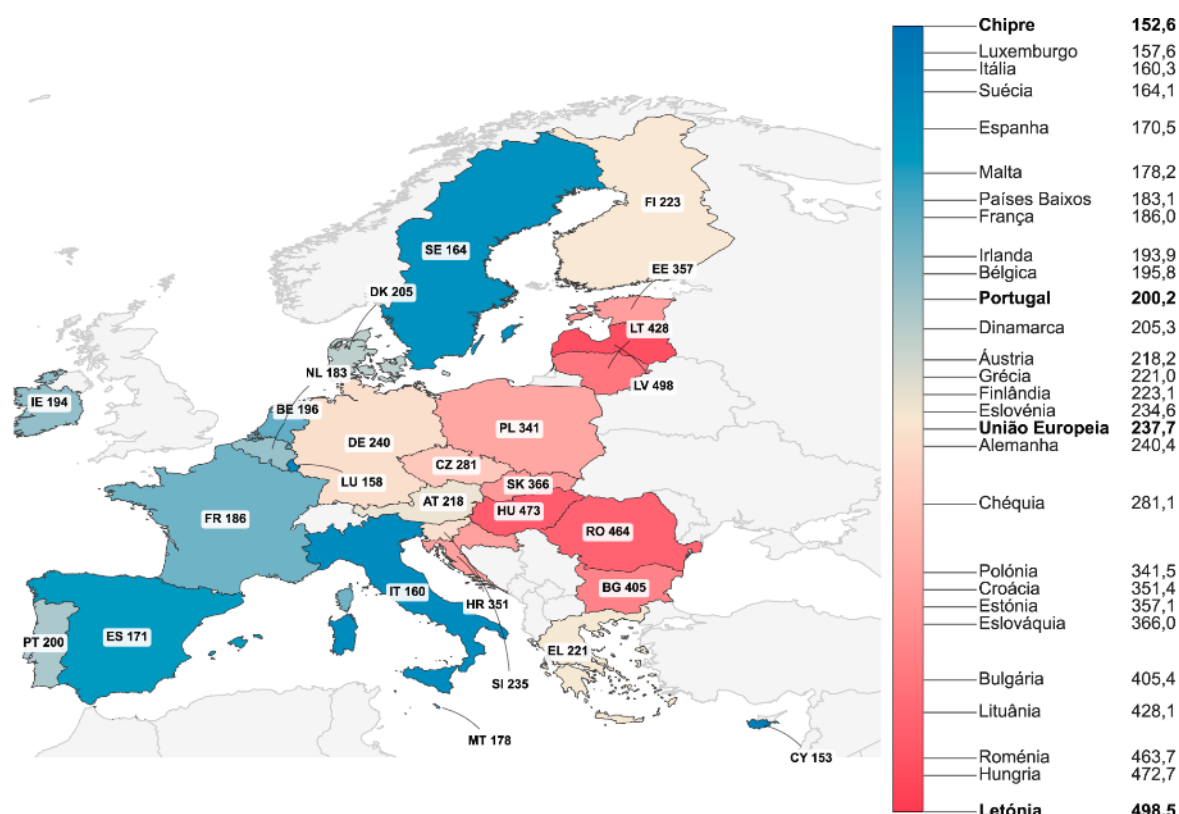


Gráfico 24 - Desvio relativo da Mortalidade Evitável e Passível de Tratamento de Portugal face à União Europeia entre 2011 e 2023, em %



Mapa 12 - Mortalidade Evitável e Passível de Tratamento por Estado-Membro em 2023 (N.º por 100 mil habitantes)



Fonte dos dados: [Treatable and preventable mortality \(Eurostat\)](#)

A Mortalidade Evitável e Passível de Tratamento define-se como o referencial analítico que quantifica os óbitos que poderiam ter sido evitados através de intervenções de saúde pública e prevenção primária (Mortalidade Preventiva) ou mediante cuidados médicos atempados e eficazes (Mortalidade Tratável). Este indicador é um reflexo direto da eficiência dos sistemas de saúde e da eficácia das políticas de promoção de estilos de vida saudáveis. Do ponto de vista metodológico, o modelo baseia-se em Taxas Padronizadas de Mortalidade (SDR), calculadas com base na População Padrão Europeia (ESP), o que permite neutralizar o efeito das diferentes estruturas etárias e garantir a comparabilidade entre os 27 Estados-Membros da UE.

Do ponto de vista interpretativo, quanto menor a taxa, mais bem posicionado se encontra o país. Os dados apresentados derivam dos certificados médicos de óbito e seguem a Classificação Internacional de Doenças (ICD), sendo harmonizados pelo Eurostat sob a regulamentação do sistema Causas de Morte (COD). O referencial de comparação utilizado é a Média da UE, que corresponde ao valor agregado oficial calculado pelo Eurostat para o conjunto dos Estados-Membros, permitindo aferir a convergência nacional face aos padrões médios europeus de saúde pública. O valor de Portugal corresponde à extração direta da fonte e o referencial europeu ao agregado oficial da UE27 publicado pela fonte. Tratando-se de um indicador de polaridade inversa, uma seta descendente traduz uma evolução favorável.

2.3.5. Proporção da População Residente em Risco de Pobreza ou Exclusão Social

▼ **18,6%**
Portugal
(2025)

▼ **20,9%**
União Europeia
(2025)

Gráfico 25 - Evolução da Proporção da População em Risco de Pobreza ou Exclusão Social entre 2015 e 2025, em %

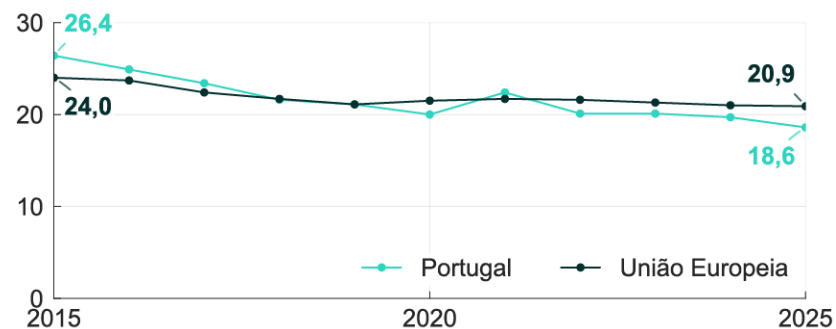
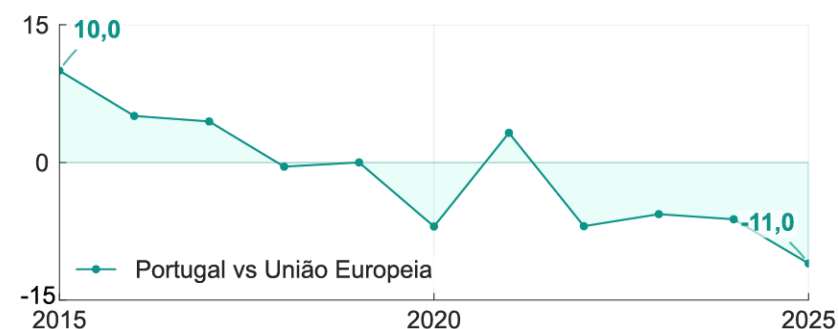
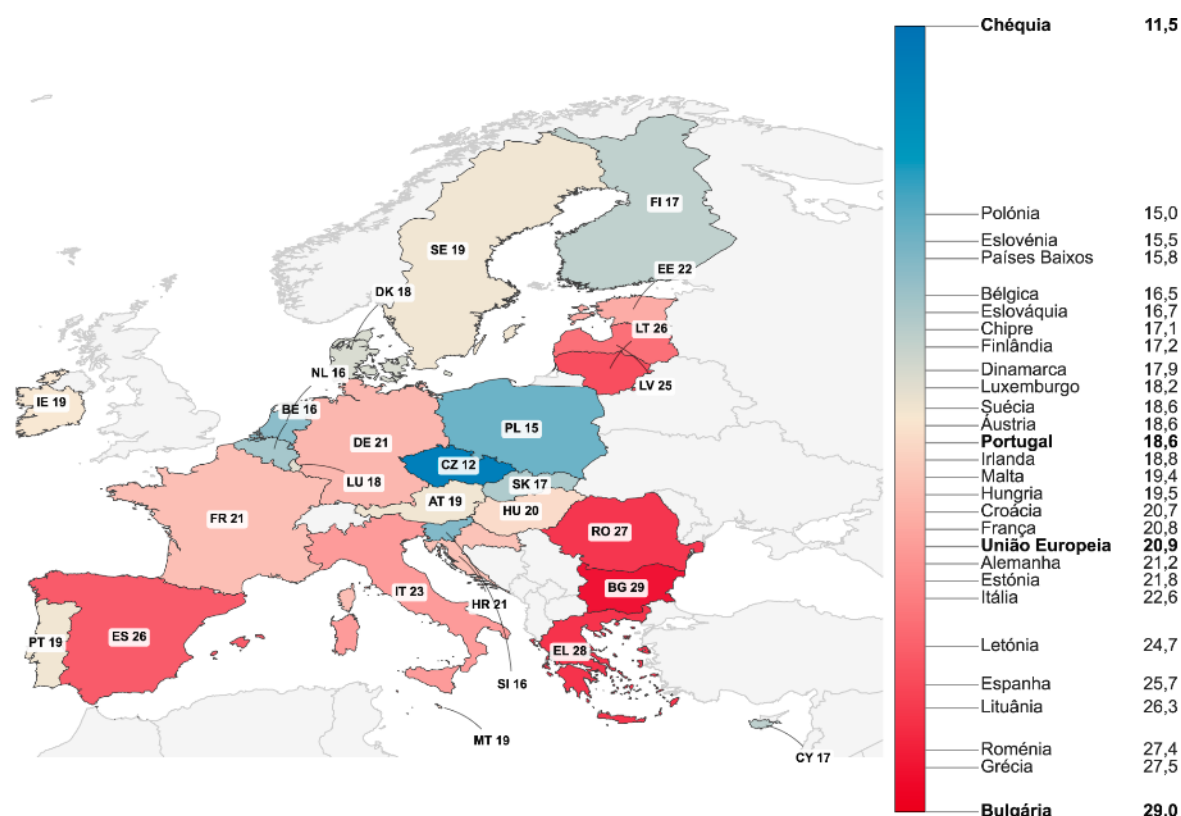


Gráfico 26 - Desvio relativo da Proporção da População em Risco de Pobreza ou Exclusão Social de Portugal face à União Europeia entre 2015 e 2025, em %



Mapa 13 - Proporção da População em Risco de Pobreza ou Exclusão Social por Estado-Membro em 2025, em %



Fonte dos dados: [Persons at risk of poverty or social exclusion \(Eurostat\)](#)

A Proporção da População em Risco de Pobreza ou Exclusão Social (ARPE) define-se como o indicador multidimensional que monitoriza o progresso das políticas sociais face às metas da Estratégia Europa 2030 e ao Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Esta métrica agrega três dimensões críticas: a pobreza monetária relativa, a privação material e social severa e a baixa intensidade laboral dos agregados familiares. Do ponto de vista metodológico, os dados derivam do inquérito EU-SILC (*European Union Survey on Income and Living Conditions*), que recolhe microdados harmonizados sobre rendimento e exclusão social em todos os Estados-Membros da UE.

Do ponto de vista interpretativo, quanto menor o valor, mais bem posicionado se encontra o país. A informação baseia-se numa amostra probabilística representativa da população residente em agregados familiares privados, garantindo a comparabilidade geográfica através de normas regulamentares estritas do Eurostat. O referencial de comparação utilizado é a Média da UE, calculada como a média aritmética ponderada pela população dos 27 Estados-Membros, permitindo avaliar a eficácia do modelo de proteção social nacional face à dinâmica comunitária. O valor de Portugal corresponde a extração direta da fonte e o referencial europeu ao agregado oficial da UE27 publicado pela fonte. Tratando-se de um indicador de polaridade inversa, uma seta descendente traduz uma evolução favorável.

2.3.6. Rácio Preço da Habitação vs. Rendimento

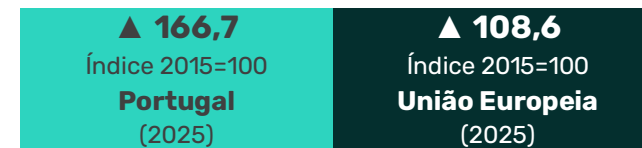


Gráfico 27 - Evolução do Rácio Preço da Habitação vs.. Rendimento, entre 2005 e 2025 (Índice 2015=100)

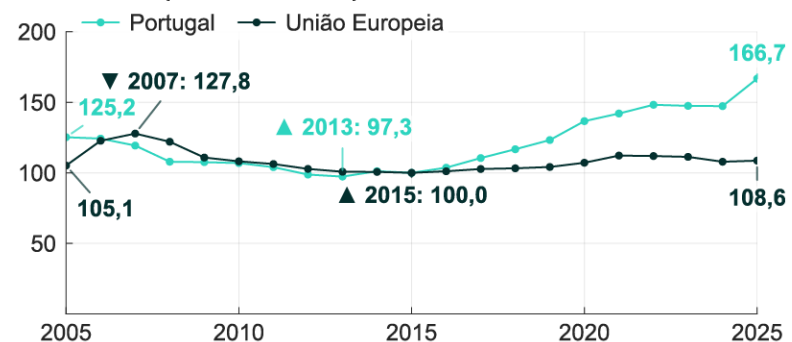
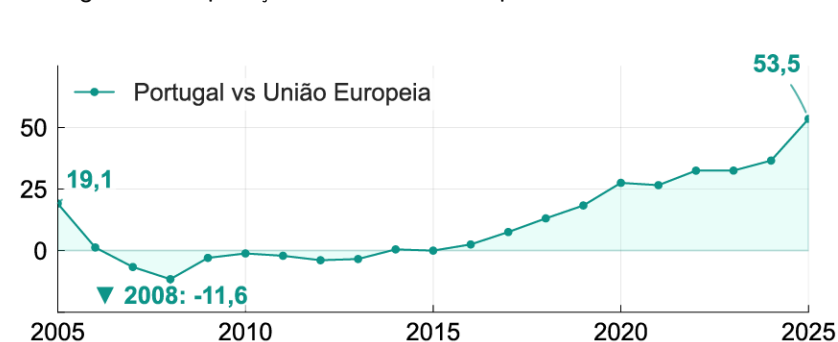
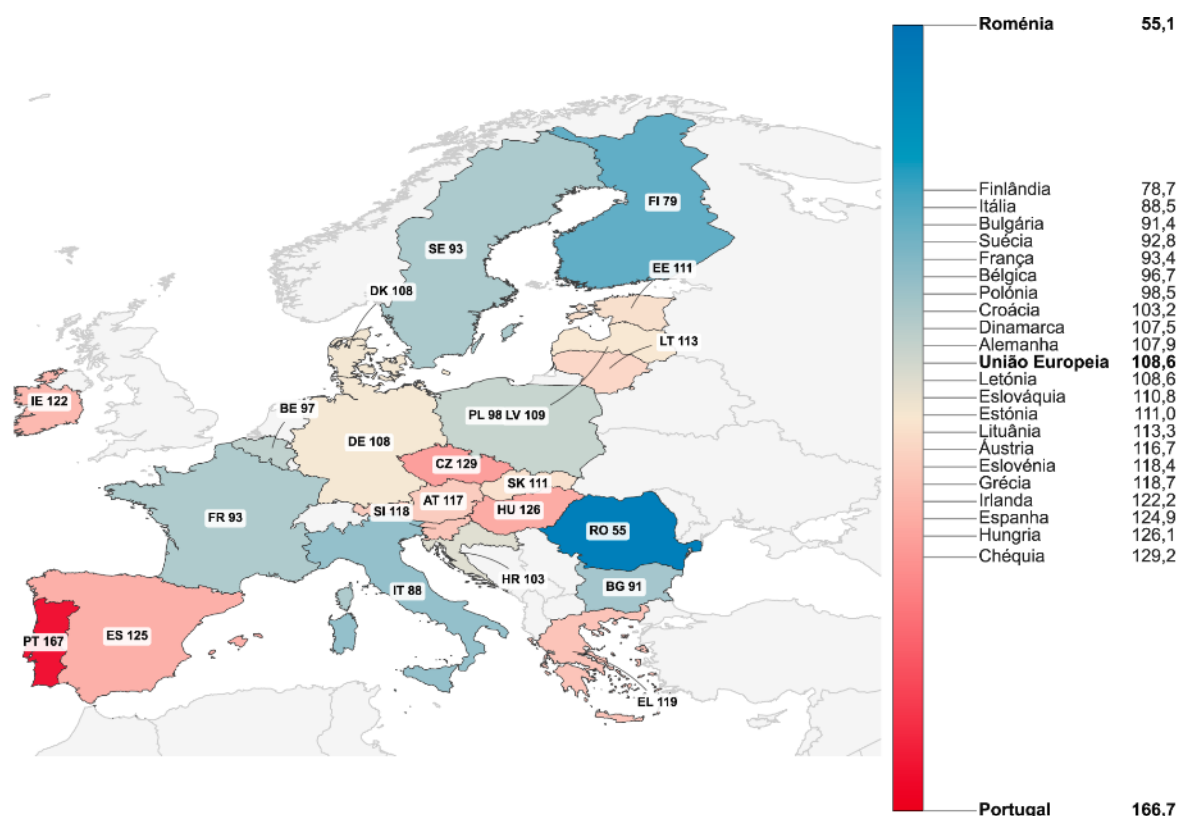


Gráfico 28 - Desvio relativo do Rácio Preço da Habitação vs.. Rendimento de Portugal em comparação com a União Europeia entre 2005 e 2025, em %



Mapa 14 - Rácio Preço da habitação vs.. Rendimento por Estado-Membro, em 2025 (Índice 2015=100)

Fonte dos dados: [Price to income ratio \(OECD\)](#)

O Rácio Preço da Habitação face ao Rendimento monitoriza o desalinhamento estrutural entre a evolução dos preços do mercado imobiliário e a capacidade económica das famílias, constituindo um indicador central de acessibilidade habitacional no quadro do acompanhamento das políticas urbanas e sociais europeias. Os dados derivam de fontes harmonizadas da OCDE (em articulação com o Eurostat), combinando índices de preços da habitação (que captam a variação nominal dos preços de transação no mercado residencial) com indicadores de rendimento disponível nominal *per capita* dos agregados familiares, garantindo comparabilidade geográfica através de normas regulamentares estritas aplicadas de forma uniforme a todos os Estados-Membros. Do ponto de vista interpretativo, este indicador possui polaridade inversa, pelo que, quanto maior o valor, maior a deterioração da acessibilidade habitacional face a 2015, refletindo um crescimento dos preços imobiliários desproporcionado face à evolução dos rendimentos. O referencial de comparação utilizado é a mediana da UE27, calculada com base nos 27 Estados-Membros com dados disponíveis, permitindo avaliar a eficácia das políticas nacionais de habitação face à dinâmica comunitária. Tratando-se de um índice com ano-base 2015, o indicador mede a variação do rácio face ao nível de cada país nesse ano, e não o nível absoluto de acessibilidade.

A série apresenta, contudo, limitações de cobertura para Chipre e Malta (sem dados), bem como lacunas temporais para a Roménia (2005-2008); República Checa, Hungria, Luxemburgo e Eslovénia (2005-2006); Letónia e Lituânia (2005); e Luxemburgo e Países Baixos (2025). O valor

de Portugal corresponde à extração direta da fonte e o referencial europeu resulta de cálculo próprio, obtido como mediana dos Estados-Membros. Tratando-se de um indicador de polaridade inversa, uma seta descendente traduz uma evolução favorável.

2.3.7. Taxa de Compromisso dos Trabalhadores

▼ **18,6%**
Portugal
(2024)

▲ **14,4%**
União Europeia
(2024)

Gráfico 29 - Evolução da Taxa de Compromisso dos Trabalhadores entre 2011 e 2024, em %

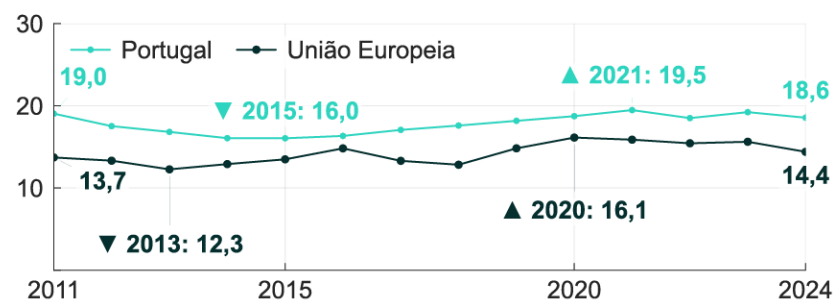
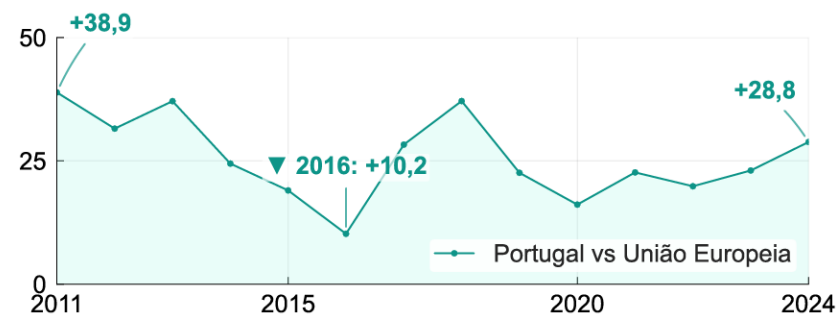
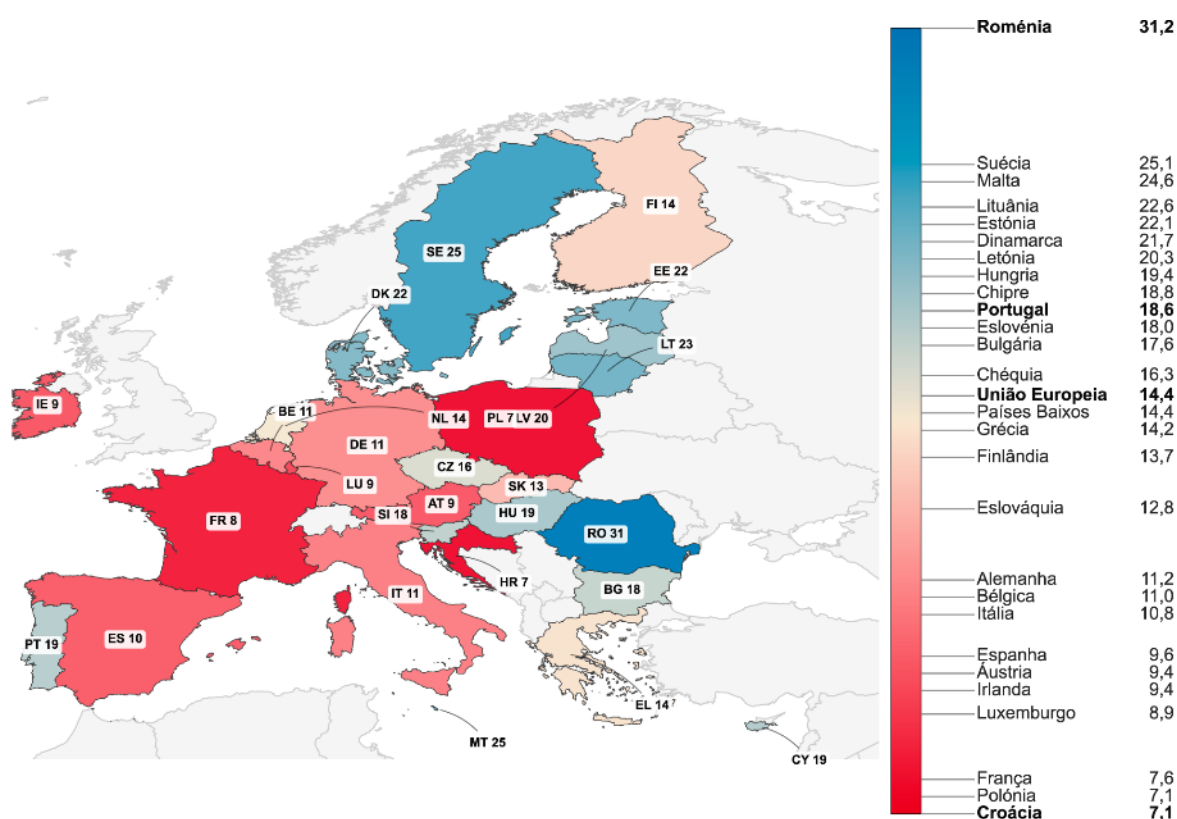


Gráfico 30 - Desvio relativo da Taxa de Compromisso dos Trabalhadores de Portugal face à União Europeia entre 2011 e 2024, em %



Mapa 15 - Taxa de Compromisso dos Trabalhadores por Estado-Membro em 2024 (%)

Fonte dos dados: [Global Indicator: Employee Engagement \(Gallup\)](#)

A Taxa de Compromisso dos Trabalhadores define-se como o referencial analítico que quantifica o envolvimento e o entusiasmo dos colaboradores face ao seu trabalho e ambiente laboral, sendo um preditor crítico de resultados de negócio e produtividade. Estruturada em torno da metodologia Gallup, esta métrica avalia se as necessidades psicológicas e profissionais dos indivíduos estão a ser satisfeitas, permitindo identificar oportunidades diretas para potenciar o desempenho organizacional. Do ponto de vista metodológico, o indicador corresponde ao estado de *Engaged* (comprometido), sendo calculado com base num sistema de inquéritos que utiliza 12 itens fundamentais para medir a ligação emocional e a dedicação dos trabalhadores.

Do ponto de vista interpretativo, quanto maior a percentagem, mais bem posicionado se encontra o país no que respeita à vitalidade do seu capital humano. O referencial europeu é calculado com base na Mediana da UE, opção técnica que permite mitigar o impacto de valores extremos e garantir uma comparação mais robusta do posicionamento relativo de Portugal. É de notar que a série histórica apresenta limitações pontuais, nomeadamente em 2011, ano em que não existem dados disponíveis para Chipre, Grécia e Roménia, o que deve ser acautelado em análises comparativas de longo prazo. O valor de Portugal corresponde à extração direta da fonte e o referencial europeu resulta de cálculo próprio, obtido como mediana dos Estados-Membros.

2.4. Sustentabilidade

O domínio da Sustentabilidade permite analisar os desafios associados à coesão territorial, ao reforço da resiliência climática e à manutenção do contrato social entre gerações. Esta análise é suportada por seis indicadores estratégicos: Disparidade Regional do PIB, Grau de Confiança no Governo, Índice de Justiça Intergeracional, Índice Global ODS, Índice Sintético de Fecundidade e a Taxa de Redução das Emissões de Gases com Efeito de Estufa.

2.4.1. Disparidade Regional do Produto Interno Bruto

▲ **2,35**
(Rácio)
Portugal
(2024)

= 2,43
(Rácio)
União Europeia
(2024)

Gráfico 31 - Evolução da Disparidade Regional do Produto Interno Bruto entre 2013 e 2024 (Rácio Máx/Mín)

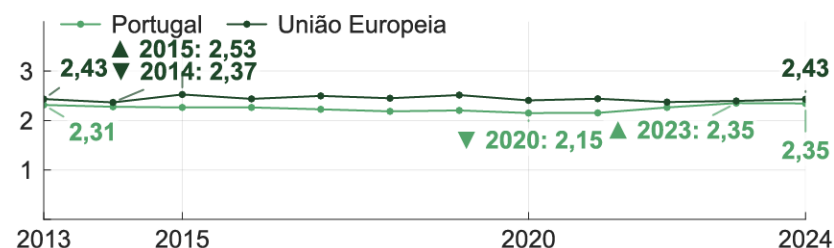
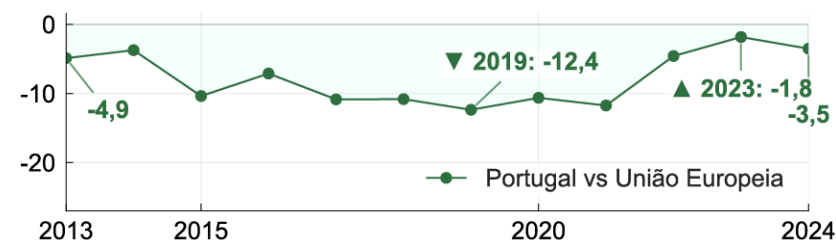
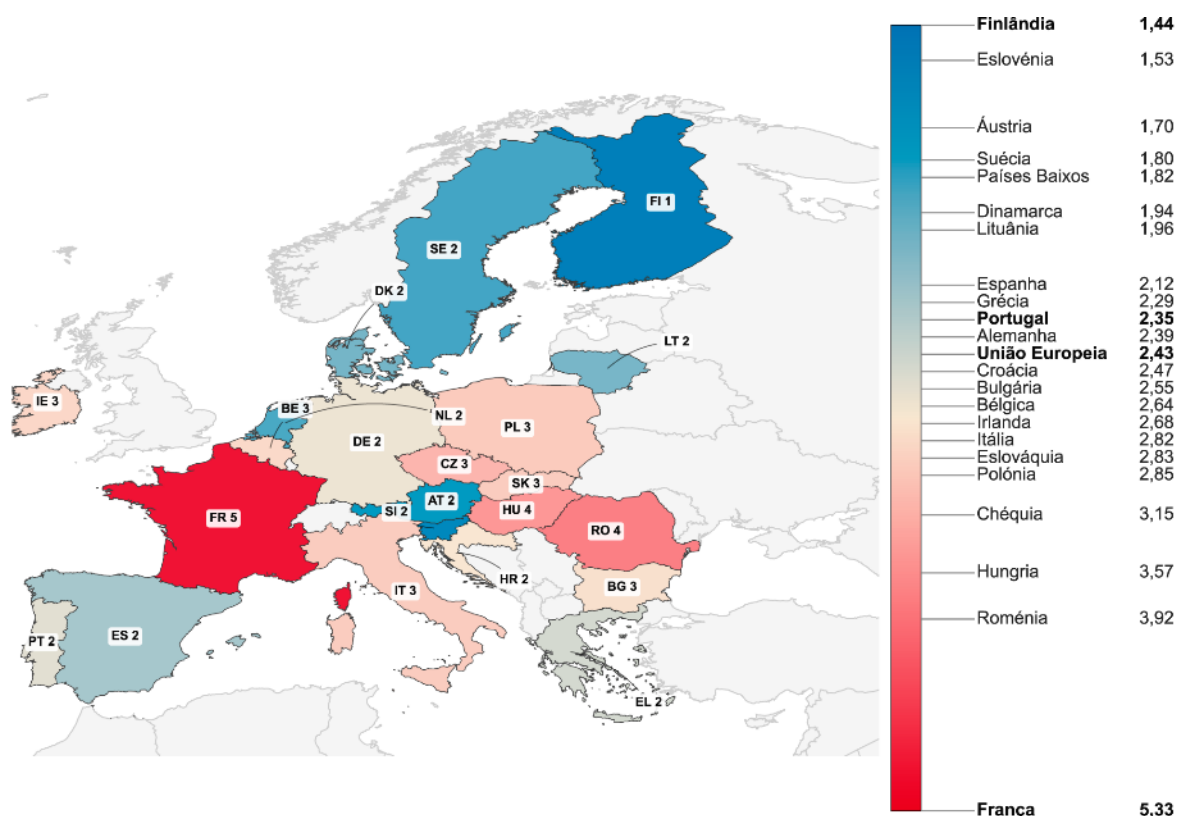


Gráfico 32 - Desvio relativo da Disparidade Regional do Produto Interno Bruto de Portugal face à União Europeia entre 2013 e 2024, em %



Mapa 16 - Disparidade Regional do Produto Interno Bruto por Estado-Membro em 2024 (Rácio Máx/Mín)

Fonte dos dados: [Regional gross domestic product by NUTS 2 \(Eurostat\)](#)

A Disparidade Regional do PIB monitoriza as assimetrias económicas internas de cada país, constituindo um indicador central para a avaliação da coesão territorial e para a definição de regiões elegíveis para fundos estruturais no quadro da política regional da União Europeia. Do ponto de vista metodológico, o indicador baseia-se no Produto Interno Bruto (PIB) regional a preços de mercado, expresso em Paridades de Poder de Compra (PPC) por habitante e em percentagem da média da UE27. Os dados derivam das Contas Regionais do Eurostat, harmonizadas segundo o Sistema Europeu de Contas (ESA 2010), o que permite neutralizar as diferenças de custo de vida e de estruturas demográficas entre regiões NUTS 2.

Do ponto de vista interpretativo, quanto menor o valor do rácio, maior é a convergência económica entre as regiões de um mesmo país, uma vez que este resulta da relação entre o valor máximo e o valor mínimo registados entre as NUTS 2.

Para o apuramento deste indicador, foi necessário calcular o rácio de disparidade país a país, dividindo o valor da região mais próspera pelo da região menos desenvolvida. No cálculo do referencial europeu, foram excluídos os Estados-Membros que possuem apenas uma região NUTS 2 (Chipre, Estónia, Letónia, Luxemburgo e Malta), por não permitirem a observação de variações regionais internas. O referencial de comparação permite avaliar o grau de concentração da riqueza nacional face à dinâmica de coesão do bloco comunitário, assegurando uma leitura rigorosa do

equilíbrio económico territorial. O valor de Portugal resulta de cálculo próprio a partir dos dados regionais da fonte, o mesmo sucedendo com o referencial europeu. Tratando-se de um indicador de polaridade inversa, uma seta descendente traduz uma evolução favorável.

2.4.2. Grau de Confiança no Governo

▼ **44,3%**
Portugal
(2025)

▲ **40,9%**
União Europeia
(2025)

Gráfico 33 - Evolução do Grau de Confiança no Governo entre 2006 e 2025, em % da população com 15 ou mais anos

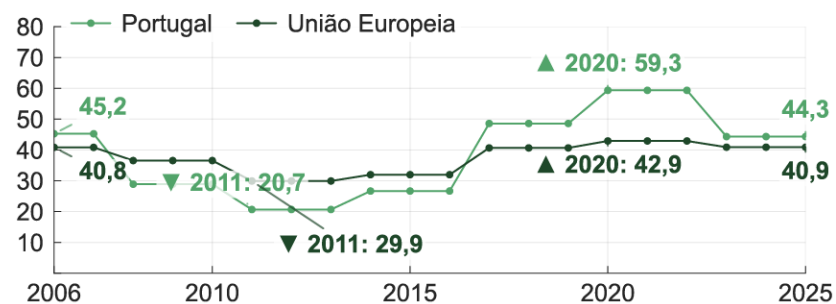
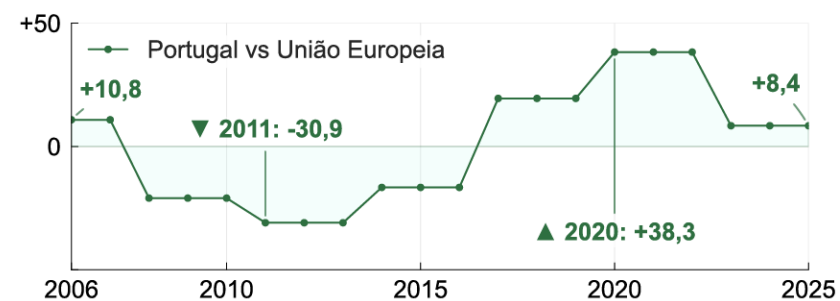
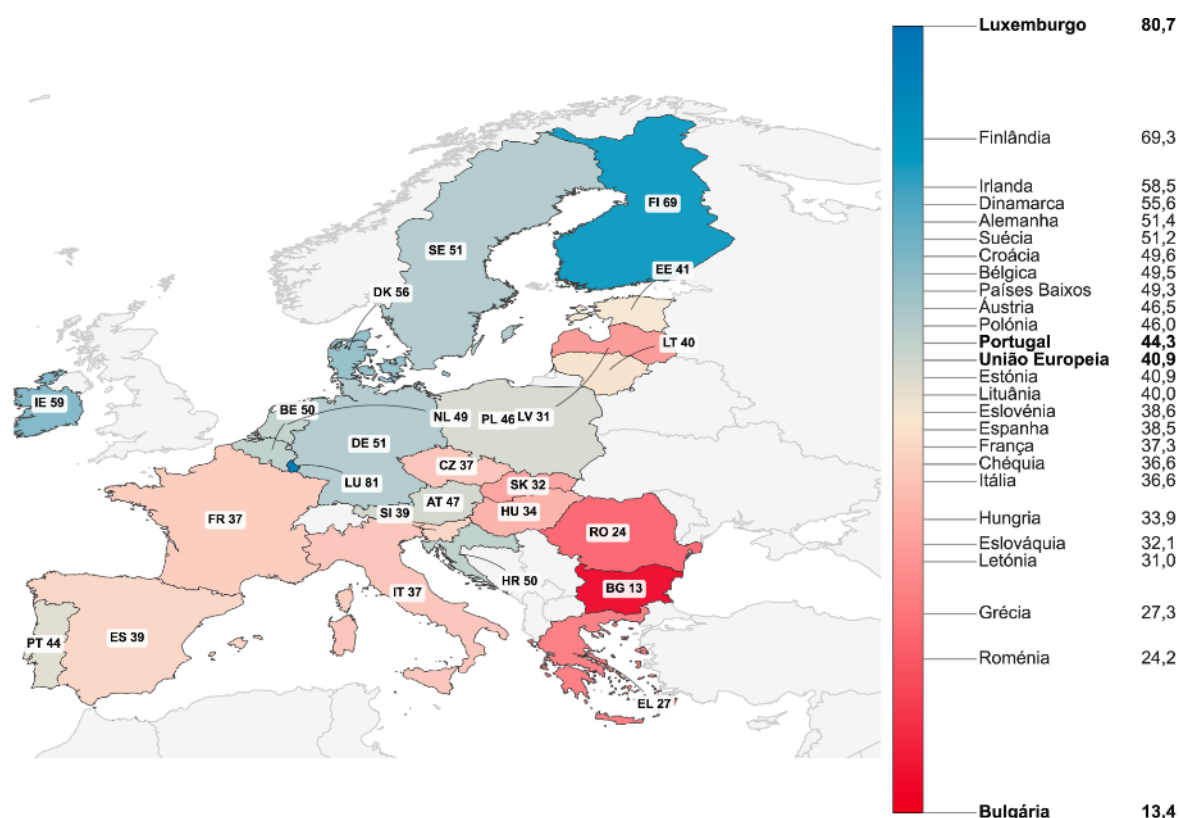


Gráfico 34 - Desvio relativo do Grau de Confiança no Governo entre 2006 e 2025 de Portugal face à União Europeia, em %



Mapa 17 - Grau de Confiança no Governo por Estado-Membro em 2025, em % da população com 15 ou mais anos



Fonte dos dados: [Trust in government \(OECD\)](#)

O Grau de Confiança no Governo monitoriza a proporção da população que declara confiar nas instituições governamentais nacionais, constituindo um indicador central de legitimidade democrática e coesão cívica no quadro do acompanhamento da qualidade das instituições públicas europeias. Ao captar a perceção dos cidadãos face à capacidade do Estado para gerir os assuntos públicos com eficácia, equidade e integridade, este indicador oferece uma leitura insubstituível da saúde do contrato social entre governantes e governados.

Os dados derivam da *Gallup World Poll*, integrados na base de dados de Bem-Estar (*Future Well-being*) da OCDE, e refletem a percentagem da população com 15 ou mais anos que responde afirmativamente à questão sobre a confiança no governo nacional. A recolha é efetuada através de amostras probabilísticas representativas. Devido à dimensão da amostra anual, os resultados são apresentados através de médias agregadas de três anos (*3-year pooled averages*), o que garante maior robustez estatística e permite mitigar flutuações conjunturais extremas. Do ponto de vista interpretativo, quanto maior o valor, maior a proporção de cidadãos que expressam confiança no governo nacional. O referencial de comparação utilizado é a mediana da UE27, calculada com base nos 27 Estados-Membros, permitindo avaliar o posicionamento da confiança institucional nacional face à dinâmica comunitária. O valor de Portugal corresponde à extração direta da fonte e o referencial europeu resulta de cálculo próprio, obtido como mediana dos Estados-Membros.

2.4.3. Índice de Justiça Intergeracional

▲ 6,0 (1-10) Portugal (2019)	▼ 6,1 (1-10) União Europeia (2019)
---	---

Gráfico 35 - Evolução do Índice de Justiça Intergeracional entre 2009 e 2019 (Escala 1-10)

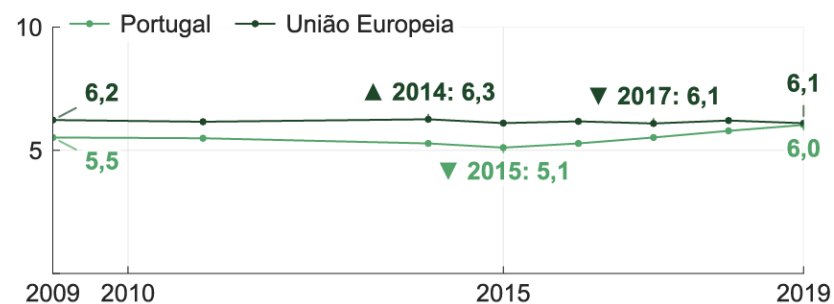
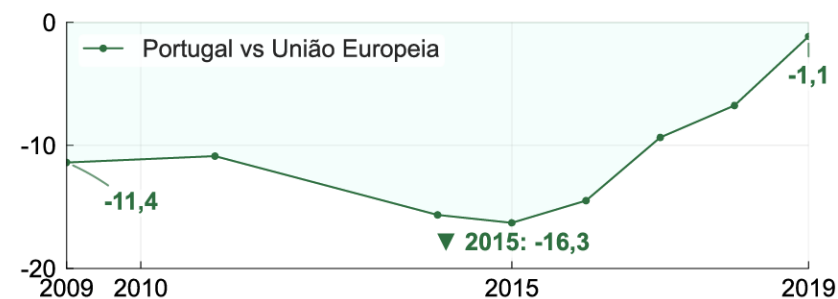
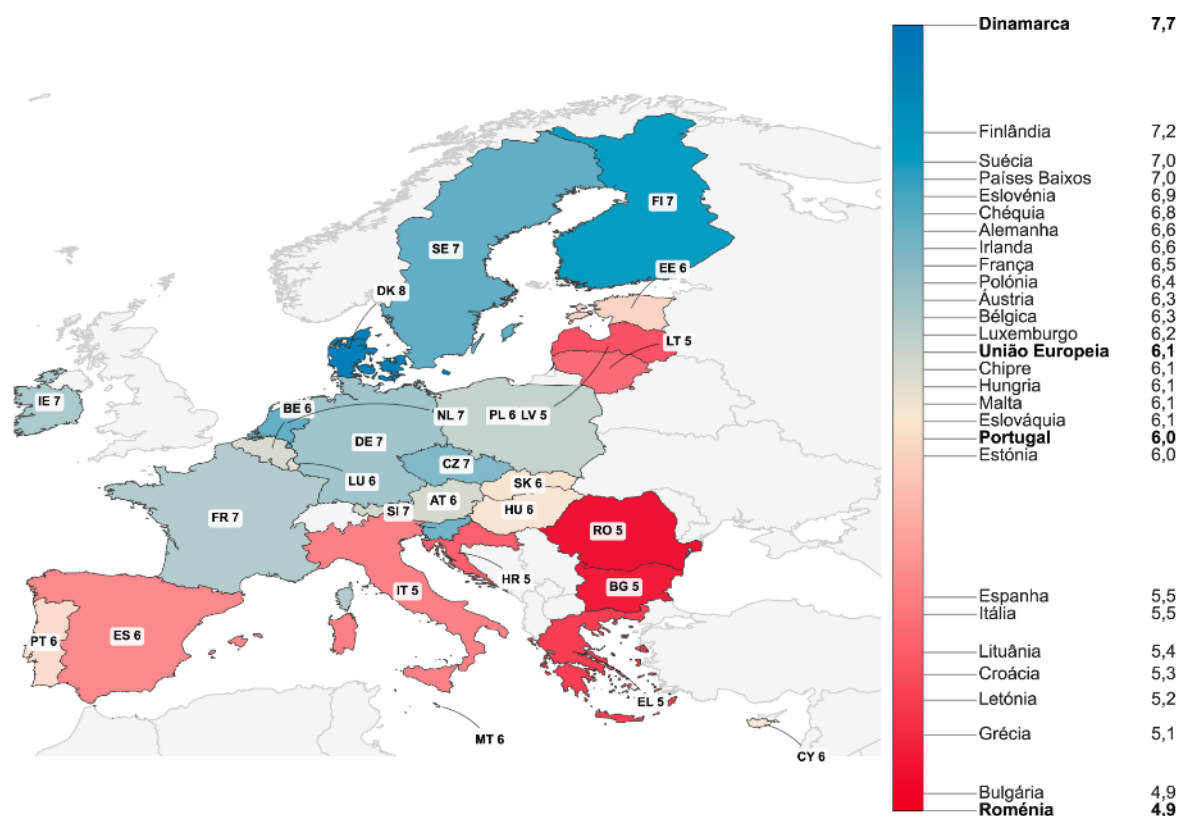


Gráfico 36 - Desvio relativo do Índice de Justiça Intergeracional de Portugal face à União Europeia entre 2009 e 2019, em %



Mapa 18 – Índice de Justiça Intergeracional por Estado-Membro em 2019 (Escala 1 a 10)

Fonte dos dados: [Social Justice \(Bertelsmann Stiftung\)](#)

O Índice de Justiça Intergeracional monitoriza a equidade na distribuição de oportunidades, recursos e bem-estar entre gerações, constituindo um indicador estrutural de coesão social no quadro do acompanhamento das políticas públicas orientadas para a sustentabilidade dos sistemas de proteção social e para a igualdade de condições de vida entre grupos etários. Ao captar dimensões que transcendem a análise sincrónica convencional – como o acesso das gerações mais jovens à educação, ao emprego, à habitação e à saúde, em contraponto com os compromissos assumidos face às gerações mais velhas –, este indicador oferece uma leitura insubstituível da sustentabilidade social de longo prazo, reconhecida no âmbito das agendas de desenvolvimento sustentável da ONU e dos quadros de monitorização da OCDE.

Os dados derivam do relatório *Social Justice in the EU and OECD*, publicado pela *Bertelsmann Stiftung*, que investiga as oportunidades de participação social através de 46 critérios quantitativos e qualitativos. Este índice específico integra uma das seis dimensões da justiça social, sendo os valores extraídos para os Estados-Membros da UE27 a partir dos relatórios anuais da fundação. As pontuações são apresentadas numa escala de 1 a 10, garantindo a comparabilidade através de metodologias de agregação ponderada. Do ponto de vista interpretativo, quanto maior o valor, mais equitativa a distribuição de oportunidades e recursos entre gerações. O referencial de comparação utilizado é a mediana da UE27, calculada com base nos países disponíveis em cada edição. De notar que a série apresenta limitações de cobertura

para a Bulgária, Chipre, Croácia, Eslovénia, Estónia, Letónia, Lituânia, Malta e Roménia em edições anteriores a 2015. O valor de Portugal corresponde à extração direta da fonte e o referencial europeu resulta de cálculo próprio, obtido como mediana dos Estados-Membros.

2.4.4. Índice Global de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

▲ 80,64 (0-100) Portugal (2025)	▲ 80,76 (0-100) União Europeia (2025)
--	--

Gráfico 37 - Evolução do Índice Global de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) entre 2005 e 2025 (escala de 0 a 100)

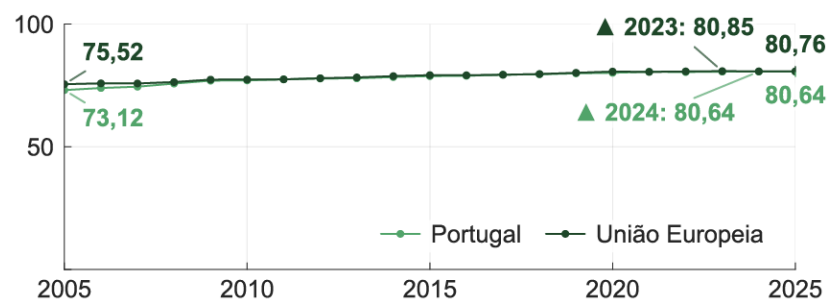
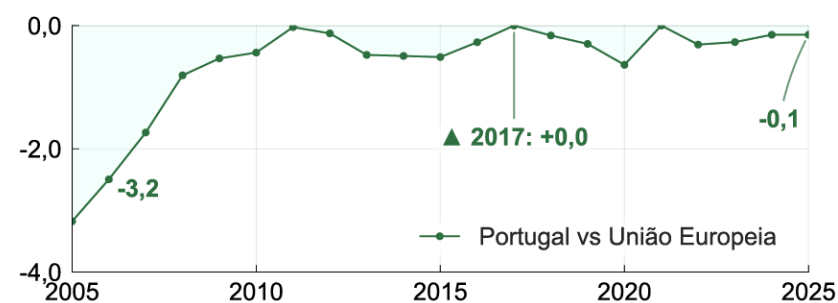
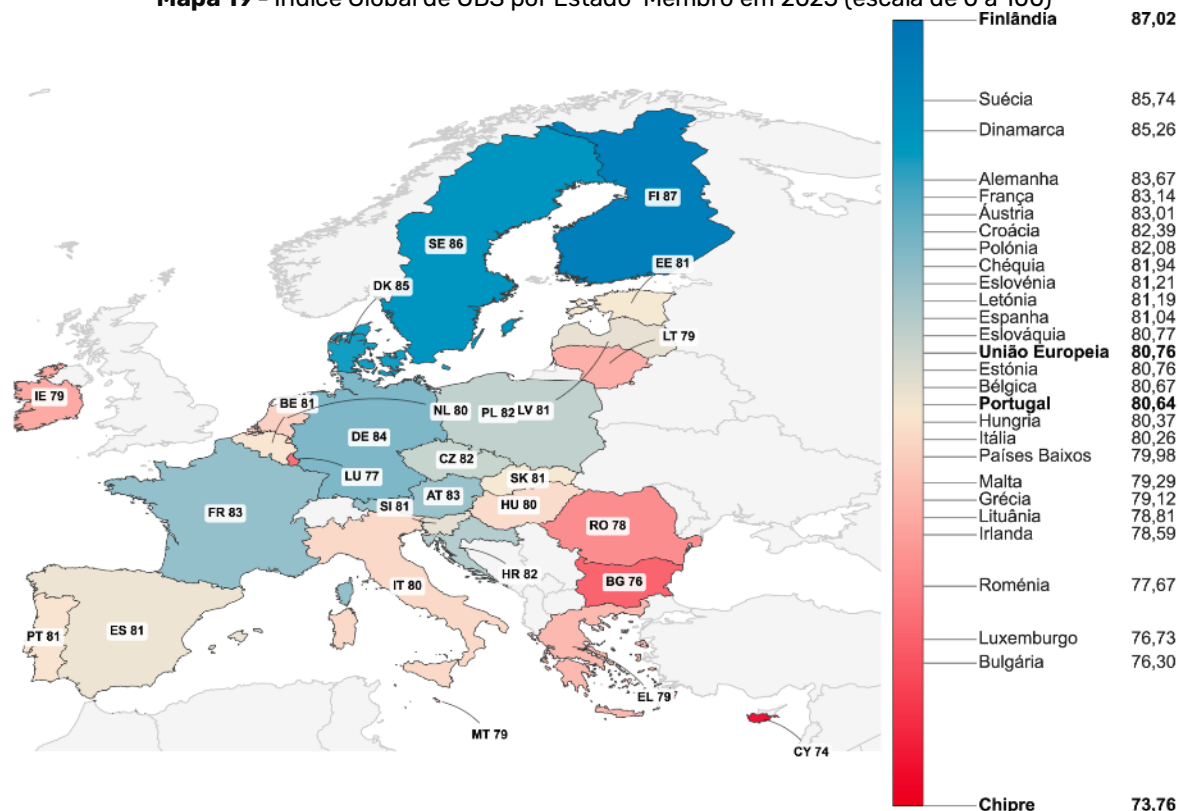


Gráfico 38 - Desvio relativo do Índice Global ODS de Portugal face à União Europeia entre 2005 e 2025, em %



Mapa 19 - Índice Global de ODS por Estado-Membro em 2025 (escala de 0 a 100)

Fonte dos dados: [SDGindex \(SDSN\)](#)

O Índice Global de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SDG Index) monitoriza o grau de cumprimento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos pela Agenda 2030 das Nações Unidas, constituindo um indicador composto de progresso social, ambiental e económico no quadro do acompanhamento dos compromissos internacionais assumidos pelos Estados-Membros. Ao agregar dezenas de indicadores distribuídos pelas dimensões de erradicação da pobreza, saúde, educação, igualdade de género, energia, clima, biodiversidade e instituições, este índice oferece uma leitura sistémica e integrada do desenvolvimento sustentável que transcende qualquer métrica setorial isolada.

Os dados derivam do *Sustainable Development Report*, sendo o índice global calculado através da agregação de métricas provenientes de agências internacionais especializadas (como o Eurostat, a OMS e o Banco Mundial). A pontuação é apresentada numa escala de 0 a 100, podendo ser interpretada como a percentagem de progresso rumo ao cumprimento integral dos 17 ODS, onde o valor 100 representa a plena realização das metas. Do ponto de vista interpretativo, quanto maior o valor, mais avançado o grau de cumprimento dos ODS no país. O referencial de comparação utilizado é a mediana da UE27, obtida através da extração individual dos dados de cada Estado-Membro para cada ano da série histórica desde 2005, permitindo avaliar o posicionamento nacional no esforço coletivo europeu de transição para modelos de desenvolvimento sustentável. O valor de Portugal corresponde à extração direta da fonte e o referencial europeu resulta de cálculo próprio, obtido como mediana dos Estados-Membros.

2.4.5. Índice Sintético de Fecundidade

= 1,41
(N.º filhos)
Portugal
(2024)

▼ 1,34
(N.º filhos)
União Europeia
(2024)

Gráfico 39 - Evolução do Índice Sintético de Fecundidade entre 2005 e 2024, em N.º médio de filhos por mulher

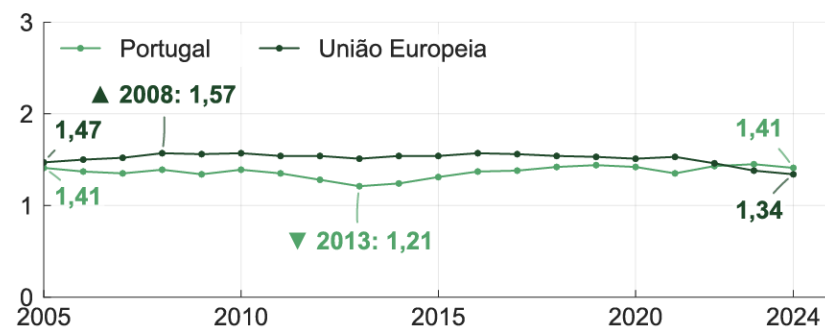
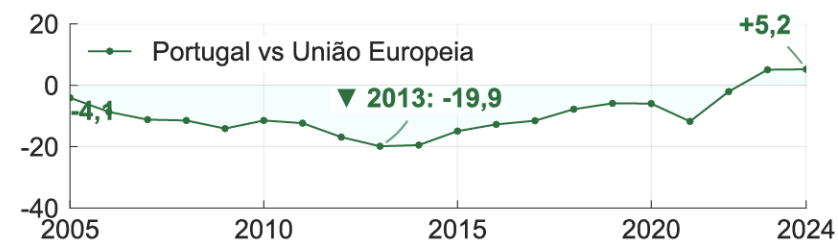
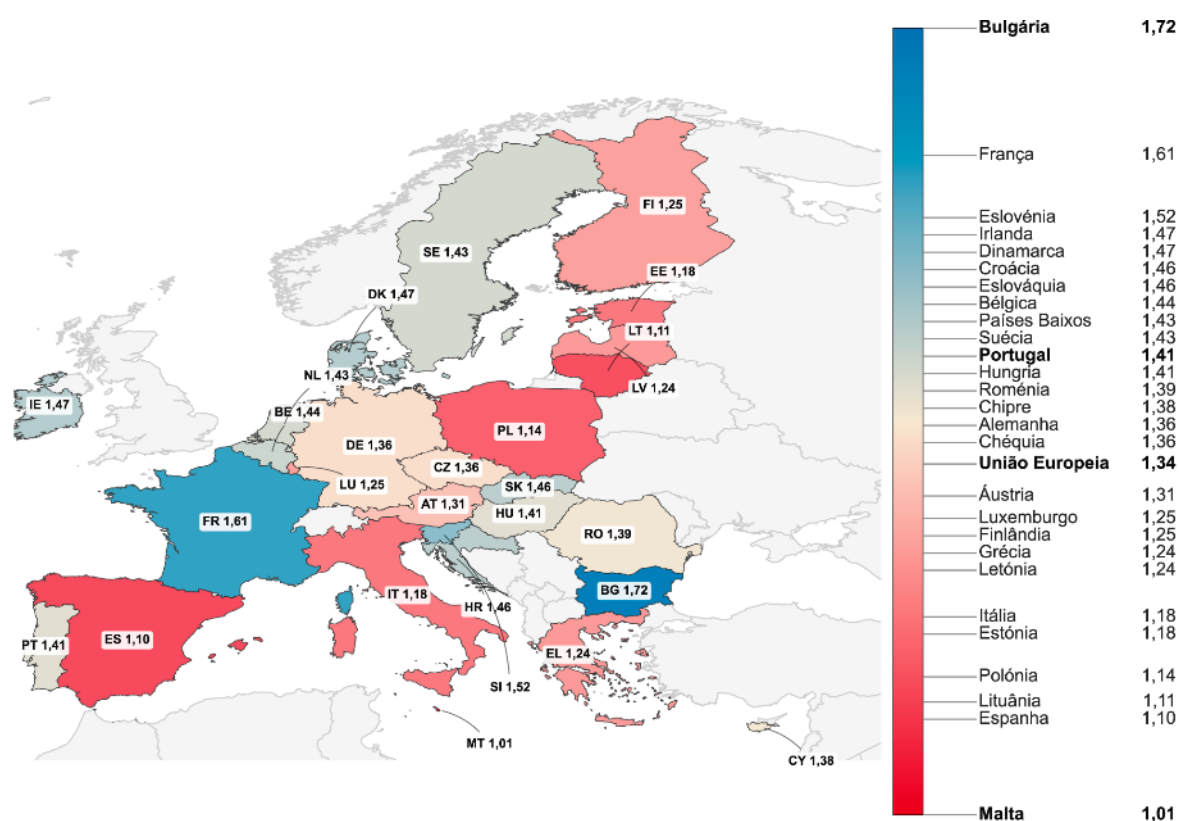


Gráfico 40 - Desvio relativo do Índice Sintético de Fecundidade de Portugal face à União Europeia entre 2005 e 2024, em %



Mapa 20 - Índice Sintético de Fecundidade por Estado-Membro em 2024, em N.º médio de filhos por mulher

Fonte dos dados: [Fertility indicators \(Eurostat\)](#)

O Índice Sintético de Fecundidade (ISF) monitoriza o número médio de filhos por mulher em idade fértil, constituindo um indicador estrutural de dinâmica demográfica no quadro do acompanhamento das políticas de família, natalidade e sustentabilidade dos sistemas de proteção social europeus. Ao traduzir o comportamento reprodutivo da população num valor sintético comparável entre países e ao longo do tempo, este indicador oferece uma leitura insubstituível das tendências de renovação geracional e das pressões de longo prazo sobre os modelos de Estado-Providência.

Os dados derivam de registos vitais harmonizados e estatísticas demográficas nacionais compiladas pelo Eurostat, através das coleções POPSTAT e DEMOBAL, baseadas no conceito de "residência habitual". O cálculo utiliza as taxas de fecundidade por idade completa, garantindo comparabilidade geográfica através de metodologias de cálculo uniformizadas aplicadas de forma consistente a todos os Estados-Membros. Do ponto de vista interpretativo, o limiar de referência para a substituição geracional situa-se em 2,1 filhos por mulher, pelo que valores abaixo deste nível sinalizam tendências de declínio populacional na ausência de fluxos migratórios compensatórios. O referencial de comparação utilizado é a média da UE27, permitindo avaliar o posicionamento do modelo demográfico nacional face à dinâmica comunitária. O valor de Portugal corresponde a extração direta da fonte e o referencial europeu ao agregado oficial da UE27 publicado pela fonte.

2.4.6. Taxa de Redução das Emissões de Gases com Efeito de Estufa

▲ **38,1%**
Portugal
(2023)

▲ **31,7%**
União Europeia
(2023)

Gráfico 41 - Evolução da Taxa de Redução das Emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE), entre 2005 e 2023, em %

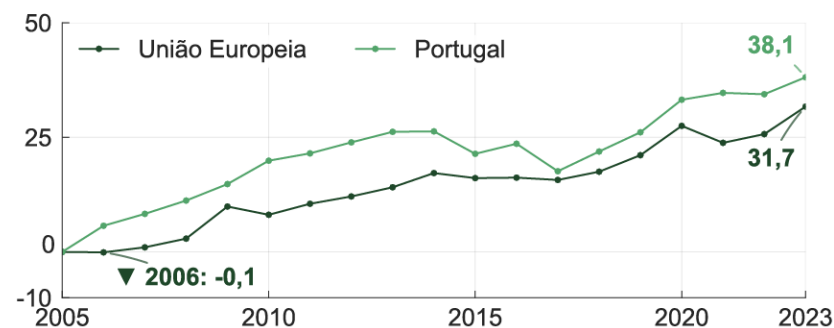
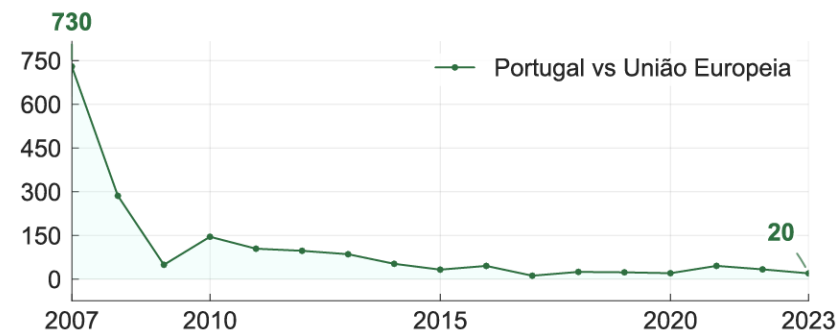
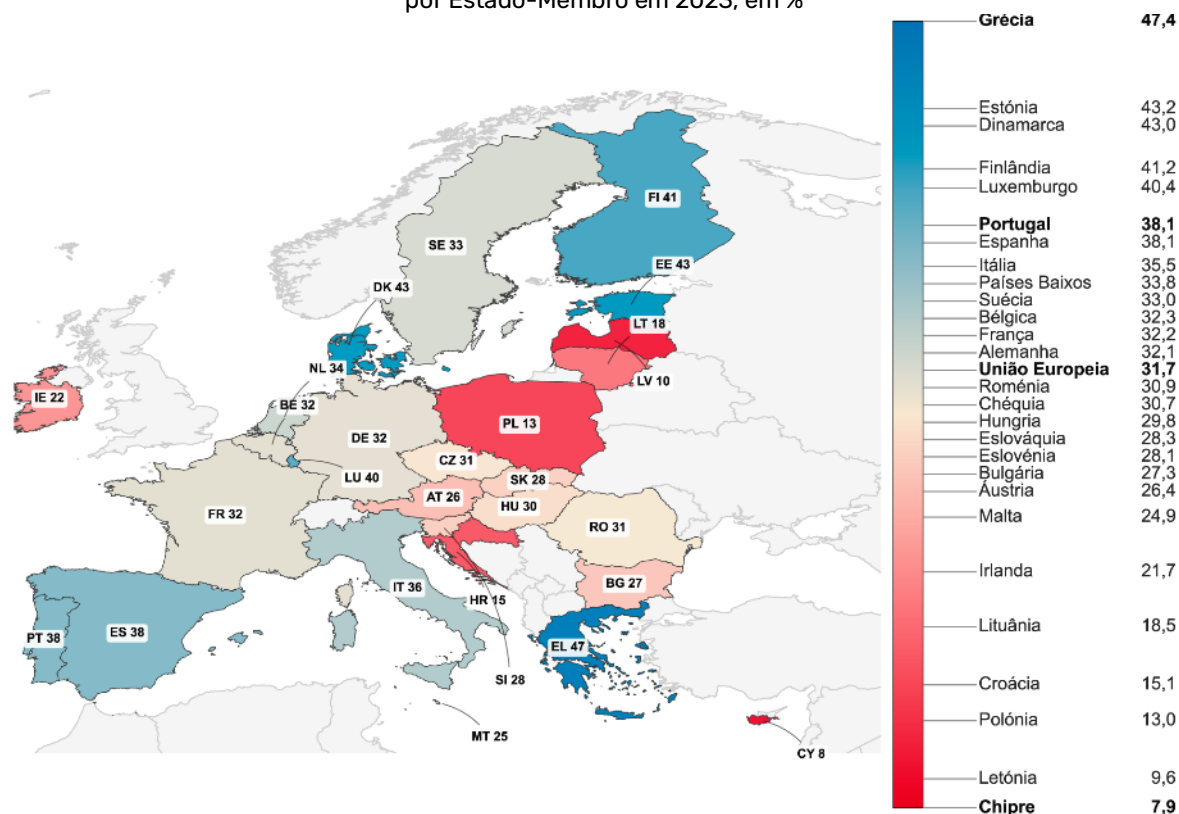


Gráfico 42 - Desvio relativo da Taxa de Redução das Emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) de Portugal em comparação com a União Europeia, entre 2007 e 2023, em %



*O ano de 2006 não foi contabilizado neste gráfico porque o valor da taxa de redução de Portugal face à UE27 relativamente a 2005 estava muito próximo de zero, o que distorcia a escala matemática e visual da série. Por essa razão, o gráfico apresentado circunscreve-se ao período compreendido entre 2007-2023.

Mapa 21 – Taxa de Redução das Emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) por Estado-Membro em 2023, em %



Fonte dos dados: [Greenhouse gas emissions by source sector \(Eurostat\)](#)

A Taxa de Redução das Emissões de Gases com Efeito de Estufa monitoriza o progresso dos Estados-Membros na descarbonização das suas economias, expressando a variação percentual acumulada das emissões nacionais relativamente ao ano de referência, no quadro dos compromissos climáticos definidos pelo Pacto Ecológico Europeu e pelos acordos internacionais de Paris. Ao quantificar o esforço de redução que inclui gases como o CO₂, CH₄, N₂O e gases fluorados provenientes de todos os setores económicos, este indicador oferece uma leitura direta da eficácia das políticas nacionais de mitigação climática.

Os dados baseiam-se nos inventários anuais de emissões reportados à Agência Europeia do Ambiente (AEA) e republicados pelo Eurostat, sendo totalmente consistentes com as metodologias do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC). O indicador apresentado resulta do cálculo da taxa de variação das emissões totais de cada Estado-Membro face ao valor registado em 2005. Do ponto de vista interpretativo, quanto maior o valor positivo, mais expressiva a redução acumulada de emissões face ao ano de referência. O referencial de comparação utilizado é a média da UE27, igualmente calculada em termos de variação face a 2005, permitindo avaliar o contributo do esforço nacional para a trajetória coletiva de descarbonização europeia. O valor de Portugal resulta de cálculo próprio a partir da fonte indicada e o referencial europeu do mesmo cálculo aplicado ao agregado oficial da UE27 publicado pelo Eurostat.

3. Análise Integrada por Domínio

A presente secção oferece uma visão transversal e integrada dos quatro domínios estratégicos aqui considerados: Capital Humano, Competitividade, Qualidade de Vida e Sustentabilidade. Para viabilizar a comparação direta de métricas provenientes de diferentes fontes, a metodologia baseia-se na normalização linear dos valores dos indicadores que compõem cada domínio, mapeando o desempenho de Portugal numa escala uniforme e de leitura direta que varia entre 0 e 100 pontos. Para tal, apresenta-se um modelo de visualização em arco radial, onde a extensão de cada vetor reflete o resultado alcançado por Portugal, permitindo avaliar de forma imediata o posicionamento do país e a sua proximidade face ao topo da escala em cada dimensão analisada.

A análise dinâmica da evolução cruza este posicionamento atual com a trajetória ao longo da série disponível, permitindo segmentar os indicadores em quatro quadrantes de diagnóstico. O quadrante de desempenho superior ou consolidação integra as dimensões com pontuações elevadas e que registam uma evolução favorável face ao período anterior. Por sua vez, o quadrante de recuperação ou convergência acelerada identifica os indicadores onde o país se situa abaixo do referencial europeu, mas demonstra uma trajetória clara de aproximação face aos seus pares. No sentido oposto, o quadrante de erosão ou fragilização sinaliza as áreas onde Portugal mantém um resultado historicamente favorável, mas cuja evolução ao longo da série aponta para uma perda de terreno. Finalmente, o quadrante de divergência crítica representa o cenário mais desfavorável, combinando uma pontuação reduzida com uma trajetória de regressão. Para garantir a consistência absoluta desta leitura visual, os indicadores de polaridade inversa, onde uma classificação original mais elevada representaria um cenário adverso, foram estatisticamente invertidos, assegurando que tanto a extensão dos arcos como os sinais de progressão positiva reflitam sempre uma evolução favorável para Portugal.

Para efeitos de análise integrada, os indicadores foram normalizados numa escala 0–100.

A normalização foi efetuada com base na fórmula seguinte:

Para indicadores de polaridade positiva (valor mais elevado = melhor desempenho):

$$\text{Pontuação} = \frac{X_i - X_{\min}}{X_{\max} - X_{\min}} \times 100$$

Para indicadores de polaridade negativa (valor mais baixo = melhor desempenho):

$$\text{Pontuação} = \frac{X_{\max} - X_i}{X_{\max} - X_{\min}} \times 100$$

Onde:

X_i - corresponde ao valor observado para Portugal ou para o valor agregado para a União Europeia no indicador em análise;

X_{min} - corresponde ao valor mínimo registado entre os Estados-Membros da União Europeia para esse mesmo indicador;

X_{max} - corresponde ao valor máximo registado entre os Estados-Membros da União Europeia para esse mesmo indicador.

Para este efeito, foi utilizado como universo de referência o conjunto dos países da UE27 com dados disponíveis.

O ano mais recente disponível varia por indicador, pelo que os resultados devem ser interpretados como síntese comparativa e não como fotografia estatística de um único ano. As trajetórias são calculadas entre o primeiro e o último ano disponível de cada série, podendo os horizontes temporais diferir entre indicadores. Nas designações dos quadrantes, a posição acima ou abaixo da média corresponde à posição face ao referencial europeu (eixo das abcissas).

Para a leitura do gráfico de quadrantes, os indicadores normalizados foram combinados em dois eixos, calculados de acordo com as fórmulas seguintes.

O gráfico de quadrantes cruza dois eixos calculados a partir dos valores normalizados (0-100) de Portugal e da União Europeia, de acordo com as fórmulas seguintes:

Para o eixo das abcissas (posição relativa de Portugal face à UE, no ano de fim da série):

$$\text{Eixo XX} = PT_{ano\ 1}^{norm} - UE27_{ano\ 1}^{norm}$$

Para o eixo das ordenadas (variação da posição relativa entre o ano de início e o ano de fim da série):

$$\text{Eixo YY} = (PT_{ano\ 1}^{norm} - UE27_{ano\ 1}^{norm}) - (PT_{ano\ 0}^{norm} - UE27_{ano\ 0}^{norm})$$

Onde:

PT^{norm} - representa o valor normalizado (0-100) de Portugal no indicador em análise;

$UE27^{norm}$ - representa o valor normalizado (0-100) do agregado da União Europeia no indicador em análise;

ano 0 – corresponde ao ano de início da série temporal considerada;

ano 1 – corresponde ao ano de fim da série temporal considerada.

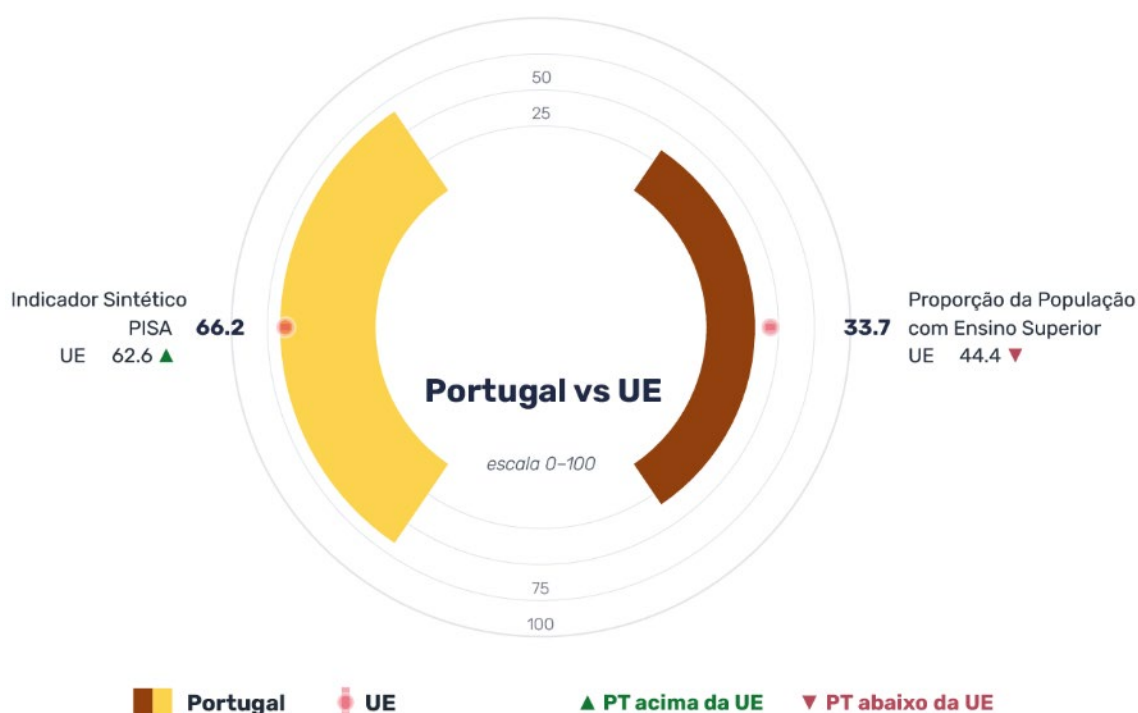
3.1. Capital Humano

Onde estamos?

No domínio do Capital Humano, Portugal demonstra um desempenho robusto no Indicador Sintético PISA (Média simples das pontuações de Matemática, Leitura e Ciências), onde a pontuação de Portugal não só se alinha como supera ligeiramente o referencial europeu. Este indicador revela que as competências básicas dos jovens de 15 anos estão ao nível dos padrões europeus, constituindo uma base sólida para o desenvolvimento futuro e uma das facetas mais resilientes do capital humano nacional.

Contudo, o cenário altera-se quando analisamos a Proporção da População com Ensino Superior (população adulta dos 25 aos 64 anos). Neste indicador, Portugal regista um hiato significativo face ao referencial europeu. Esta assimetria evidencia que, apesar do sucesso recente na formação das novas gerações, o "stock" acumulado de qualificações na população em idade ativa ainda é insuficiente para convergir com o referencial europeu. Este défice estrutural de qualificações superiores na força de trabalho constitui um entrave à capacidade de absorção de inovação e à melhoria da produtividade global da economia, limitando o potencial de Portugal em setores de maior valor acrescentado.

Gráfico 43 - Posicionamento Relativo de Portugal face à UE no Ano Mais Recente Disponível por Indicador de Capital Humano (Escala 0–100)



Como estamos a evoluir?

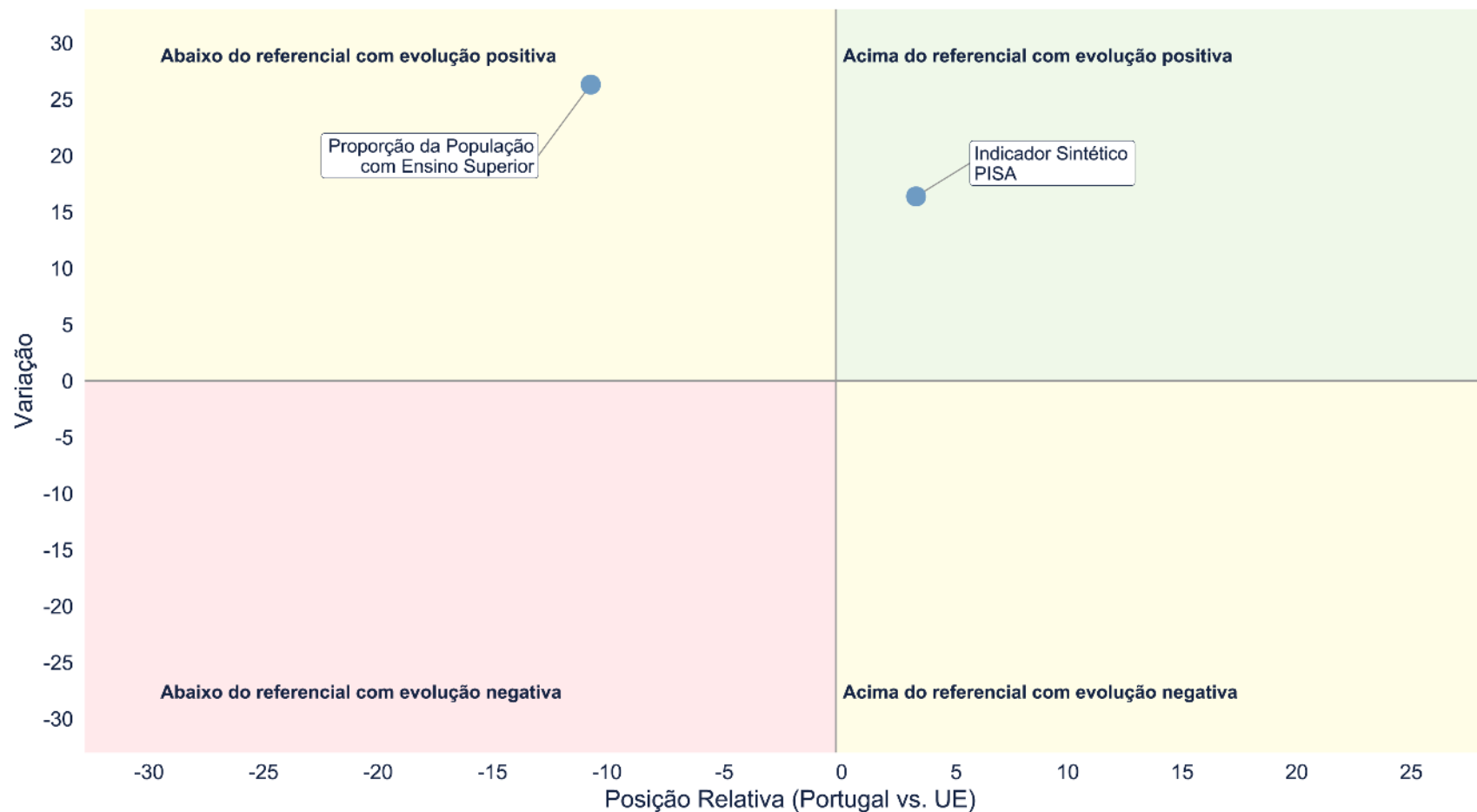
A trajetória de Portugal no domínio do Capital Humano revela uma dinâmica de convergência a duas velocidades, distinguindo claramente as competências das novas gerações nos domínios fundamentais (Matemática, Leitura e Ciências), medidas pelo Indicador Sintético PISA, da qualificação da população adulta.

No que respeita ao Índice Sintético, Portugal apresenta um cenário favorável de consolidação. O indicador situa-se no quadrante de desempenho superior, combinando um posicionamento acima do referencial europeu (Eixo X positivo) com uma evolução também positiva (Eixo Y positivo). Esta trajetória demonstra que, apesar dos desafios globais impostos pela pandemia, o país não só mantém a sua competitividade nas competências básicas dos jovens, como regista um ritmo de evolução que reforça o seu alinhamento com os padrões do bloco europeu.

Por outro lado, a Proporção da População com Ensino Superior revela o maior desafio estrutural deste domínio. Embora o indicador apresente uma evolução positiva muito acentuada (o valor mais elevado no Eixo Y), o seu posicionamento relativo permanece significativamente abaixo do referencial europeu (Eixo X negativo). Esta configuração indica que, embora Portugal esteja a registar um esforço de qualificação da sua população adulta a um ritmo superior ao da UE, o diferencial face aos valores europeus ainda é expressivo. Trata-se de uma trajetória de convergência acelerada, mas que exige a manutenção de políticas de educação ao longo da vida para colmatar o fosso histórico acumulado.

Em suma, os dados sugerem que Portugal regista convergência no domínio do Capital Humano. Deste modo, enquanto os resultados dos jovens (Indicador Sintético PISA) já se situam ligeiramente acima do referencial europeu, a qualificação da força de trabalho adulta encontra-se ainda numa fase de recuperação.

Gráfico 44 - Posição e Trajetória Relativas de Portugal face à UE entre o Ano de Início e Fim da Série por Indicador de Capital Humano (Matriz de Quadrantes)



3.2. Competitividade

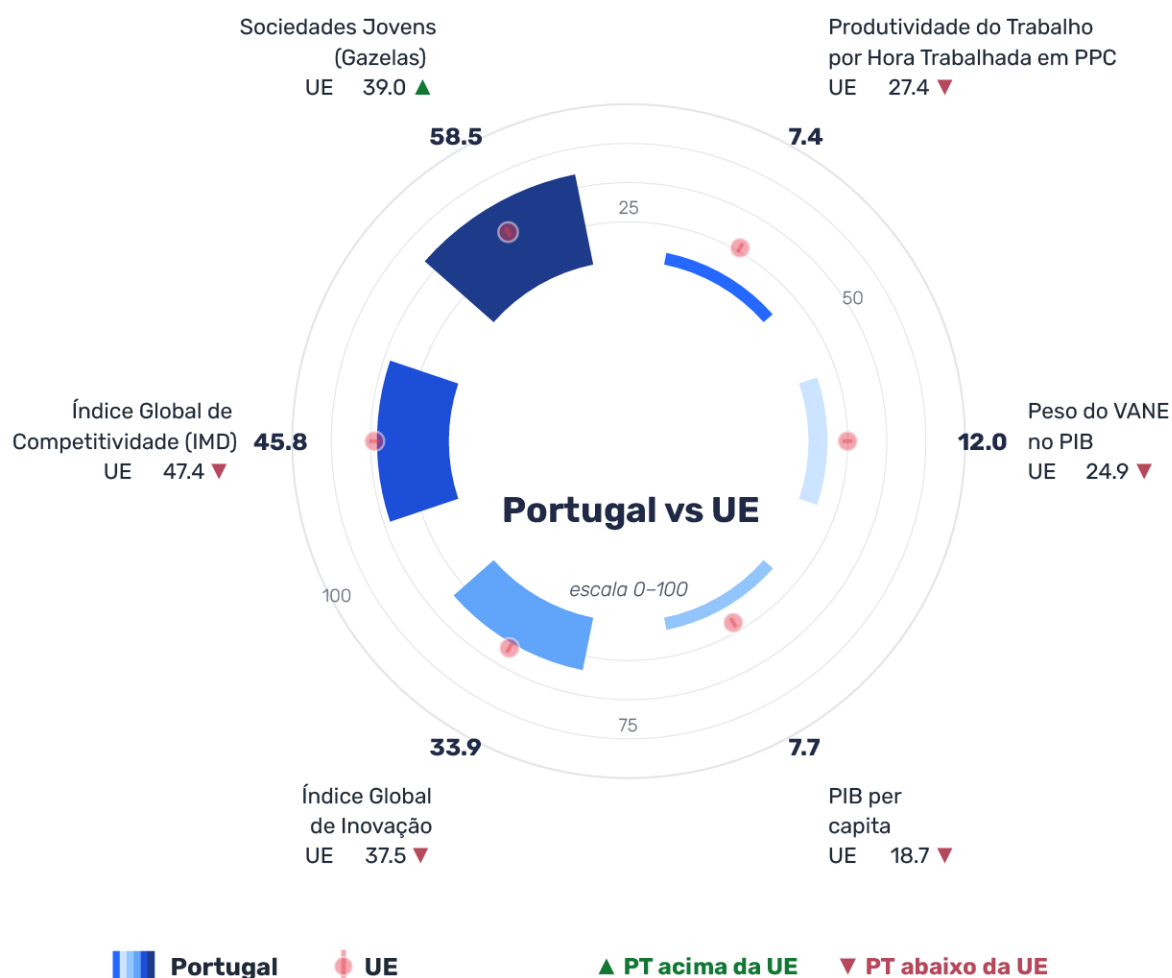
Onde estamos?

Portugal apresenta um perfil de competitividade caracterizado por assimetrias estruturais, conforme evidenciado no gráfico 45. O país demonstra uma maior proximidade ao referencial europeu nos indicadores de desempenho multidimensional, nomeadamente no Índice Global de Competitividade (IMD) e no Índice Global de Inovação, onde o desempenho de Portugal quase se sobrepõe ao da UE27, sinalizando um enquadramento institucional e de inovação relativamente alinhado com os padrões internacionais.

Em termos de dinâmica empresarial, destaca-se o desempenho nas Sociedades Gazelas, o único indicador onde Portugal supera de forma inequívoca o referencial europeu. Este dado confirma a existência de um núcleo de empresas jovens com elevado potencial de crescimento, que se afirma como a principal vantagem competitiva do país no atual cenário. Em sentido inverso, o Peso do VANE no PIB apresenta-se aquém do referencial europeu, evidenciando que a economia nacional enfrenta o desafio estrutural de aumentar as exportações e a incorporação de valor próprio nas suas exportações.

O gráfico relativo ao domínio da Competitividade revela ainda debilidades críticas nos pilares da eficiência e riqueza. O PIB *per capita* e a Produtividade do Trabalho por Hora Trabalhada constituem os pontos de maior estrangulamento, apresentando-se visivelmente retraídos em direção ao centro do gráfico (indicando o maior fosso face à UE). A distância para a fronteira europeia no que se refere à produtividade permanece acentuada, o que condiciona a sustentabilidade do modelo de crescimento e a convergência real dos rendimentos dos cidadãos. Nestas duas dimensões, a distância face à linha europeia é elevada, o que condiciona a sustentabilidade do modelo de crescimento e o nível de rendimentos dos cidadãos face ao referencial europeu.

Gráfico 45 - Posicionamento Relativo de Portugal face à UE no Ano Mais Recente Disponível por Indicador de Competitividade (Escala 0–100)



Como estamos a evoluir?

Ao longo da série disponível, a trajetória de Portugal no domínio da competitividade revela uma evolução marcada por progressos assimétricos.

No que respeita à dinâmica empresarial e de inovação, Portugal apresenta a maioria dos seus indicadores abaixo do referencial europeu (Eixo X negativo), mas com uma evolução positiva (Eixo Y positivo). É neste cenário que se situam o Índice Global de Competitividade (IMD), o Peso do VANE no PIB e o Índice Global de Inovação, demonstrando que estes indicadores estão a registar uma trajetória de aproximação ao referencial europeu.

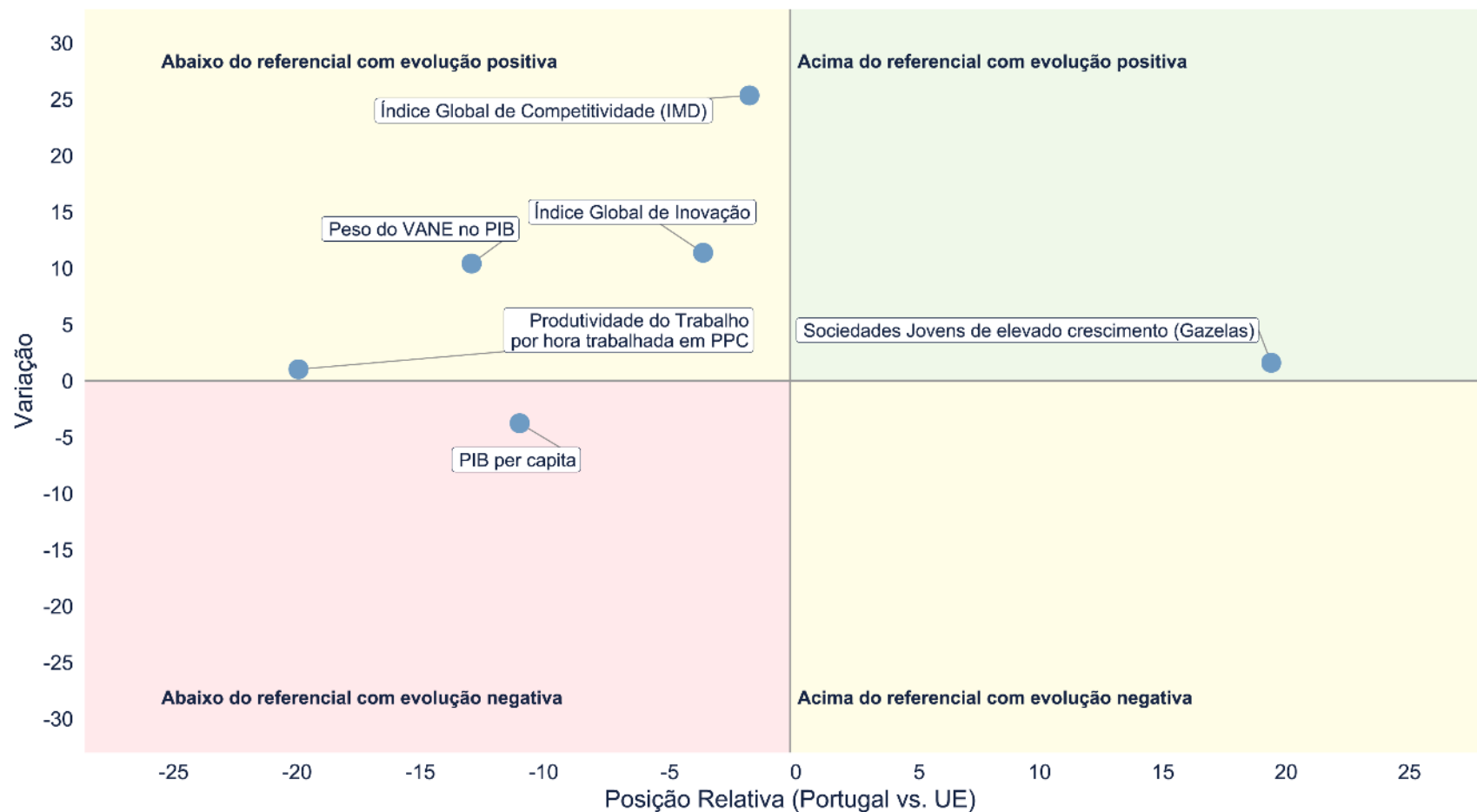
A Produtividade do Trabalho merece um destaque particular neste contexto, pois embora apresente uma evolução positiva, indicando uma ligeira melhoria da posição relativa face à UE, o seu posicionamento relativo situa-se significativamente abaixo do referencial europeu. Este é, de facto, o indicador com o maior défice de posicionamento (o valor mais negativo no Eixo X), revelando que, apesar do crescimento registado, o ritmo de evolução é ainda insuficiente para reduzir de forma célere o diferencial de eficiência que separa a economia nacional da UE27.

Por outro lado, as Sociedades Gazelas são o único indicador com um posicionamento acima do referencial europeu, o que reforça a sua vantagem competitiva e reflete uma dinâmica empresarial vibrante em segmentos de elevado crescimento.

O cenário mais crítico permanece reservado ao PIB *per capita*, que se destaca por ser o único indicador que combina um posicionamento abaixo do referencial europeu com uma evolução negativa. Esta configuração revela uma trajetória de divergência face ao bloco europeu nesta métrica fundamental, o que impede que os progressos observados na competitividade, inovação e na dinâmica das empresas se traduzam, para já, num aumento real da riqueza gerada por habitante.

Em suma, os dados sugerem que Portugal regista no domínio da Competitividade uma convergência assimétrica. Enquanto os indicadores de processo e dinâmica empresarial estão a evoluir favoravelmente e a aproximar-se ou a consolidar-se acima do referencial europeu, o indicador fundamental de rendimento persiste numa trajetória de divergência, sublinhando o desafio de transformar ganhos de eficiência em valor e riqueza *per capita*.

Gráfico 46 - Posição e Trajetória Relativas de Portugal face à UE entre o Ano de Início e Fim da Série por Indicador de Competitividade (Matriz de Quadrantes)



3.3. Qualidade de Vida

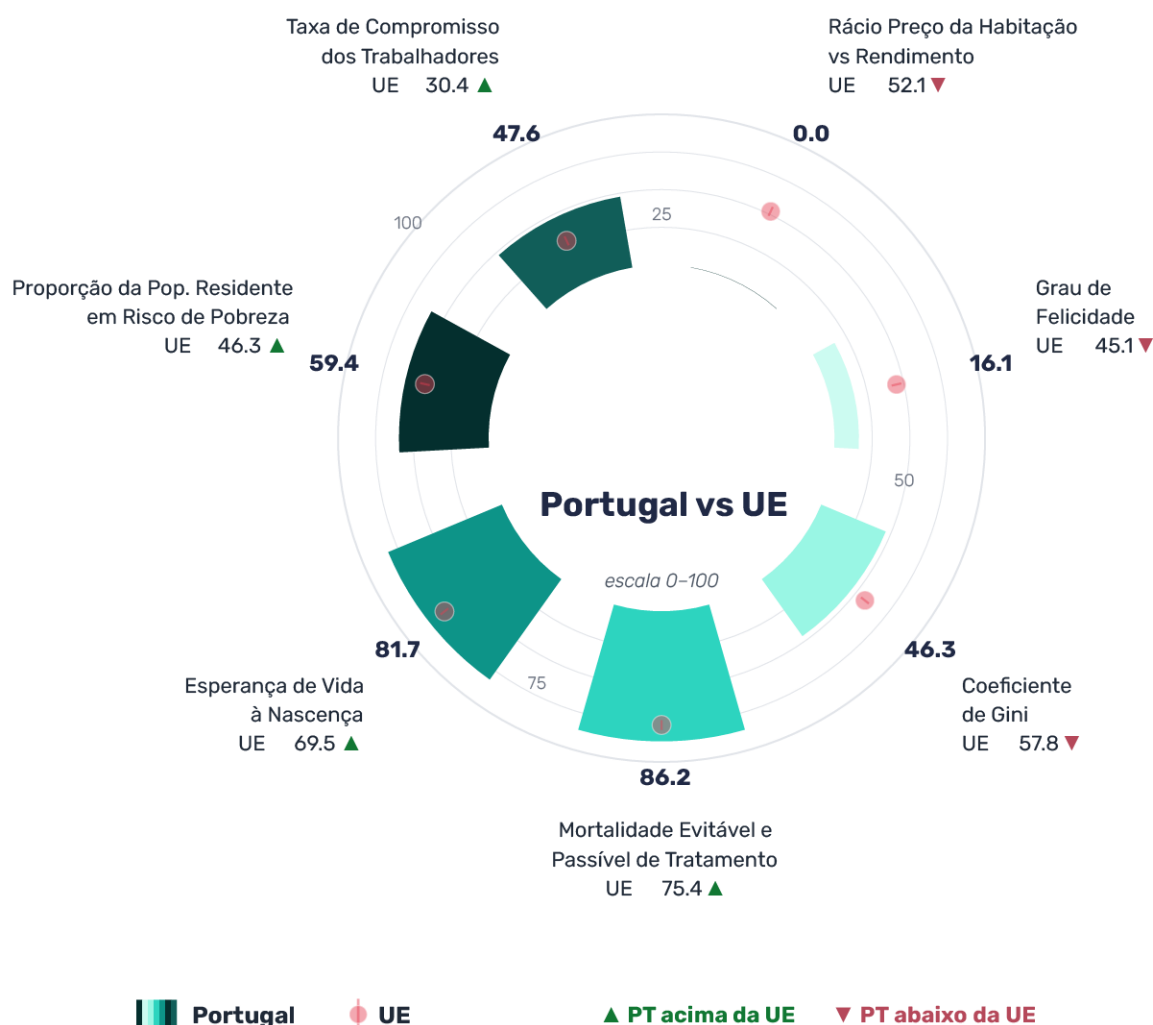
Onde estamos?

Portugal apresenta um perfil de qualidade de vida com pontos de vantagem competitiva assinaláveis face ao referencial da UE, conforme evidenciado no Radar de Qualidade de Vida. Verifica-se que o país revela um cenário de contrastes acentuados: enquanto a mancha de desempenho nacional se expande além da fronteira da UE27 em dimensões críticas da saúde e compromisso dos trabalhadores, já o mesmo não sucede de todo no eixo da acessibilidade habitacional, onde Portugal se fixa no limite mínimo da escala (zero).

Em termos de bem-estar subjetivo e mercado de trabalho, destaca-se a Taxa de Compromisso dos Trabalhadores como o indicador onde Portugal regista um desempenho superior ao referencial europeu, sinalizando um nível de envolvimento e motivação laboral que constitui um ativo relevante do modelo de qualidade de vida nacional. No mesmo sentido, a Esperança de Vida à Nascimento e a Mortalidade Evitável e Passível de Tratamento apresentam-se acima do referencial europeu, evidenciando que o sistema de saúde apresenta resultados superiores ao padrão europeu.

O gráfico 47 relativo ao domínio de Qualidade de Vida revela, contudo, que esta trajetória positiva é travada por um estrangulamento. O Grau de Felicidade e, de forma destacada, o Rácio Preço da Habitação face ao Rendimento, representam as maiores debilidades do perfil nacional. Nestas dimensões de custo habitacional e desigualdade (Gini), a distância face à linha europeia permanece acentuada, condicionando a qualidade de vida dos cidadãos e a sustentabilidade do modelo nacional neste domínio.

Gráfico 47 - Posicionamento Relativo de Portugal face à UE no Ano Mais Recente Disponível por Indicador de Qualidade de Vida (Escala 0-100)



Como estamos a evoluir?

Ao longo da série disponível, a trajetória de Portugal no domínio da qualidade de vida revela uma evolução marcada por progressos assimétricos e tensões estruturais persistentes.

No que respeita aos indicadores de saúde e inclusão social, Portugal apresenta a maioria dos seus indicadores no quadrante de desempenho superior ("Acima da média com evolução positiva"). É neste quadrante favorável que se situam a Proporção da População em Risco de Pobreza ou Exclusão Social, a Esperança de Vida à Nascença e a Mortalidade Evitável e Passível de Tratamento. A Mortalidade Evitável e Passível de Tratamento merece destaque

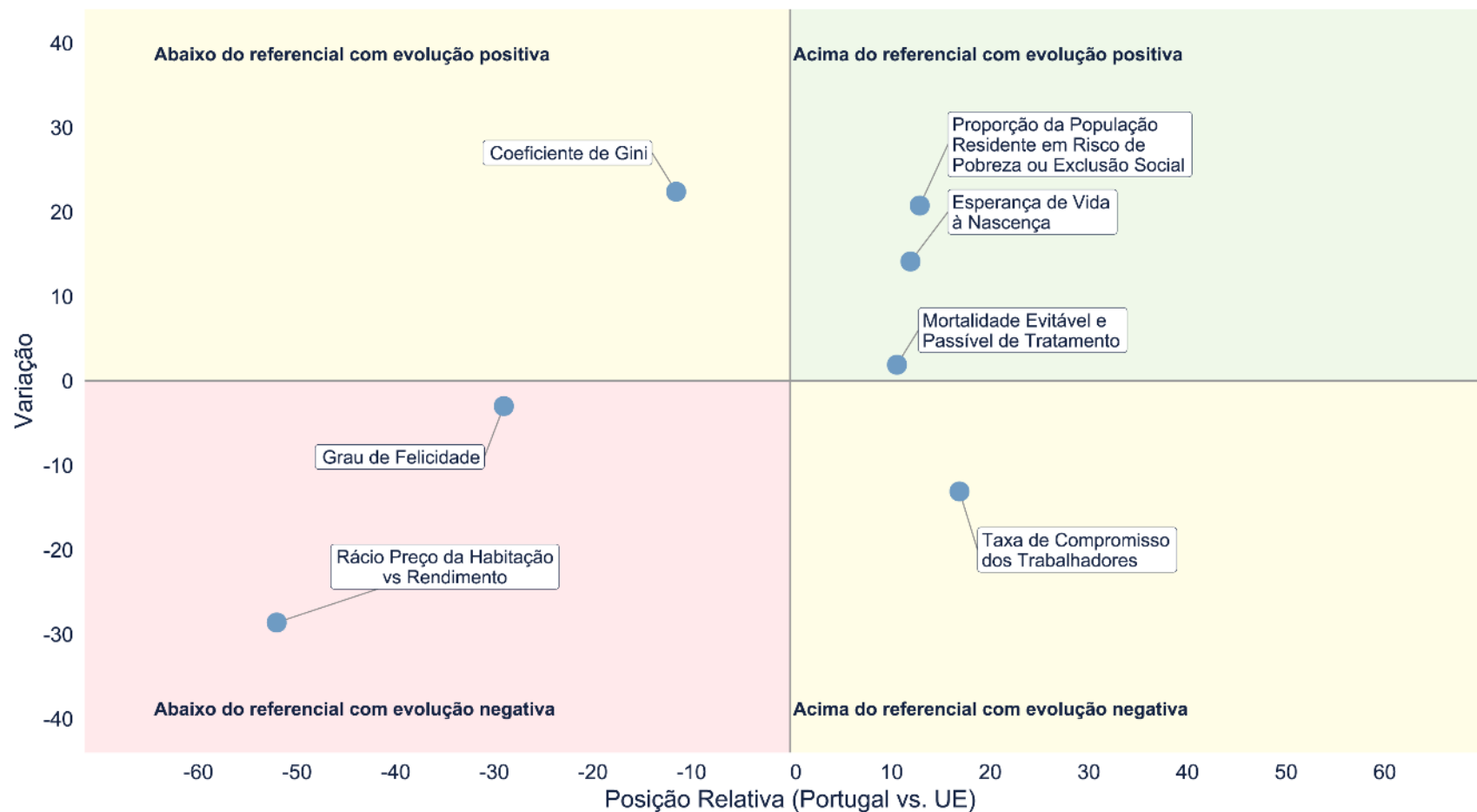
particular neste contexto: embora o seu posicionamento relativo seja o mais próximo do referencial europeu dentro deste grupo, a evolução positiva que regista sinaliza uma melhoria contínua da capacidade de resposta do sistema de saúde.

O Coeficiente de Gini configura um cenário de recuperação, posicionado no quadrante "Abaixo da média com evolução positiva", o que indica que apesar de a desigualdade de rendimentos ser superior à do bloco europeu, Portugal regista simultaneamente uma evolução positiva neste âmbito. Tal sinaliza que as políticas redistributivas nacionais estão a produzir efeitos mensuráveis na redução das assimetrias de rendimento.

O cenário mais crítico é partilhado pelo Grau de Felicidade e, de forma destacada, pelo Rácio Preço da Habitação face ao Rendimento. Ambos combinam um posicionamento já abaixo do referencial europeu com uma evolução negativa. Esta configuração revela trajetórias de divergência ativa face ao bloco europeu, onde o Rácio Preço da Habitação apresenta o posicionamento relativo mais desfavorável de todo o domínio, fixando-se no limite inferior da escala. Por fim, a Taxa de Compromisso dos Trabalhadores, embora acima do referencial europeu, regista uma evolução negativa, sinalizando uma erosão gradual de uma das principais vantagens do modelo de qualidade de vida português.

Em suma, os dados sugerem que Portugal regista no domínio da Qualidade de Vida uma convergência seletiva e frágil. Enquanto os indicadores de saúde e inclusão social evoluem favoravelmente, consolidando posições acima do referencial europeu, a acessibilidade habitacional persiste numa trajetória negativa, sublinhando o desafio urgente de impedir que o custo da habitação anule os ganhos obtidos na saúde e na equidade distributiva.

Gráfico 48 - Posição e Trajetória Relativas de Portugal face à UE entre o Ano de Início e Fim da Série por Indicador de Qualidade de Vida (Matriz de Quadrantes)



3.4. Sustentabilidade

Onde estamos?

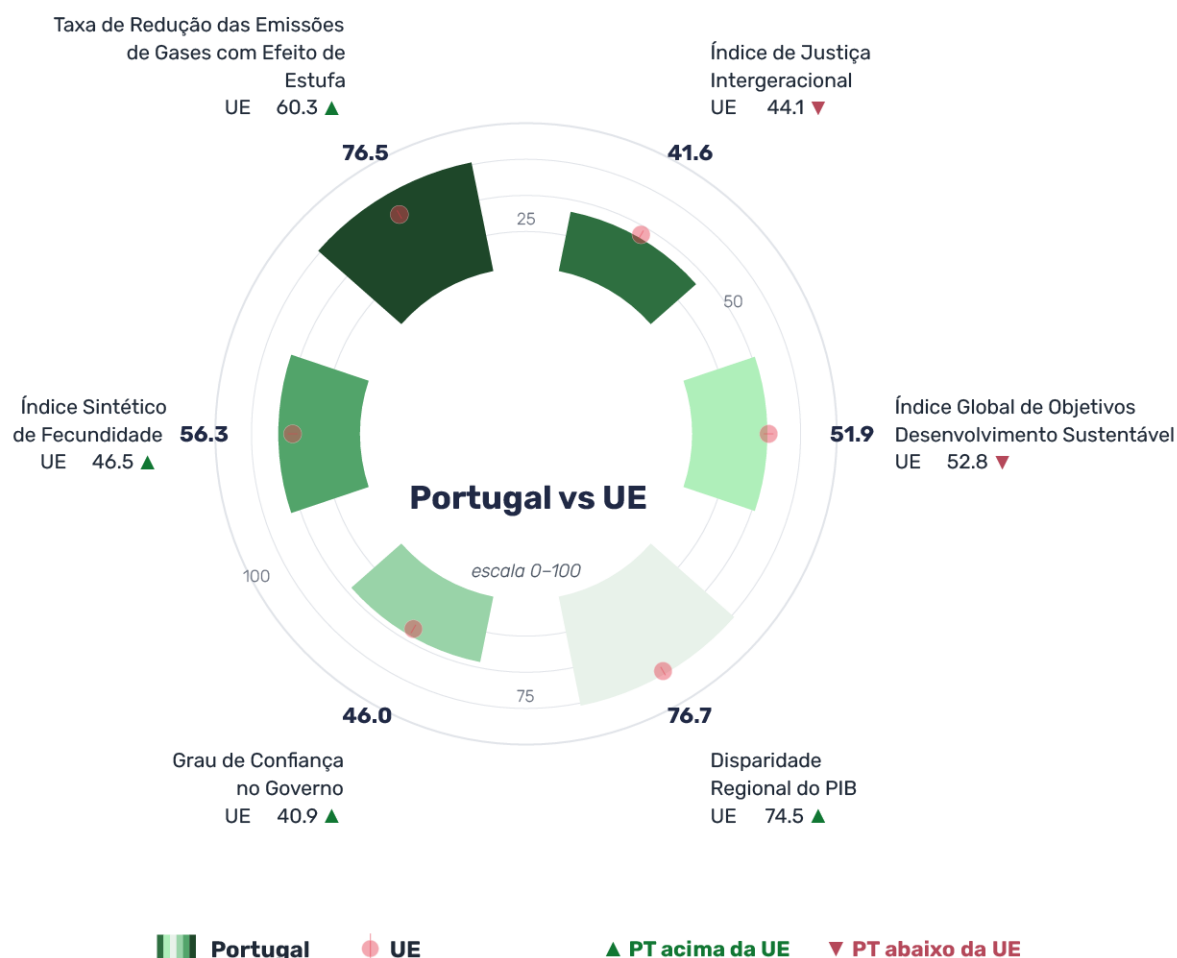
Portugal apresenta um perfil de sustentabilidade globalmente favorável face ao referencial europeu, conforme evidenciado no Radar de Sustentabilidade.

O país demonstra uma maior proximidade à União Europeia nos indicadores de progresso global e coesão territorial, nomeadamente no Índice Global de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e na Disparidade Regional do PIB, onde o desempenho de Portugal quase se sobrepõe ao da UE27, sinalizando um enquadramento de desenvolvimento sustentável e de equilíbrio territorial relativamente alinhado com os padrões europeus.

Em termos de transição climática e dinâmica institucional, destacam-se a Taxa de Redução das Emissões de Gases com Efeito de Estufa e o Grau de Confiança no Governo como os indicadores onde Portugal supera de forma mais expressiva o referencial europeu, confirmando que o esforço nacional de descarbonização e o capital de legitimidade institucional se afirmam como vantagens estruturais do país no contexto europeu. O Índice Sintético de Fecundidade posiciona-se igualmente acima do referencial europeu, reforçando a leitura de um perfil de sustentabilidade globalmente favorável.

O gráfico 49 relativo ao domínio da Sustentabilidade revela, no entanto, uma debilidade crítica no pilar da equidade intergeracional. O Índice de Justiça Intergeracional constitui o único ponto de estrangulamento, apresentando-se visivelmente retraído em direção ao centro do gráfico e indicando o principal fosso negativo face à UE. Nesta dimensão, a distância face à linha europeia permanece acentuada, sinalizando que os ganhos registados na transição climática, na confiança institucional e na dinâmica demográfica não têm sido acompanhados por uma distribuição suficientemente equitativa de oportunidades e recursos entre gerações.

Gráfico 49 - Posicionamento Relativo de Portugal face à UE no Ano Mais Recente Disponível por Indicador de Sustentabilidade (Escala 0–100)



Como estamos a evoluir?

Ao longo da série disponível, a trajetória de Portugal no domínio da sustentabilidade revela uma evolução marcada por progressos assimétricos, com um padrão preocupante de erosão da vantagem relativa nos indicadores onde o país detém as suas principais vantagens competitivas face à UE.

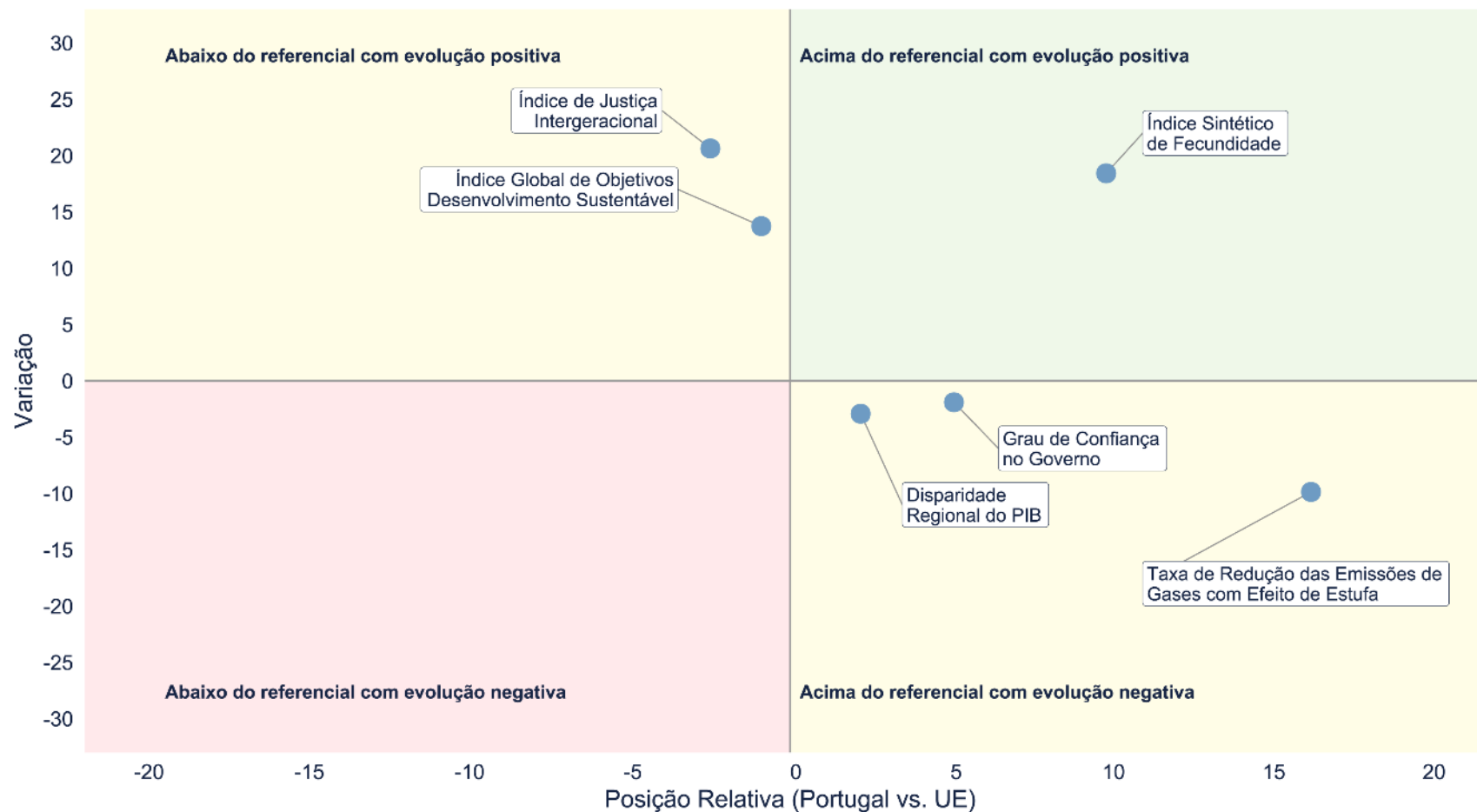
No que respeita aos indicadores de equidade intergeracional e progresso sustentável, Portugal apresenta o Índice de Justiça Intergeracional e o Índice Global de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável abaixo do referencial europeu (Eixo X negativo), mas com uma evolução positiva expressiva (Eixo Y positivo), demonstrando que estes indicadores estão a registar uma trajetória de aproximação ao padrão europeu. O Índice Sintético de Fecundidade configura o cenário mais favorável do domínio, combinando um posicionamento acima do

referencial europeu com uma evolução positiva, consolidando assim vantagem demográfica relativa de Portugal no contexto da UE27.

O cenário mais crítico concentra-se precisamente nos indicadores onde Portugal apresenta as suas maiores vantagens relativas. A Taxa de Redução das Emissões de Gases com Efeito de Estufa, o Grau de Confiança no Governo e a Disparidade Regional do PIB situam-se todos acima do referencial europeu, mas registam progressões negativas, sinalizando uma erosão gradual das vantagens estruturais do país neste domínio. Este padrão é particularmente preocupante no caso da Taxa de Redução das Emissões, que combina o posicionamento relativo mais favorável de todo o domínio com uma das progressões negativas mais acentuadas, traduzindo uma aproximação dos restantes Estados-Membros ao ritmo de redução alcançado por Portugal. Esta leitura respeita ao posicionamento relativo face à UE27 e não à evolução absoluta das emissões nacionais, que continuaram a reduzir-se face ao ano de referência.

Em suma, os dados sugerem que Portugal regista no domínio da Sustentabilidade uma dinâmica de convergência nos pontos de fraqueza, acompanhada de uma preocupante deterioração nos pontos de força. Enquanto os indicadores onde o país ficava aquém do referencial europeu estão a aproximar-se do padrão europeu, as vantagens estruturais na transição climática, na confiança institucional e na coesão territorial (disparidade regional) mostram sinais de fragilização, sublinhando o desafio de preservar e aprofundar os ganhos já consolidados.

Gráfico 50 - Posição e Trajetória Relativas de Portugal face à UE entre o Ano de Início e Fim da Série por Indicador de Sustentabilidade (Matriz de Quadrantes)



4. Conclusões

O presente capítulo oferece uma síntese transversal e perspetiva global dos quatro domínios estratégicos que estruturam o relatório (o Capital Humano, a Competitividade, a Qualidade de Vida e a Sustentabilidade), consolidando o diagnóstico sobre a realidade nacional.

Para viabilizar a comparação direta de métricas provenientes de diferentes fontes e naturezas, a metodologia seguida baseia-se na normalização linear dos indicadores, mapeando o desempenho de Portugal numa escala uniforme que varia estritamente entre 0 e 100 pontos. Esta abordagem integrada materializa-se em dois modelos de visualização complementar. Primeiro, através de um balanço transversal por gráfico de pontos, onde a posição de cada ponto reflete o posicionamento do país e a sua proximidade face ao topo da escala em cada dimensão analisada. Segundo, através de uma matriz global de quadrantes que cruza este posicionamento com a trajetória de longo prazo de todos os indicadores. Para garantir a consistência absoluta desta leitura integrada, os indicadores de polaridade inversa foram estatisticamente invertidos, assegurando que tanto a posição dos pontos como os quadrantes de progresso reflitam sempre uma evolução estrutural favorável para Portugal.

No Gráfico 51, o balanço transversal utiliza um único eixo (horizontal), sobre o qual são posicionados os valores normalizados de Portugal e da UE27 para cada indicador, numa escala fixa de 0 a 100 comum a todos os domínios; a distância entre os dois pontos traduz o hiato entre Portugal e a UE nesse indicador, e a proximidade de Portugal ao limite superior da escala indica um melhor desempenho relativo, já refletindo o ajustamento de polaridade.

A matriz global de quadrantes representada no Gráfico 52 cruza, para a totalidade dos indicadores e respetivos domínios estratégicos, dois eixos calculados a partir dos valores normalizados de Portugal e da UE27, de acordo com as fórmulas seguintes:

Para o eixo das abcissas (posição relativa de Portugal face à UE, no ano de fim da série):

$$\text{Eixo XX} = PT_{ano\ 1}^{norm} - UE27_{ano\ 1}^{norm}$$

Para o eixo das ordenadas (variação da posição relativa entre o ano de início e o ano de fim da série):

$$\text{Eixo YY} = (PT_{ano\ 1}^{norm} - UE27_{ano\ 1}^{norm}) - (PT_{ano\ 0}^{norm} - UE27_{ano\ 0}^{norm})$$

Onde:

PT^{norm} - representa o valor normalizado (0–100) de Portugal no indicador em análise;

$UE27^{norm}$ - representa o valor normalizado (0–100) do agregado da União Europeia no indicador em análise;

ano 0 - corresponde ao ano de início da série temporal considerada;

ano 1 - corresponde ao ano de fim da série temporal considerada.

A conjugação dos dois eixos delimita quatro quadrantes de leitura, que combinam o posicionamento atual de Portugal face à UE com o sentido da sua evolução: acima ou abaixo do referencial europeu, e com evolução positiva ou negativa nesse hiato ao longo do tempo.

Portugal em perspetiva: o que mudou e o que persiste

A leitura transversal dos quatro domínios (Capital Humano, Competitividade, Qualidade de Vida e Sustentabilidade) revela um país em movimento, mas cuja deslocação obedece a um padrão recorrente que importa nomear com clareza: o da convergência assimétrica. Em praticamente todos os domínios analisados, Portugal progride de forma consistente nos indicadores de processo, dinâmica e fluxo, enquanto persiste aquém do padrão europeu nos indicadores de resultado, acumulação e nível. Esta dissociação entre o ritmo da mudança e o ponto de partida constitui o traço mais estruturante do retrato nacional e, simultaneamente, a chave de leitura que confere coerência a um conjunto de dinâmicas que, observadas isoladamente, poderiam parecer contraditórias.

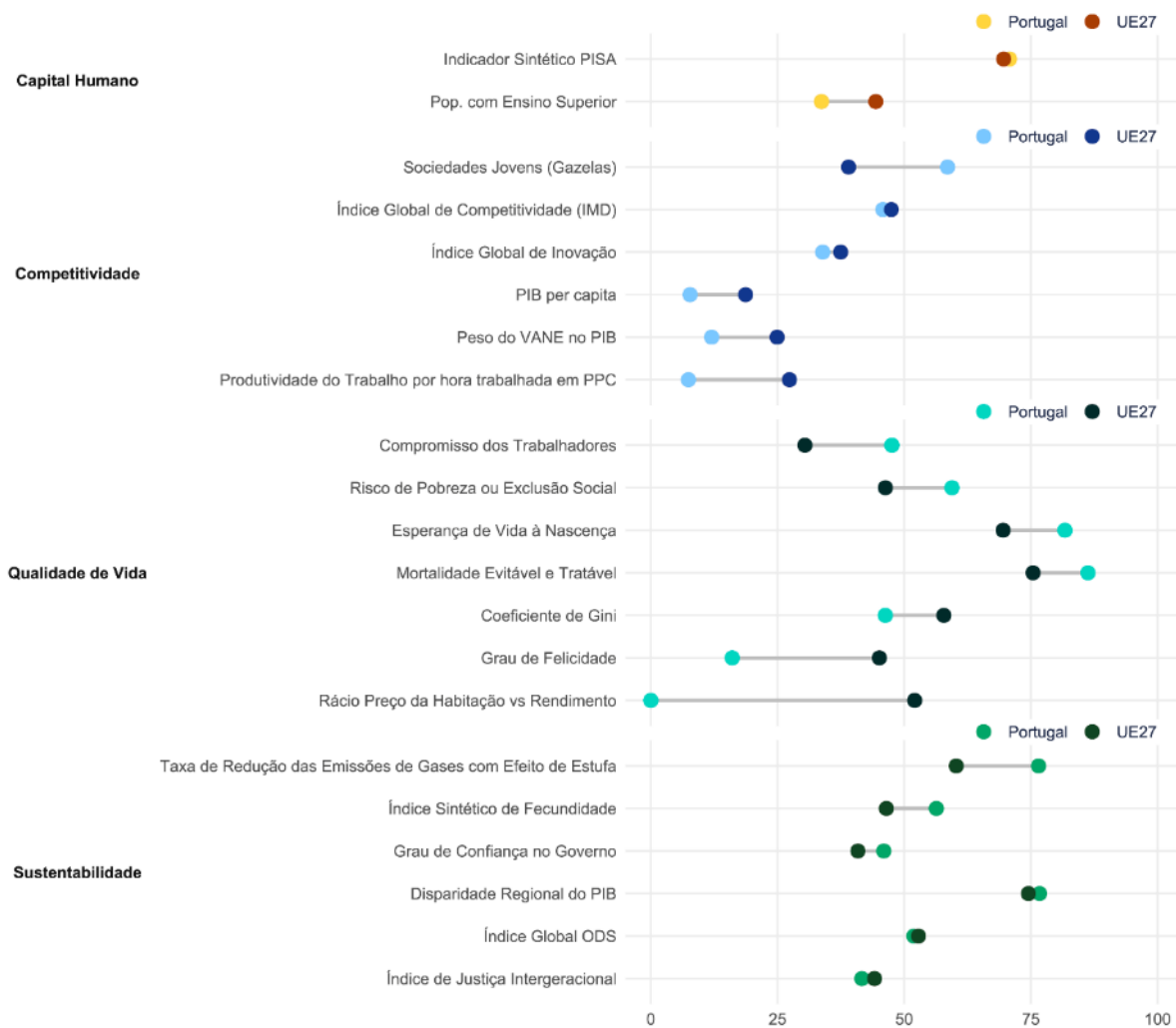
O que mudou é substantivo e não deve ser subestimado. No domínio do Capital Humano, as novas gerações atingiram um patamar de competências básicas que coloca Portugal ligeiramente acima do referencial europeu no Indicador Sintético PISA. Paralelamente, o esforço de qualificação da população adulta progride ao ritmo mais acelerado de todo o domínio, superando a UE na velocidade de aproximação, ainda que partindo de um nível historicamente baixo. No domínio da Competitividade, os indicadores de desempenho multidimensional, o Índice Global de Competitividade (IMD) e o Índice Global de Inovação, aproximam-se da fronteira comunitária sustentados por um núcleo vibrante de Sociedades Jovens de Elevado Crescimento (Gazelas) que se afirma como a única vantagem competitiva inequívoca do país neste domínio. No domínio da Qualidade de Vida, Portugal consolidou posições claramente acima do referencial europeu na Esperança de Vida à Nascença e na

Mortalidade Evitável e Passível de Tratamento, demonstrando que o sistema de saúde produz resultados superiores ao padrão europeu, enquanto as políticas redistributivas começam a produzir efeitos mensuráveis na contenção da desigualdade de rendimentos. No domínio da Sustentabilidade, o esforço de descarbonização afirmou-se ao longo do período analisado como uma genuína vantagem estrutural, com uma taxa de redução das emissões de gases com efeito de estufa que superou de forma expressiva o referencial europeu, acompanhada por um capital de confiança institucional e por uma dinâmica demográfica que, embora frágeis em termos absolutos, posicionaram Portugal favoravelmente face ao bloco europeu.

O que persiste é igualmente claro e revela-se, em vários casos, mais resistente do que os progressos conseguem compensar. O défice de rendimento e de produtividade mantém-se como o estrangulamento central da economia nacional. A Produtividade do Trabalho por Hora Trabalhada regista o maior défice de posicionamento de todo o quadro de competitividade, e o PIB por Habitante destaca-se por ser o único indicador do domínio da Competitividade que combina um posicionamento abaixo do referencial europeu com uma evolução negativa. Trata-se de uma trajetória de divergência ativa numa métrica que é, simultaneamente, síntese e consequência de todas as outras. A acessibilidade habitacional configura uma situação ainda mais delicada: o Rácio do Preço da Habitação face ao Rendimento regista, entre os Estados-Membros com dados disponíveis, a deterioração mais acentuada face ao respetivo nível de 2015, e fixa Portugal no limite inferior da escala normalizada, traduzindo um desalinhamento estrutural entre a dinâmica dos preços imobiliários e a evolução dos rendimentos das famílias que se agravou de forma acelerada na última década. A equidade intergeracional permanece como outro ponto fraco persistente do domínio da sustentabilidade, sinalizando que os progressos registados não se distribuem de forma equilibrada entre gerações – uma observação que ganha peso acrescido quando lida em conjunto com o défice habitacional e com o stock insuficiente de qualificações superiores, dimensões que penalizam de forma particularmente aguda as gerações mais jovens.

Há, por fim, um sinal que merece atenção autónoma por contrariar a lógica dominante. Enquanto na maioria dos domínios Portugal converge nos pontos fracos, no domínio da Sustentabilidade observa-se o movimento inverso: as vantagens estruturais – descarbonização, confiança institucional, coesão territorial – registam progressões negativas no seu posicionamento relativo, evidenciando um estreitamento da vantagem precisamente onde o país partia de uma posição mais favorável. Este padrão alerta para um risco que atravessa todo o retrato nacional: o de que a energia mobilizada para reduzir os fossos existentes se faça à custa de vantagens já conquistadas.

Gráfico 51 - Balanço Transversal de Convergência e Divergência de Portugal face à UE27 no Ano Mais Recente por Indicador e respetivo Domínio Estratégico (Escala 0–100)



As alavancas estruturais – onde a ação pode produzir mais efeito

A primeira e mais determinante alavanca encontrada é a Produtividade do Trabalho por Hora Trabalhada. Trata-se do indicador com o maior défice de posicionamento no quadrante abaixo da média e também daquele cuja correção é suscetível de produzir os efeitos mais amplos e mais transversais. É a produtividade que comanda, a montante, a convergência do PIB *per capita* (que surge no gráfico no quadrante abaixo da média com evolução negativa), sendo dela que depende a sustentabilidade da evolução dos rendimentos das famílias; e é por seu intermédio que se determina, indiretamente, a própria capacidade dos agregados para fazer face ao custo crescente da habitação. Sem ganhos de eficiência traduzidos em valor acrescentado nacional, e não meramente em volume de atividade ou em horas trabalhadas, os progressos observados na competitividade, na inovação e na dinâmica empresarial não chegam a materializar-se em riqueza efetiva por habitante. A produtividade é, neste sentido, um estrangulamento do desempenho nacional.

A segunda alavanca é a qualificação da população adulta. Aqui, a dinâmica já é favorável e o desafio é de natureza distinta: Portugal progride a um ritmo superior ao europeu no quadrante abaixo da média com evolução positiva, apresentando uma das maiores variações no eixo vertical. Esta alavanca é, por isso, condição fundamental por funcionar como ponte entre dois outros indicadores: converte a força já demonstrada pelas novas gerações no Indicador Sintético PISA (posicionados no quadrante acima da média com evolução positiva) numa capacidade efetiva da força de trabalho e, por essa via, atua diretamente sobre a primeira alavanca (a produtividade). Sem uma população ativa progressivamente mais qualificada, a capacidade da economia para absorver inovação, para migrar para setores de maior valor acrescentado e para elevar a sua produtividade permanece estruturalmente limitada. A continuidade das políticas de educação e formação ao longo da vida não é, por isso, um objetivo setorial isolado, mas uma condição habilitadora da convergência económica do país.

A terceira alavanca é a habitação, que opera segundo uma lógica fundamentalmente distinta das anteriores. Não se trata de uma alavanca de convergência, mas de contenção de danos. Enquanto o agravamento do custo de acesso à habitação se mantiver no limite inferior da escala europeia, ou seja, abaixo da média e com evolução negativa, atuará como fator de exclusão social e como dreno silencioso sobre os ganhos obtidos na saúde, na equidade distributiva e no bem-estar subjetivo, dimensões em que Portugal tem vindo a progredir, no quadrante acima da média com evolução positiva, mas cujos benefícios são parcialmente anulados quando uma fração crescente do rendimento das famílias é absorvida pelo custo da habitação. A intervenção no lado da oferta, conjugada com uma política pública de habitação capaz de responder à pressão da procura externa e à escassez estrutural, é por isso condição de preservação dos restantes progressos. Negligenciá-la equivale a aceitar que os avanços

conseguidos noutros domínios sejam corroídos por uma variável que, embora setorial na sua origem, tem efeitos sistémicos na qualidade de vida.

A estas três alavancas de natureza ofensiva soma-se uma quarta, de natureza defensiva: a preservação das vantagens em erosão. As trajetórias relativas negativas registadas na descarbonização, na confiança institucional e na coesão territorial, precisamente os domínios onde Portugal parte de uma posição de vantagem face à UE, alertam para o risco de que a convergência nos pontos fracos seja acompanhada pela perda das vantagens já consolidadas. A identificação das alavancas resulta da leitura conjunta do posicionamento e da trajetória dos indicadores analisados, constituindo uma interpretação dos padrões observados. Não decorre de um modelo causal nem de uma avaliação de impacto de políticas públicas.

Gráfico 52 - Posição e Trajetória Relativas de Portugal face à UE entre o Ano de Início e Fim da Série para a Totalidade dos Indicadores e Respetivos Domínios Estratégicos (Matriz de Quadrantes)

